

JANDIR FERRERA DE LIMA
ORGANIZADOR

DESENVOLVIMENTO REGIONAL FRONTEIRIÇO NO BRASIL

**AUGUSTA PELINSKI RAIHER
GABRIELA GOMES MANTOVANI
JANDIR FERRERA DE LIMA
JÉSSICA CRISTINA RUTHS
MARCOS PAULO RODRIGUES DE SOUZA
RAFAEL LUCAS ALVES FERREIRA
RENATA CATTELAN
RICARDO RIPPEL
TAINÁ CAIONARA DE OLIVEIRA
TATIANE SALETE MATTEI
WILLIAM SILVANO DE CAMARGO**



Núcleo de Desenvolvimento Regional
unioeste

DESENVOLVIMENTO REGIONAL FRONTEIRIÇO NO BRASIL

© 2020 - Núcleo de Desenvolvimento Regional – UNIOESTE

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem a prévia autorização dos detentores dos direitos autorais da obra. Todos os textos são de responsabilidade dos seus autores.

Conselho Editorial do NDR:

Yvan Desbiens – UQAC/Canadá

Sinival Osório Pitaguarí – UEL

Jossel Borges dos Santos – UEFS

Claudia Cristina Wesendonck – UERGS

Francisco André Perderson Voll – Faculdade Iporã

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - NDR
Rua da Faculdade, 645 – Jardim Santa Maria - 85903-000- Toledo - PR

www.ndrunioeste.com.br

ISBN : 978-65-00-01930-8

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil

[livro eletrônico] / Jandir Ferrera de Lima, organizador. - - Toledo, PR : Núcleo de
Desenvolvimento Regional, 2020. 1 MB; PDF

Vários autores. Bibliografia

ISBN : 978-65-00-01930-8

1. Desenvolvimento – Aspectos sociais 2. Desenvolvimento econômico 3.
Desenvolvimento territorial – Brasil 4. Economia regional – Brasil 5. Fronteiras 6.
Planejamento regional – Brasil I. Ferrera de Lima, Jandir.

20-35740

CDD - 338.991

Índices para catálogo sistemático

**1. Brasil : Desenvolvimento regional : Economia 338.991
Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB – 8/7964**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Jandir Ferrera de Lima 05

DESENVOLVIMENTO REGIONAL FRONTEIRIÇO: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO 07

Jandir Ferrera de Lima

A FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO 15

Augusta Pelinski Raiher

A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA 35

Gabriela Gomes Mantovani

Jéssica Cristina Ruths

Marcos Paulo Rodrigues de Souza

Rafael Lucas Alves Ferreira

Renata Cattelan

Tatiane Salete Mattei

William Silvano de Camargo

A DINÂMICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NA FAIXA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA 114

Tainá Caionara de Oliveira

Ricardo Rippel

Jandir Ferrera de Lima

AUTORES (AS) 130

APRESENTAÇÃO

A obra Desenvolvimento Regional Fronteiriço no Brasil aborda diferentes elementos que compõem o perfil do desenvolvimento socioeconômico da Faixa de Fronteira brasileira. As abordagens discutem desde o capital humano até a evolução do Produto Interno Bruto dos municípios e áreas da fronteira. Além do foco da discussão, as abordagens utilizam o rigor metodológico das Ciências Sociais Aplicadas para expor a conjuntura social e econômica do objeto de estudo, bem como apresentar suas tendências e perfis. Elaborada por um conjunto de pesquisadores da área de desenvolvimento regional, economia regional e desenvolvimento socioeconômico, os textos além de enriquecedores elucidam o processo de desenvolvimento regional na área da Faixa de Fronteira brasileira nos primeiros decênios do século XXI.

Os autores e autoras são oriundos de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do Paraná e do Brasil, com formação diferenciada, o que dá a obra um toque interdisciplinar. A abordagem segue essa interdisciplinaridade ao juntar diferentes formações e abordagens para discutir a temática do desenvolvimento regional na fronteira brasileira.

Essa obra se insere no conjunto das discussões e linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), do Programa de Pós-Graduação em Economia (PGE) e das atividades de pesquisa do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Então, os textos aqui apresentados refletem resultados de pesquisa, algumas com suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Fundação Araucária (PR).

Jandir Ferrera de Lima

DESENVOLVIMENTO REGIONAL FRONTEIRIÇO: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Jandir Ferrera de Lima

Esse texto faz uma reflexão sobre alguns elementos ou dimensões do desenvolvimento regional fronteiriço¹. No caso, a região ou área de fronteira aqui abordada é aquela que se refere à divisa entre dois ou mais países. Não faz referencia a fronteira entre entes federados pertencentes ao mesmo Estado nação.

O desenvolvimento regional pode ser estudado como uma etapa ou um processo. Etapa porque reflete o estágio de desenvolvimento no qual se encontra o espaço denominado região. No caso, comumente se entende o desenvolvimento da região como seu perfil socioeconômico, sua capacidade em melhorar seus indicadores sociais, ambientais, econômicos e de inovação ao longo do tempo. Então a etapa é uma "foto" estática da região entre períodos de tempo. A observação das diferentes etapas permite inferir se a região se desenvolveu, estagnou ou regrediu em seus indicadores. Os motivos ou ações que levaram a região aquela etapa remetem ao processo de desenvolvimento. Quando se discute o processo de desenvolvimento regional a questão se torna mais complexa, pois envolve os mecanismos, elementos ou ações que fazem com que uma região atrasada se torne uma região avançada. Nesse caso, se faz necessário precisar três termos: atrasada, avançada e processo.

Por processo se entende um conjunto de ações com um objetivo definido. Esse objetivo pode ser fazer avançar o sistema produtivo, a organização social, a competitividade das empresas, o fortalecimento das organizações, a melhoria nos

¹ Esse texto faz parte de pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Fundação Araucária (PR).

indicadores sociais, econômicos, ambientais. Esse objetivo varia de sociedade para sociedade, pois é o reflexo do interesse de um grupo social. Em geral, é a "foto" que essa sociedade quer dela mesmo no futuro.

É certo que nenhuma sociedade se organiza para se atrasar. Se atrasar significa que não se chegou à meta ou objetivo idealizado. Ou seja, o desenvolvimento da região está num momento ou etapa anterior ou inferior ao que foi pensado e planejado. O contrario de uma sociedade atrasada é uma sociedade avançada, que está além do seu tempo. A região avançada atingiu um nível elevado de desenvolvimento em relação ao que a região apresentava num outro estágio do seu desenvolvimento.

Frente a regiões avançadas ou atrasadas, cumpre saber qual foi o diferencial que conduziu ao estágio do processo de desenvolvimento regional ao longo do tempo. Esse conhecimento poderá ajudar a formular políticas públicas eficientes ou até mesmo guiar as ações coletivas para que se crie um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Porém, a discussão do desenvolvimento regional, seja como etapa, seja como processo, assume um caráter diferenciado ao se colocar na análise a categoria "fronteira" ou regiões fronteiriças.

Se região for definida como área administrativa, demarcada em função de suas características geográficas, sociais e étnicas, a categoria "fronteira" ainda imporia dois outros elementos: o limite ou marco e as relações interregionais no espaço limítrofe. Então a região fronteiriça vai além de uma área administrativa, mas infere relações interpessoais e produtivas entre grupos sociais divididos por uma baliza limite. Assim, discutir o desenvolvimento regional fronteiriço implica em observar a categoria "fronteira" como um

diferencial em termos de análise e elementos das regiões convencionais pertencentes ao mesmo espaço nacional.

A região fronteira é mais sensível às mudanças institucionais, econômicas e sociais impostas pela globalização. Isso ocorre porque a sua população não tem apenas um papel de força de trabalho ou de empreendedorismo, mas também um papel geopolítico de ocupação e garantia da soberania do território. Assim, para se avançar no processo de desenvolvimento regional das áreas de fronteira internacional, se deve ter em conta um conjunto de elementos, elencados na sequência.

Regiões de fronteira como espaço de inovação.

As regiões de fronteira também são espaços de inovação e crescimento socioeconômico. Ou seja, elas têm capacidade de criar, introduzir novidades e gerar coisas novas ou melhorar aquilo que já existe, tanto do ponto de vista social, quanto institucional ou produtivo.

A incapacidade de muitas regiões fronteiriças em gerar inovações está ligada às suas fragilidades em estimular o desenvolvimento humano e reter capital humano. O processo de subdesenvolvimento que muitas regiões imergiram se fortaleceu, sobretudo, pela incapacidade em criar uma mentalidade de desenvolvimento, estimular a aprendizagem coletiva e formar cidadãos capazes de empreender, gerenciar e liderar o processo de desenvolvimento. Isso significa que a possibilidade de inovar das regiões de fronteira é tão igual a qualquer outra região da nação. Mas essa possibilidade se amplia ou não frente ao perfil do desenvolvimento humano e o diálogo interfronteiriço.

Regiões de fronteira como espaços de sociodiversidade.

As pessoas estão mais habituadas ao conceito de biodiversidade, que está ligada as mais diferentes formas de vida que se encontram num determinado ambiente. Já a sociodiversidade está ligada a uma hierarquia própria que alguns agrupamentos humanos criam e geram para sustentar sua existência e suas relações sociais. Percebe-se fortemente essa sociodiversidade na forma como os grupos sociais se relacionam, mesmo divididos por idioma, cultura e marcos de divisa.

Nas áreas de fronteira, o idioma e a cultura local assumem uma mescla de palavras, expressões que aproximam os diferenciados por bandeiras, língua e nacionalidades. As regiões de fronteira passam a ser multiculturais, com formas particulares de auto-organização. Isso faz com que se formem modelos diferentes na forma como se usa a autoridade e a convivência coletiva. As regiões de fronteira passam a se refletirem e se auto-avaliarem em termos de desenvolvimento. Isso reforça a vitalidade social das populações fronteiriças e sua capacidade de convivência e reflexão coletiva do seu processo de desenvolvimento.

Regiões de fronteira como objetos de um novo desenvolvimento.

No caso brasileiro, com o avanço nos últimos anos das discussões em torno de um planejamento integrado para a faixa de fronteira ou áreas de fronteira, se observou a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar para se descobrir oportunidades econômicas e capacidades de sustentabilidade.

Frente ao objetivo de crescer e se desenvolver, em alguns espaços de fronteira a pressão sobre a biodiversidade pode

conduzir ao esgotamento de modelos de desenvolvimento do que necessariamente em transformações econômicas e sociais virtuosas. Ou seja, nos diferentes arcos ou espaços que compõem as áreas de fronteira, se faz necessário cada vez refletir a sustentabilidade de um novo modelo de desenvolvimento. Em algumas regiões essa reflexão é difícil, pois o diálogo entre o urbano e o rural, entre o governo local e o governo nacional, entre as representações da sociedade civil e as organizações produtivas também é de conflito. Mas, o futuro demanda um olhar singular sobre as possibilidades de crescer e se desenvolver preservando os recursos naturais e garantindo avanços para as gerações que virão. Isso passa por uma questão de convencimento dos atores fronteiriços sobre a necessidade de um novo perfil de desenvolvimento, socialmente digno e inclusivo e ambientalmente correto.

Dimensões do desenvolvimento regional fronteiriço.

Faz-se necessário identificar as dimensões do desenvolvimento em cada região de fronteira. E mais, as organizações e instituições regionais devem intervir no processo de desenvolvimento. Na dimensão ambiental implica em conhecer a sua biodiversidade e as potencialidades ecológicas da região. Por vezes, o modelo de desenvolvimento não faz uso adequado dos recursos naturais existentes ou nem mesmo os utiliza. Mas, ao longo do tempo, a sustentabilidade do desenvolvimento dependerá da harmonia entre modelo de exploração econômica, crescimento da população e limitações dos recursos naturais.

Na dimensão econômica, os projetos, modelos e até mesmo as ações empreendedoras estão muito ligadas a viabilidade econômica da produção local. Seja em função da concorrência inter-regional, seja pela logística e burocracias aduaneiras.

Mesmo os tratados de mercado comum por vezes não levam em consideração as realidades fronteiriças, mas a realidade produtiva das grandes metrópoles.

Na dimensão social, tanto do ponto de vista do desenvolvimento humano quanto do capital social, ou seja, da capacidade de organização coletiva, de associativismo e de abertura a culturas diferentes nas áreas de fronteira, cabe lembrar que a realidade é bem diversa de outras regiões da nação. Há espaços de fronteira com uma militarização constante em função da criminalidade e da insegurança da faixa de fronteira; outros espaços se desequilibram em função de cataclismos sociais ou conflitos, que forçam o movimento em massa de populações entre as fronteiras.

Mais do que ações de desenvolvimento local, as áreas de fronteira exigem diálogo em termos de ações de desenvolvimento regional. O crescimento e desenvolvimento econômico muito acelerado de uma região tende a fortalecer o movimento migratório e as disparidades regionais. Nesse caso, as dimensões do desenvolvimento regional devem ser trabalhadas em harmonia para evitar desequilíbrios socioeconômicos e ambientais.

Mutações no desenvolvimento regional fronteiriço.

Em algumas regiões de fronteira, o processo de desenvolvimento pode ser estagnado, mas não estático. Algum mecanismo retroalimenta a estagnação. Por isso, o desenvolvimento regional está sempre sujeito a mutações, ou seja, sujeito a inconstância e volatilidade. Isso se dá porque as regiões e as fronteiras são espaços passíveis de qualquer intervenção interinstitucional. No caso específico das regiões fronteiriças, como elas são áreas de segurança nacional, isso dá autoridade para intervenções do governo central, por vezes

indiferentes à população local. No entanto, as regiões de fronteira, mais que bastiões de divisa, são também espaços de sobrevivência e de vida em comunidade. Algumas representações culturais e sociais se assemelham, mesmo que os idiomas ou as normas legais sejam diferentes nos diferentes espaços territoriais. E essas representações não são estáticas, elas se adaptam ao longo do tempo.

Outro fator que explica as mutações no desenvolvimento regional fronteiro é a multifuncionalidade da região e da população regional. Essa multifuncionalidade possui três funções: a função do desenvolvimento territorial, ou seja, ocupar, proteger, preservar e gerir o território; a função de produção, qual seja: promover sistemas produtivos locais para sustentar e criar condições de vida material para a população; e, a função social, que está ligada a vida em comunidade, a criação de espaços coletivos e de diálogos para melhorar o desenvolvimento humano.

Considerações finais

Os elementos elencados nessa reflexão servem para chamar a atenção da necessidade de novas formas de governança para o desenvolvimento regional fronteiro. A diversidade das experiências e perfis de desenvolvimento que se observa na faixa de fronteira brasileira, bem como em outras áreas de fronteira da América do Sul, demonstra a necessidade de novas políticas e novas abordagens de desenvolvimento.

Mais do que planos e programas centralizados, um projeto de intervenção para as áreas de fronteira deve ser feito para e com as populações locais e suas organizações representativas. O primeiro passo é criar instâncias para o diálogo harmônico entre os diversos entes e protagonistas do desenvolvimento regional. Um exemplo disso foi a criação do

Conselho de Desenvolvimento Trinacional na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai (Codetri). O Codetri é formado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (Codefoz), Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental de Ciudad del Este (Codeleste) e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Puerto Iguazú (Codespi). As entidades fomentam ações e políticas públicas integradas para a sua região e gerirem um processo de desenvolvimento mais coeso e coletivo. É a região da fronteira tomando em mãos seu próprio processo de desenvolvimento.

A FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Augusta Pelinski Raiher

Introdução

As regiões de fronteira apresentam características que as diferenciam dos demais espaços brasileiros. As externalidades decorrentes da vizinhança com municípios de outros países não equivalem aos resultados oriundos da proximidade que se tem entre os municípios não fronteiriços do Brasil. Becker (2007) enfatiza a existência de elementos que potencializam as construções sociais coletivas na afirmação de novas parcerias, ao mesmo tempo em que essas áreas se apresentam propensas à conflitos, demandando a intervenção e o controle dos Estados Nações.

Até certo tempo atrás, as políticas brasileiras para a Faixa de Fronteira focavam exclusivamente na defesa nacional, não atuando na diminuição da pobreza, da criminalidade e na própria falta de integração entre as nações. Entretanto, nos últimos anos (iniciando no segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso), reestruturou-se o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira², com vista a gerar cooperação e o desenvolvimento entre os municípios dessa área. O foco deixou de ser apenas defesa nacional e passou a ser o desenvolvimento regional.

Entretanto, mudou-se a abordagem, mas a efetividade das ações ficou limitada. Por exemplo, Corrêa (2019), ao investigar os municípios da Borda da Fronteira

² No final da década de 1990 instituiu-se o Programa Social da Faixa de Fronteira; em 2003, o programa passou a ser denominado de Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e, a partir de 2005, como Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira que, posteriormente, foi a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Brasil/Paraguai, evidenciou que os indicadores de Saúde e Educação melhoraram nos últimos anos, porém, a geração de emprego e renda ficou restrita, apresentando pouco dinamismo industrial e baixo grau de investimento. Da mesma forma, Silva e Ruckert (2016), ao entrevistar os gestores da sub-região fronteira do Pará e do Amapá, constataram que esses municípios não receberam tratamento diferenciado por ser ente federativo de fronteira. O que não evidenciou efetividade nos programas e nos projetos governamentais que visavam promover o desenvolvimento socioeconômico e a integração cultural e comercial da Faixa de Fronteira.

Assim, embora se tenham políticas/programas específicos para as áreas da Faixa de Fronteira, as evidências empíricas não captam efeitos transformadores dessas ações no desenvolvimento regional desses municípios.

Outro ponto importante refere-se à heterogeneidade existente dentro da própria fronteira, que faz com que políticas gerais não impactem igualmente todos os espaços. Nela, tem-se fluxos de pessoas, comércio e culturas e estas relações não possuem o mesmo padrão, a mesma intensidade e nem as mesmas causas. Características étnica, culturais, tipo de colonização, estrutura produtiva, infraestrutura existentes, entre outros, são elementos que diferenciam cada área da fronteira (OLIVEIRA, 2005).

Com efeito, a área fronteira abrange 588 municípios, situados em 11(onze) Unidades da Federação, caracterizada geograficamente por ser uma faixa de até 150 km de largura, totalizando 16.885 quilômetros de extensão, correspondendo a 27% do território nacional. Ou seja, as relações produtivas, os fatores de produção, as oportunidades de comércio e de integração, dentro outros, são desiguais e afetam diferentemente o desenvolvimento regional.

Toda a sua extensão territorial está dividida em três grandes arcos: do Norte, em que a presença da Floresta Amazônica é o diferencial; do Centro, cuja expansão da fronteira agrícola é bastante evidente, e; do Sul, com uma agroindústria forte, com municípios conectados economicamente, com infraestrutura bem desenvolvida e interligações rodoviárias eficientes (PÊGO, 2017).

Neste contexto, esse texto investiga o perfil do desenvolvimento socioeconômico desses municípios, considerando suas limitações e suas diferenças. Mais do que isso, tem-se como objetivo identificar o estágio de desenvolvimento de cada município e os diferentes fatores que podem afetar esse dinamismo, especialmente com vistas a romper qualquer círculo vicioso da pobreza que exista na faixa fronteira.

Ressalta-se que quando uma economia está num círculo vicioso, caracteriza-se pelo subdesenvolvimento, pela baixa produtividade das áreas pobres, juntamente com o seu pequeno mercado, os quais tendem a ampliar cada vez mais o subdesenvolvimento, fortalecendo um processo cumulativo que reforça a pobreza ao invés de erradicá-la. Assim, os obstáculos para o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida se reforçam, fazendo com que os municípios e regiões imersos nesses problemas tenham dificuldades em melhorar seus indicadores de bem-estar social (NURKSE, 1957; MYRDAL, 1968).

Assim, existem forças circulares e cumulativas que mantêm a região ou o município em subdesenvolvimento, especialmente quando este detém características iniciais negativas. Por isso, se torna crucial a identificação de tais regiões, para que, por meio da política pública efetivas e pela mobilização da sociedade civil, se possa romper tal círculo. Como a Faixa de Fronteira brasileira - por suas particularidades - tende a apresentar uma vulnerabilidade maior frente aos demais

municípios do país, essa investigação se torna ainda mais relevante.

Perfil do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da fronteira brasileira.

O processo de desenvolvimento econômico é complexo e envolve uma série de fatores. Sua aferição não é padronizada, não tendo fatores fixos na sua determinação, dificultando a geração de desenvolvimento equilibrado ao longo do espaço. Nos últimos anos, o Brasil elevou o bem-estar da sua população (Tabela 1), passando de um índice Firjan (IF) de 0.56 para 0.67, saindo de uma classificação de desenvolvimento regular para desenvolvimento moderado³. Destarte, em 2005 o percentual de municípios enquadrados como regular ou baixo era igual a 58%, retraindo para apenas 24% em 2016. Ou seja, os municípios brasileiros avançaram no que diz respeito à geração de bem-estar para sua população, existindo, porém, a necessidade de induzir especialmente o desenvolvimento daqueles que estão aquém desse processo.

Tabela 1: Brasil: média do Índice Firjan (IF) e percentual de municípios com IF inferior a 0.60 - Brasil, Faixa de Fronteira e seus arcos - 2005 e 2016.

Regiões	Índice Firjan (IF)		Percentual de Municípios com IF abaixo de 0.60	
	2005	2016	2005	2016
Brasil	0.56	0.67	58	24
Faixa de Fronteira	0.60	0.70	43	14
Arco Norte	0.451	0.552	94	71
Arco Sul	0.643	0.736	28	1
Arco Centro	0.581	0.679	62	10

Fonte: Firjan (2020), com dados organizados pela pesquisa

³ A Firjan (2020) classifica esse índice como: alto desenvolvimento, se for superior a 0.80; moderado, se estiver entre 0.60 e 0.80; regular, se estiver entre 0.40 e 0.60; e baixo, se tiver um índice inferior a 0.40.

No caso da Faixa de Fronteira (Tabela 1), o seu desenvolvimento se apresentou superior à média brasileira, tanto em 2005 como também 2016, sendo classificado como desenvolvimento moderado já em 2005. Do total de seus municípios (588), 43% estavam enquadrados como desenvolvimento regular ou baixo em 2005, passando para 14% em 2016. Na média, a Faixa de Fronteira se apresentou com um melhor grau de desenvolvimento que a média brasileira.

Entretanto, a área fronteira é bastante heterogênea, apresentando características diferenciadas entre seu espaço, conforme enunciado anteriormente. Ao analisar os três Arcos (Tabela 1), se constatou essa discrepância: o Sul e o Centro apresentaram índices de desenvolvimento superior à média brasileira tanto em 2005 como em 2016, estando, ambos, numa classificação de desenvolvimento moderado em 2016; o Norte apresentou índice de desenvolvimento abaixo da média do país em ambos os anos, estando ainda numa classificação de desenvolvimento regular.

Além disso, o Arco Norte ainda detinha 71% dos seus municípios com IF inferior a 0.60, enquanto que o Sul tinha apenas 1% e o Centro 10% em 2016. Portanto, esses dados iniciais demonstram a heterogeneidade no desenvolvimento que se tem ao longo da faixa fronteira, ratificando a argumentação de que não se pode fazer análises únicas para todo esse espaço, havendo particularidades em cada região.

Pontua-se que os municípios que pertencem à Faixa de Fronteira não são "ilhas" que não se comunicam com os demais municípios das suas regiões, e, provavelmente, o seu resultado em termos de desenvolvimento representa as particularidades de cada Estado nos quais estão inseridos. Isso pode ser comprovado por meio da Tabela 2, na qual se verifica certa similaridade entre os índices obtidos pelos municípios pertencentes à faixa fronteira e a média do seu Estado. Ou

seja, as desigualdades ao longo da Faixa de Fronteira se devem, em parte, às próprias características locais, consequência dos problemas endógenos de cada região.

Por isso, instituir políticas específicas para a área de fronteira, sem considerar essas particularidades, e sem estender tais ações para os demais municípios conectados aos municípios da fronteira, gera uma grande chance de insucesso, ou de parcialidade nos resultados auferidos.

Tabela 2: Brasil: média do IF por Estado pertencente a Faixa de Fronteira - para todos os municípios dos Estados selecionados e para os municípios pertencentes à Faixa de Fronteira (FF) - 2005 e 2016.

Arco	Estados	IF 2005		IF 2016	
		FF	Todos Municípios	FF	Todos Municípios
Norte	Rondônia	0.52	0.51	0.64	0.63
	Acre	0.41	0.41	0.54	0.54
	Amazonas	0.35	0.39	0.47	0.50
	Roraima	0.49	0.47	0.55	0.55
	Pará	0.43	0.41	0.53	0.54
	Amapá	0.51	0.49	0.52	0.53
Sul	Paraná	0.66	0.66	0.74	0.73
	Santa Catarina	0.67	0.67	0.75	0.74
	Rio Grande do Sul	0.62	0.65	0.73	0.73
Centro	Mato Grosso do Sul	0.59	0.62	0.67	0.70
	Mato Grosso	0.57	0.57	0.69	0.69

Fonte: Firjan (2020), com dados organizados pela pesquisa

Nota: Em negrito, os maiores IF comparando os municípios da FF e todos os municípios do Estado

Em termos de desenvolvimento municipal, tem-se a Figura 1, na qual se trabalhou com o conceito de estágios de desenvolvimento, metodologia elaborado pelo Informe sobre Desarrollo Humano (2002). Tomando como parâmetro uma linha de corte igual à 0.60 em cada dimensão do Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IF)⁴, classificou os municípios em

⁴ O IF é composto de três dimensões: renda e emprego; saúde; e educação. Na primeira, os indicadores considerados são: geração de emprego formal, absorção da mão de obra local, geração de renda formal, os salários médios do emprego formal e a desigualdade de renda. Na dimensão educação, as

“Tendendo ao Crescimento” (TC), “Tendendo ao Desenvolvimento” (TD), “Círculo Vicioso” (CV) e “Círculo Virtuoso” (CT), conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação dos municípios da Faixa de Fronteira quanto ao perfil de desenvolvimento do IF.

Situação do município			
Tendendo ao crescimento	Tendendo ao desenvolvimento	Círculo vicioso	Círculo virtuoso
IF-emprego e renda $\geq 0,60$ e IF-saúde $< 0,60$ e IF-educação $< 0,60$	IF-educação $\geq 0,60$ e/ou IF-saúde $\geq 0,60$	IF-educação $< 0,60$ e IF-saúde $< 0,60$ e IF-renda e emprego $< 0,60$	IF-educação $\geq 0,60$ e IF-saúde $\geq 0,60$ e IF-renda e emprego $\geq 0,60$

Fonte: Elaborado pela pesquisa, adaptado do Informe sobre Desarrollo Humano (2002)

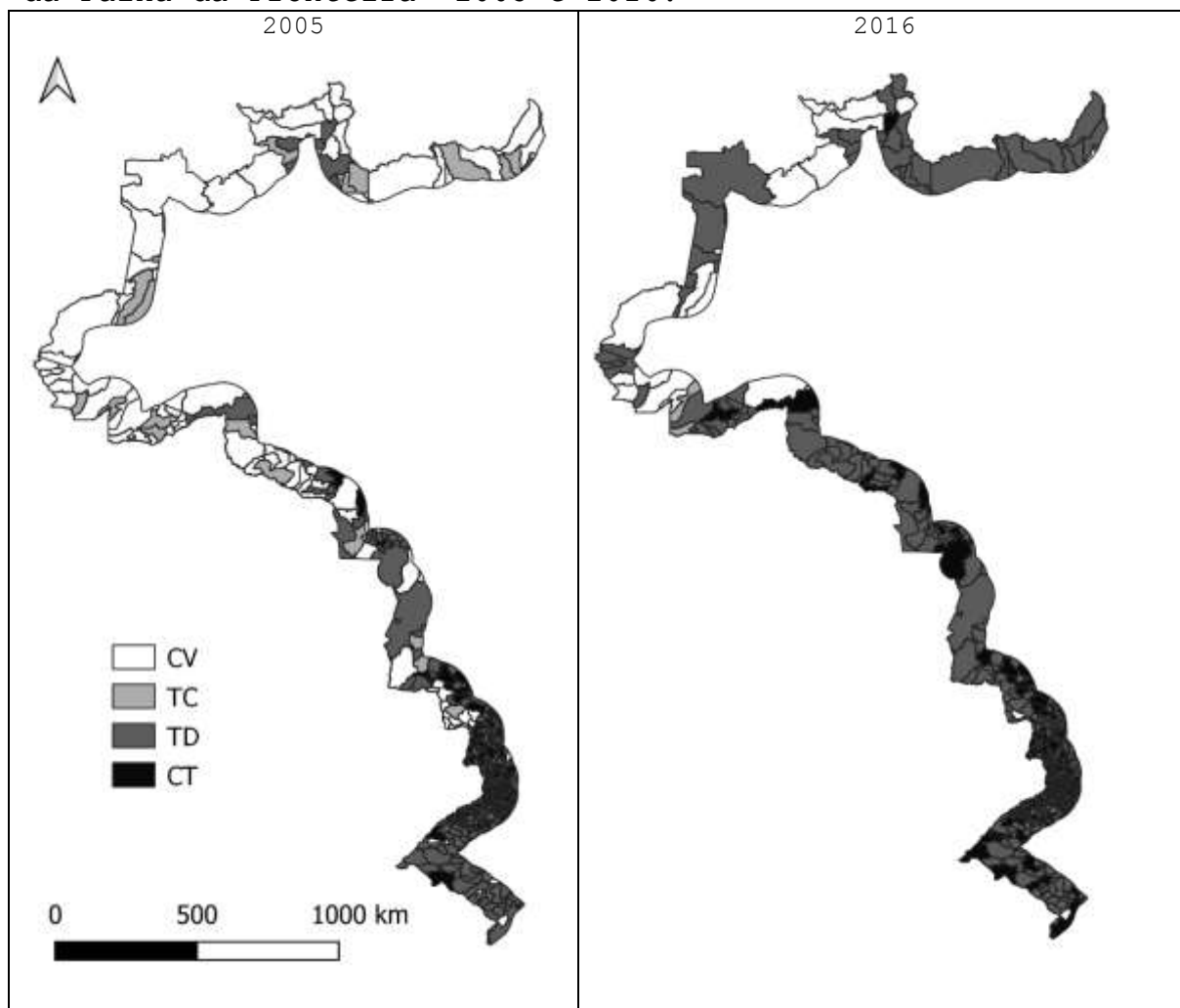
Quando uma economia está num círculo vicioso da pobreza, caracteriza-se pelo subdesenvolvimento, pela baixa produtividade, juntamente com o seu pequeno mercado, os quais tendem a ampliar cada vez mais o subdesenvolvimento, fortalecendo um processo cumulativo que reforça a pobreza ao invés de erradicá-la. Ou seja, os obstáculos para o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida se reforçam, fazendo com que os municípios e regiões imersos nesses problemas tenham dificuldades em melhorar seus indicadores de bem-estar social (NURKSE, 1957; MYRDAL, 1968; CAPELO, 2008).

De maneira geral, a saída de um município do círculo vicioso não se dá de forma natural exatamente por se ter um processo cumulativo, que reforça as características do subdesenvolvimento. Entretanto, o que se pode verificar nos municípios da faixa da fronteira é uma retração elevada do

informações utilizadas são: matrícula na educação infantil, o abandono no ensino fundamental, a distorção idade-série no ensino fundamental, número de docentes com ensino superior atuando no ensino fundamental e o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no ensino fundamental. Por fim, a dimensão saúde contempla o número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causa evitáveis e internação sensível à atenção básica

percentual de municípios enquadrados nesse estágio de desenvolvimento (Figura 1), saindo de 17,2% em 2005 para 3,4% em 2016 (Tabela 3).

Figura 1: Brasil: estágios do Desenvolvimento dos municípios da Faixa da Fronteira -2005 e 2016.



Fonte: Dados originais do Sistema Firjan, trabalhados pela pesquisa
Nota: CV: círculo vicioso; TC: tendência ao crescimento; TD: tendência ao desenvolvimento; CV: círculo virtuoso.

Dada à dificuldade de um município sair do círculo vicioso do desenvolvimento, provavelmente se teve políticas importantes que não foram capazes de vencer esse processo na região. Cabe ressaltar que a mesma tendência se verifica no Brasil como um todo, o qual tinha 39,2% dos seus municípios no círculo vicioso em 2005 e retraiu para apenas 4,1% em 2016.

Assim, a área fronteira segue uma tendência nacional, e talvez o processo positivo que se teve na região decorreu de políticas nacionais, e não específicas a esses municípios.

Tabela 3: Brasil: percentual de municípios da Faixa de Fronteira e do Brasil em cada estágio do desenvolvimento - 2005 e 2016.

Estágio do desenvolvimento	Faixa da Fronteira		Brasil	
	2005	2016	2005	2016
Círculo Vicioso	17.2	3.4	39.2	4.1
Círculo Virtuoso	17.4	19.1	16.6	15.1
Tendendo ao Desenvolvimento	61.6	77.1	39.3	80.5
Tendendo ao Crescimento	3.8	0.3	4.9	0.2

Fonte: Dados originais do Sistema Firjan, trabalhados pela pesquisa

Analisando por Arco (Tabela 4), tem-se uma elevada desigualdade: no Norte, em 2005, mais da metade dos municípios da fronteira estavam no círculo vicioso do subdesenvolvimento, diminuindo para 27,5% em 2016; o Arco Central tinha em torno de apenas 1% dos seus municípios nesse estágio do desenvolvimento; o Sul, sem municípios no círculo vicioso de subdesenvolvimento. A posição superior dos municípios da fronteira frente aos demais municípios do Brasil é fortalecida por aqueles localizados no Arco Central e Sul, tendo uma deterioração do perfil de desenvolvimento no Arco Norte. Infere-se, assim, a existência de problemas graves em termos de desenvolvimento não ao longo de toda a fronteira, mas, sim, especialmente nos municípios que estão no Arco Norte.

Tabela 4: Brasil: percentual de municípios da Faixa de Fronteira - por Arco - em cada estágio do desenvolvimento - 2005 e 2016.

Arco	Estagio de Desenvolvimento	2005	2016
Norte	Círculo Vicioso	68.1	27.5
	Círculo Virtuoso	0.0	2.9
	Tendendo ao Desenvolvimento	8.7	66.7
	Tendendo ao Crescimento	23.2	2.9
Central	Círculo Vicioso	36.6	1.0
	Círculo Virtuoso	11.9	17.8
	Tendendo ao Desenvolvimento	45.5	81.2
	Tendendo ao Crescimento	5.9	0.0
Sul	Círculo Vicioso	4.1	0.0
	Círculo Virtuoso	21.6	22.1
	Tendendo ao Desenvolvimento	74.3	77.9
	Tendendo ao Crescimento	0.0	0.0

Fonte: Dados originais do Sistema Firjan, trabalhados pela pesquisa

Os municípios que estavam inicialmente no estágio "tendendo ao desenvolvimento" poucos caíram no círculo vicioso (apenas 0,3%), enquanto dos que estavam "tendendo ao crescimento" em 2005, 23% caíram no círculo vicioso em 2016 (Tabela 5). Ou seja, a aceleração no crescimento econômico foi um elemento relevante para se avançar nos estágios mais qualitativos no perfil socioeconômico dos municípios da fronteira, não assegurando que estes fossem capazes de fazer essa transição para um círculo virtuoso. Já os municípios que chegaram a um estágio mais avançado em termos qualitativos do desenvolvimento humano melhoraram sua posição no perfil do desenvolvimento econômico e social.

Então existe uma predisposição mais significativa dos que estão "tendendo ao crescimento" de regredirem para o círculo vicioso no médio e longo prazo se não mantiverem o dinamismo da sua economia e avançarem em termos de capital humano e social.

Tabela 5: Brasil: dinâmica dos municípios da Faixa de Fronteira em cada estágio do desenvolvimento humano -2005 para 2016.

Círculo	2005	Situação dos municípios em 2016 (%)			
		Cv	Tc	Td	CVirt
Cv	101	13.9	2.0	78.2	5.9
Tc	22	22.7	0.0	68.2	9.1
Td	361	0.3	0.0	87.0	12.7
CVirt	102	0.0	0.0	43.1	56.9

Fonte: Dados originais do Sistema Firjan, trabalhados pela pesquisa
 Nota: CV: círculo vicioso; TC: tendência ao crescimento; TD: tendência ao desenvolvimento; CVirt: círculo virtuoso.

Nesse caso, o avanço das economias municipais fronteiriças apenas em renda e emprego não é requisito suficiente para a manutenção do processo de desenvolvimento econômico, principalmente se as economias não forem capazes de avançar nos aspectos qualitativos que caracterizam o desenvolvimento humano (educação e saúde). Isso reforça a tese de Sant'ana (2008) de que melhorar somente os aspectos econômicos não garante que o município não será inserido no círculo vicioso, sendo apenas uma dimensão necessária, mas não suficiente para se ter melhoramento do bem-estar da população.

No caso dos municípios que estavam classificados dentro do círculo virtuoso em 2005, a maioria (57%) continuou neste processo. Destarte, entende-se que uma vez iniciado o processo de desenvolvimento humano, as chances de se regredir são bem menores em função do processo cumulativo, considerando que a cada instante se reforçam os elementos necessários para se auferir maiores níveis de bem-estar para a população e reforçar a equidade. Os demais municípios que deixaram de estar no círculo virtuoso em 2016 passaram para a classificação "tendendo ao desenvolvimento". Isso é justificado, em parte, pela crise econômica que o país vivenciou e que, possivelmente, afetou a dinâmica econômica desses espaços, mantendo apenas os aspectos sociais e educacionais positivos.

Ressalta-se que esse processo cumulativo também pode ocorrer com os municípios que se encontram no círculo vicioso, mas, neste caso, o processo cumulativo reforça os aspectos negativos, intensificando e ampliando o subdesenvolvimento humano da população local. Um município no círculo vicioso apresenta problemas sérios na capacidade de gerar emprego e renda, e, conseqüentemente, de auferir ganhos fiscais para ampliar a cobertura e os investimentos em saúde e educação. Porém, se o esforço na melhoria das condições do capital humano for mantido, de forma endógena ou exógena, é possível mudar o estágio do desenvolvimento socioeconômico. No caso dos municípios da fronteira brasileira, a grande maioria dos que estavam no círculo vicioso em 2005 conseguiram uma maior mobilidade nos anos seguintes. Com isso, eles evoluíram para outros estágios de desenvolvimento, restando apenas 13,9% dos municípios no círculo vicioso. Destaca-se que aqueles municípios que se mantiveram no círculo vicioso ficaram em uma situação mais difícil para reverter o processo de subdesenvolvimento humano de forma endógena, necessitando de ações concretas para sua "mobilidade para o bem-estar".

Analisando a dinâmica 2005/2016 por Arco (Tabela 6), ratifica a preocupação com a região Norte, a qual foi a que mais manteve seus municípios no círculo vicioso, correspondendo a 28%. Assim, infere-se que esse Arco demanda uma atenção especial, necessitando de políticas específicas para romper tal processo negativo.

Tabela 6: Dinâmica dos municípios da Faixa de Fronteira - por Arco - em cada estágio do desenvolvimento humano -2005 para 2016.

Arco	Círculo	Municípios	Situação dos municípios em 2016 (%)			
		2005	Cv	Tc	Td	CVirt
Norte	Cv	47	27.66	4.26	68.09	0.00
	Tc	16	31.25	0.00	62.50	6.25
	Td	6	16.67	0.00	66.67	16.67
	CVirt	0	0.00	0.00	0.00	0.00
Central	Cv	37	2.70	0.00	91.89	5.41
	Tc	6	0.00	0.00	83.33	16.67
	Td	46	0.00	0.00	82.61	17.39
	CVirt	12	0.00	0.00	41.67	58.33
Sul	Cv	17	0.00	0.00	76.47	23.53
	Tc	0	0.00	0.00	0.00	0.00
	Td	309	0.00	0.00	88.03	11.97
	CVirt	90	0.00	0.00	43.33	56.67

Fonte: Dados originais do Sistema Firjan, trabalhados pela pesquisa

Nota: CV: círculo vicioso; TC: tendência ao crescimento; TD: tendência ao desenvolvimento; CVirt: círculo virtuoso.

Ao mesmo tempo, especialmente no Arco Sul, um percentual elevado (24%) de municípios fronteiriços que estavam no círculo vicioso conseguiu se enquadrar no círculo virtuoso. Isso é muito importante e demonstra uma dinâmica interna relevante, capaz de induzir ao desenvolvimento espaços subdesenvolvidos. Ferrera de Lima (2019) também chegou a um resultado semelhante analisando as disparidades regionais na fronteira no Sul do Brasil.

Outro ponto importante alusivo aos resultados da Tabela 6 referem-se aos municípios que tendiam ao desenvolvimento em 2005, os quais, na sua maioria, permanecem nessa classificação. Conforme descreve Myrdal (1968) acerca da causalção circular cumulativa, os círculos são interligados; neste sentido, se a dimensão educação e saúde (capital humano) tiveram um grande avanço nos últimos anos, o esperado seria se ter, *ex post*, uma resposta positiva da dimensão renda. Mas, pelos resultados verificados, esse efeito retro alimentador

não foi suficiente para inibir os efeitos da crise na atividade econômica de boa parte dos municípios da fronteira.

Nesse caso, a manutenção dos indicadores de renda depende também da variável investimento, cujo atrativo está ligado ao capital humano, mas também as condições de mercado e as expectativas quanto ao futuro da atividade econômica. Isso explica, em parte, porque 67%, 83% e 88% dos municípios do Arco Norte, Centro e Sul, respectivamente, que estavam tendendo ao desenvolvimento permaneceram nesta classificação em 2016, contrariando a hipótese de Ramis, Stewart e Ramirez (2000) de que nenhum desequilíbrio persiste ao longo do tempo. Ou seja, os desequilíbrios podem se aprofundar, caso não ocorram medidas ou ações corretivas.

Enfim, teoricamente, quando se está inserido num processo cumulativo positivo de desenvolvimento humano, as melhores condições de desenvolvimento para a população são uma consequência natural dos resultados internos que o próprio processo de desenvolvimento induz. Ao contrário, quando a região possui indicadores negativos “enraizados”, a espiral do subdesenvolvimento humano só tende a se intensificar. Por isso, é crucial a identificação dos potenciais elementos que podem romper tal processo e melhorar progressivamente o perfil do desenvolvimento humano municipal e seus rebatimentos regionais.

Na tabela 7 estão expostos alguns dos fatores que podem ter induzido a inércia do subdesenvolvimento revelados na figura 1. Destarte, visando identificar os elementos que exercem efeito sobre a probabilidade de um município da fronteira permanecer ou se inserir no círculo vicioso do subdesenvolvimento humano no decorrer do tempo estimou-se um modelo *logit* espacial⁵, utilizando dados composto por todos os municípios da fronteira para o ano de 2016, ressaltando que as

⁵ Para maiores detalhes desse modelo, consultar Almeida (2012).

variáveis explicativas foram construídas com um *gap* de cinco anos (visando minimizar problemas de endogeneidade).

Os resultados (Tabela 7) apontaram que as condições iniciais acerca da formação escolar dos trabalhadores interferem na probabilidade de se permanecer ou de inserção no círculo vicioso. Importante ressaltar a alta correlação encontrada entre o percentual de trabalhadores com ensino superior e a média salarial, optando por ficar apenas com uma variável, visando evitar problemas econométricos. Assim, uma melhora na formação de capital humano nos municípios da fronteira tende a elevar a produtividade dos trabalhadores, intensificando a renda média e, conseqüentemente, elevando as chances dos municípios de não se enquadrarem no círculo vicioso do subdesenvolvimento. A formação de capital humano apresenta-se importante para o processo de rompimento do círculo cumulativo negativo na fronteira.

Tabela 7: Brasil: resultados do modelo *Logit* referindo-se à chance de um município da Faixa de Fronteira permanecer ou se inserir no círculo vicioso do subdesenvolvimento humano⁶ - Municípios do Brasil -2016.

Variáveis explicativas	Coefficiente	Desvio padrão
Bolsa Família inicial	-0.038	0.1720
Pib Per capita inicial	-0.0519	0.057
Percentual de trabalhadores com ensino superior inicial	-0.331*	0.155
Percentual da população na condição de pobreza inicial	4.296*	2.163
Coefficiente de Gini inicial	0.809	3.333
Percentual de domicílios com saneamento inicial	-120.004*	31.652
Defasagem espacial do Índice Firjan	4.006	2.968
Defasagem da variável dependente (pertence ou não ao CV)	0.411*	0.204

Fonte: Resultado da pesquisa.

Nota: *significativo a um nível de significância de 5%; **significativo a um nível de significância de 10%. Entre parênteses refere-se ao p-valor do teste t. Em negrito estão aqueles que apresentaram significância estatística.

⁶ A variável dependente correspondeu a uma *dummy*, com os seguintes valores: 'um' se o município está no círculo vicioso em 2016 e "zero" se não está no círculo vicioso.

A condição de pobreza também apresentou impacto estatisticamente significativo sobre a probabilidade de um município fronteiro se enquadrar no círculo vicioso do subdesenvolvimento, de modo que uma intensificação no percentual da pobreza eleva as chances de se estar no processo cumulativo do subdesenvolvimento. Nesse sentido, se as políticas públicas não priorizarem os municípios nos quais está enraizado o subdesenvolvimento humano, fomentando a alteração das suas características internas referente à condição de pobreza, elevam-se as chances de se depreciar cada vez mais o bem-estar da sua população e, conseqüentemente, seu desenvolvimento humano.

Outro elemento importante no rompimento do círculo vicioso do subdesenvolvimento desses municípios foi a infraestrutura urbana, representado pelo percentual de domicílios com saneamento básico. A ação do Estado fornecendo os serviços básicos não apenas melhora a condição de vida dessa população, mas, também eleva a própria formação de capital humano, melhorando os aspectos sociais da região. O estágio de desenvolvimento que mais conduziu municípios para o círculo virtuoso foi o "tendendo ao desenvolvimento", no qual se tem seus aspectos sociais intensificados. Assim, melhorar as condições de saúde (proxy: saneamento) e educação se apresentam como cruciais para que um município fronteiro deixe o processo cumulativo negativo do subdesenvolvimento.

A defasagem espacial de se estar no círculo vicioso se apresentou estatisticamente significativa, de modo que, ser vizinho de municípios que estão nesse processo eleva a chance de estar também no círculo vicioso do subdesenvolvimento. Assim, se políticas específicas concentrarem seus esforços em pontos estratégicos, nos quais o subdesenvolvimento é intenso, tem-se uma probabilidade de se ter uma mitigação do

subdesenvolvimento na região via as externalidades que existem nesse processo.

De qualquer maneira, tal rompimento - - seja via elevação da escolaridade, da diminuição da pobreza ou da melhoria da infraestrutura urbana, dentre outras formas - se torna crucial para que se tenha um desenvolvimento humano mais equitativo no longo prazo na fronteira do Brasil. Ou seja, a política pública deve priorizar sempre os municípios mais frágeis em termos de desenvolvimento humano, com resultados que tendem a beneficiar toda a região.

Conclusão.

Este texto analisou o perfil do desenvolvimento humano municipal da fronteira do Brasil, a partir dos resultados e evolução do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) entre 2005 e 2016.

Os resultados da pesquisa apontaram para melhorias no perfil dos indicadores de desenvolvimento humano, dado que, concomitantemente com a ampliação do círculo virtuoso também houve redução dos municípios que pertenciam ao círculo vicioso do subdesenvolvimento humano. Entretanto, tem-se uma heterogeneidade no espaço fronteiro, com a presença de um eixo (que vai do Arco Sul até o Centro) de municípios "tendendo ao desenvolvimento" ou no círculo virtuoso, e um grupo elevado de municípios no círculo vicioso do subdesenvolvimento no Arco Norte, com percentuais superiores ao encontrado para o Brasil como um todo. Essa precariedade no desenvolvimento desse Arco não é um fato isolado, acompanhando a tendência regional. Portanto, é importante promover medidas que rompam o processo negativo existente da fronteira,

especialmente Norte, com extensão para todos os espaços subdesenvolvidos da região.

Outro ponto importante verificado nessa pesquisa refere-se a existência de uma maior predisposição dos municípios enquadrados no estágio "tendendo ao crescimento" de caírem no círculo vicioso a longo prazo em todos os Arcos. Por isso se torna importante políticas públicas que venham a contribuir para que as características econômicas positivas existentes em cada espaço encadeiem elementos sociais também positivos, melhorando as condições de bem-estar de toda a população. Isso reforça a ideia de que o crescimento econômico é uma condição "necessária" para se ter o desenvolvimento, mas não "suficiente"!

Por fim, questionou-se quais os fatores que poderiam romper com as características do subdesenvolvimento da fronteira. Como corolário, as condições iniciais acerca da escolaridade, infraestrutura urbana (social), e a pobreza, podem afetar a probabilidade de se permanecer ou de se inserção no círculo vicioso. Assim, a melhoria qualitativa do capital humano (educação e saúde) tendem a impactar positivamente no perfil dos salários e no número de empregados formais de cada município, dinamizando a economia e conduzindo a um processo cumulativo de desenvolvimento. Igualmente, a retirada da população da condição de pobreza, também afeta nas chances de se sair de um estágio de subdesenvolvimento, gerando renda e condições positivas de bem-estar.

Quando se está num estágio avançado de desenvolvimento humano, o avanço no desenvolvimento se torna uma consequência natural do próprio processo de desenvolvimento socioeconômico, tendendo a se espalhar no espaço, com externalidades positivas para a vizinhança. Mas, quando a região possui histórico de pobreza e indicadores pouco significativos em termos de capital humano e social, os indicadores do desenvolvimento

socioeconômico tende a se agravar, transbordando efeitos negativos para o envoltório, tornando "crônico" o processo. Por isso, torna importante a identificação, o monitoramento dos elementos potenciais que podem romper tal círculo, buscando melhorar progressivamente as condições de vida.

Destarte, entende-se que uma vez iniciado o processo de desenvolvimento humano, as chances de se regredir são bem menores em função do processo cumulativo. Ou seja, a cada instante se reforçam os elementos necessários para se auferir maiores níveis de bem-estar para toda a população. Com isso, pode se concluir que as condições iniciais do processo de desenvolvimento são importantes, mas as mudanças subsequentes são fundamentais no rompimento de qualquer processo cumulativo negativo que um município venha a ter no seu desenvolvimento humano ao longo do tempo e no espaço.

Referências.

- ALMEIDA, E. S. **Econometria Espacial Aplicada**. Campinas: Editora Alínea, 2012.
- BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CAPELLO, R. Regional economics in its 1950s: recent theoretical directions and future challenges. **The Annals of Regional Science**, vol. 42, nº 04, p.747-767, 2008.
- CORRÊA, A. **Políticas públicas para a integração regional da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul: um estudo da "borda fronteira Brasil/Paraguai"**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo, 2019.

- FERRERA DE LIMA, J. Disparidades regionais na fronteira Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol.15, nº05, p. 128-137, 2019.
- FIRJAN. IFDM 2020- Índice Firjan de desenvolvimento municipal. 2015. Disponível em:<<http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm/2020/#2>>. Acesso em fevereiro de 2020.
- INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO. **La dinámica del desarrollo humano regional**. 2002. Disponível em:<<http://www.centrodesarrollohumano.org>>. Acesso dezembro de 2014.
- MYRDAL, G. **Teoría económica y regiones subdesarrolladas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- NURKSE, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1957.
- OLIVEIRA, T. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico--práticos. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem Limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora da UFMS, p. 377-408, 2005.
- PÊGO, B. (Coord.). **Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública**. Brasília: Ipea, 2017.
- RANIS, G.; STEWART, F; RAMIREZ, A. Strategies for success in human development. **Journal of Human Development**, vol 01, nº 01, p. 49-69, 2000.
- SANT'ANA, M. The evolution of the concept of development: from economic growth to human development. **Inter-University Attraction Pole VI/06**, 2008.
- SILVA, A.; RUCKERT, A. Políticas Públicas Face à Realidade da Faixa de Fronteira Brasileira. **Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Especial**, vol.11, nº.15, p. 46-54, 2016.

A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

Gabriela Gomes Mantovani

Jéssica Cristina Ruths

Marcos Paulo Rodrigues de Souza

Rafael Lucas Alves Ferreira

Renata Cattelan

Tatiane Salete Mattei

William Silvano de Camargo

Introdução

O processo de desenvolvimento regional não resulta somente do crescimento econômico, pois requer mudanças estruturais e envolve a capacidade de organização social e política da população para formular e implementar programas e políticas com vistas à dinamização econômica e melhoria da qualidade de vida. Depende também da existência de capitais intangíveis como o social, humano, cívico, institucional e redes de poder, que reflitam a capacidade de organização social, cabendo às agências e instituições governamentais o papel de parceiras nesse processo. Haverá desenvolvimento regional quando se estabelecer sinergia entre capitais intangíveis e formação de redes de poder, organizados por uma governança comprometida em alcançar objetivos em comum (HADDAD, 2009).

Frente a esses aspectos, as regiões fronteiriças merecem destaque, pois as especificidades oriundas desses territórios proporcionam complementariedade e integração estratégica, possibilitando até mesmo incorporação a mercados globais, se satisfatoriamente coordenados e articulados (OLIVEIRA, 2018).

Nessa temática, a região, para seu pleno desenvolvimento, deve poder criar empregos, garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e as condições de vida da população. Da mesma forma, as atividades produtivas devem ser capazes de rentabilizar os investimentos, caso contrário a região corre o risco de cair no ostracismo econômico (FERRERA DE LIMA, 2016).

Contudo, os atores podem ou não gozar de interesses comuns, expondo os territórios a elevada competitividade. As interações e relações comerciais frequentemente ocorrem de maneira desregulada e desorganizada, propiciando desigualdades econômicas, sociais, ambientais e estruturais (OLIVEIRA, 2018).

Partindo da premissa da existência de forças espaciais, disparidades no desenvolvimento econômico regional podem surgir em decorrência da ação de forças centrípetas e centrífugas na Faixa de Fronteira brasileira, resultando em regiões mais dinâmicas em detrimento a outras menos dinâmicas. Forças centrípetas, segundo Ferrera de Lima (2016), são forças espaciais que exercem poder de atração, estimuladas por fluxos comerciais e produtivos, bem como pela interdependência técnica, enquanto que forças centrífugas exercem efeito de dispersão das atividades econômicas.

Desse modo, estudar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico da Faixa de Fronteira brasileira é importante, visto que ela possui uma área equivalente a 150 quilômetros de distância da divisa internacional do país, representa quase 27% do território nacional, compreendendo 11 estados e 588 municípios. A base territorial das ações do governo para essa região a divide em três arcos, Arco de Fronteira Sul, Arco de Fronteira Central e Arco de Fronteira Norte (ANGNES et al., 2013).

Pesquisas anteriores analisaram a Faixa de Fronteira por diversos ângulos. Ferrera de Lima e Eberhardt (2010), em

estudo sobre o perfil locacional do desenvolvimento regional na fronteira do Mercosul, demonstraram o processo de reestruturação espacial regional e a forte desigualdade nas mesorregiões Sudoeste do Paraná, Noroeste do Rio Grande do Sul e da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul em relação às outras mesorregiões do Sul do Brasil.

Ferrera de Lima (2019), analisando o Arco de Fronteira Sul, identificou que o setor terciário é o mais homogêneo da região, sendo que diferenças foram identificadas no Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial e agropecuário. Quanto ao VAB agropecuário o estado de Santa Catarina foi o que mais avançou nos últimos anos em direção a uma maior convergência com a região Sul. Já no VAB industrial, a Faixa de Fronteira Arco Sul avança para uma maior desigualdade de atividades industriais em relação ao Sul do Brasil.

Entretanto, dada a complexidade e diversidade da Faixa de Fronteira brasileira, ainda há muito a ser realizado. Estudar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico da Faixa de Fronteira se torna relevante para o dimensionamento do perfil das desigualdades regionais e dos problemas de desenvolvimento. Diante desse contexto, tem-se o seguinte questionamento: qual a dinâmica de desenvolvimento socioeconômico dos municípios de porte médio da região de Faixa de Fronteira brasileira? Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de porte médio na Faixa de Fronteira brasileira, a fim de compreender a dinâmica desses, por meio do Produto Interno Bruto (PIB), população, Índice de Centralidade, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e Indicador de Disparidade, no período de 2002 a 2016.

Espera-se contribuir com estudos sobre desigualdades na Faixa de Fronteira, fornecendo dados de desenvolvimento que tenham propriedade de amparar as ações de planejamento e

formulação de políticas públicas para todas as esferas de governo, bem como subsidiar o poder público e a sociedade no monitoramento das condições de vida da população residente em regiões fronteiriças.

Além dessa parte introdutória, este trabalho possui mais 3 seções. A próxima seção expõe os procedimentos metodológicos utilizados para a análise da dinâmica dos municípios de porte médio. Em seguida, a terceira seção apresenta os resultados e análises dos indicadores selecionados. Por fim, tem-se as considerações finais.

Procedimentos metodológicos.

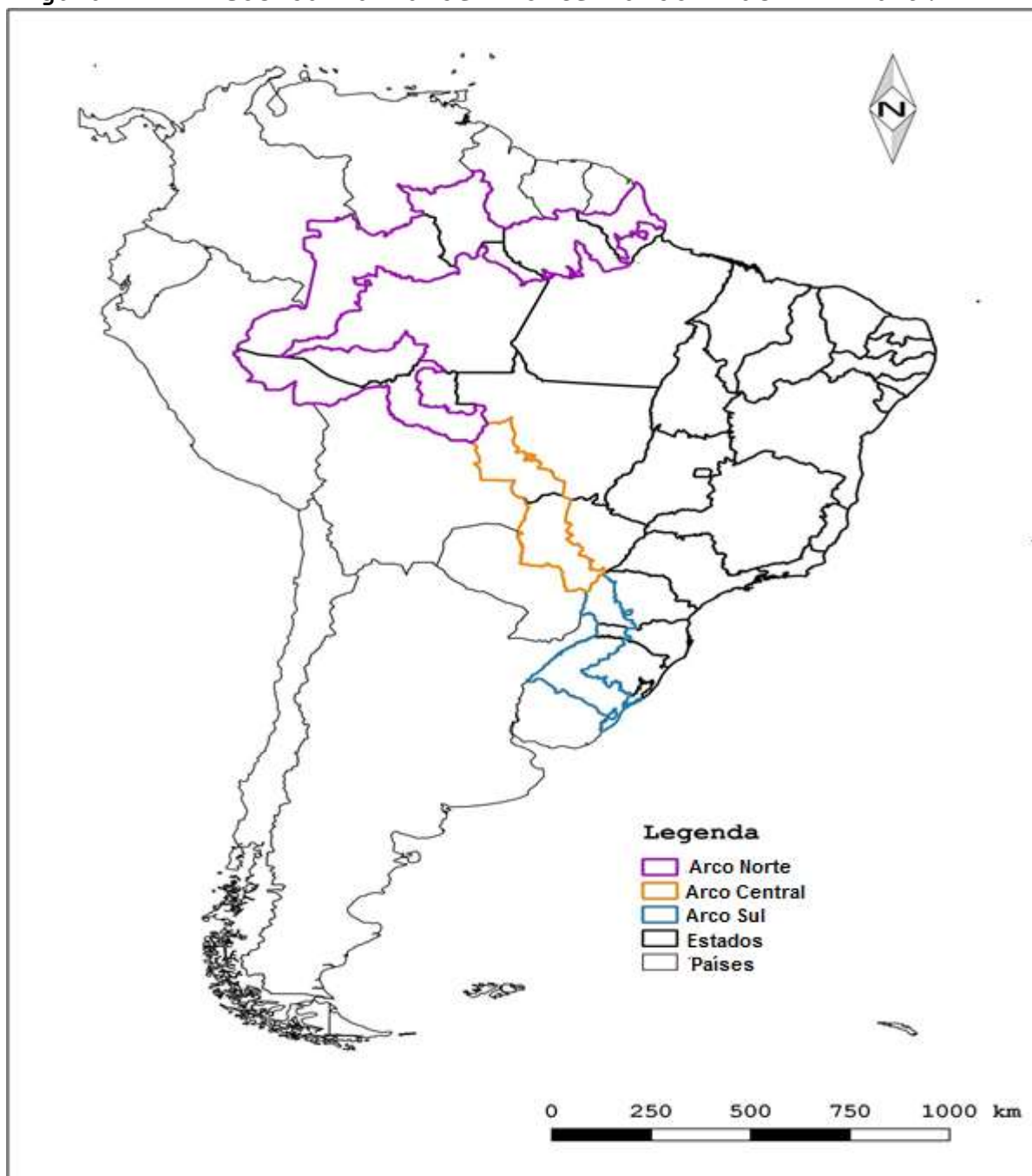
Nesta seção apresentam-se as bases de dados utilizadas para este estudo, bem como a operacionalização das variáveis, a criação do Índice de Centralidade e do Indicador de Disparidade e a classificação dos municípios em relação aos seus respectivos estágios de desenvolvimento humano.

A unidade de análise deste estudo são os municípios brasileiros de porte médio localizados na Faixa de Fronteira, tendo em vista a grande variação nas estimativas populacionais de alguns municípios, além dos espaços necessários para um estudo que abrangesse os 588 municípios da Faixa de Fronteira brasileira. Classificaram-se como municípios de porte médio os que possuíam, em 2016, população estimada entre 100 e 500 mil residentes, seguindo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizada nos trabalhos de Maricato (2001), Amorim Filho e Serra (2001) e Braga (2005).

A Faixa de Fronteira brasileira foi definida pela Lei n° 6.634, de 2 de maio de 1979 (BRASIL, 1979) e regulamentada pelo Decreto n° 85.064, de 26 de agosto de 1980 (BRASIL, 1980). Segundo a legislação, a Faixa de Fronteira tem 150 quilômetros de largura da linha divisória para dentro ao longo

das fronteiras e está ordenada a partir de três zonas geográficas: Arco de Fronteira Norte, Arco de Fronteira Central e Arco de Fronteira Sul (Figura 1).

Figura 1 - Arcos da Faixa de Fronteira do Brasil - 2019.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

Segundo Antunes (2015), a região de fronteira é composta por cidades gêmeas, municípios fronteiriços cuja sede urbana

está localizada próxima ao limite internacional, por exemplo, o município de Foz do Iguaçu (PR), municípios limítrofes, situados no limite internacional, ou seja, na linha de fronteira, que não se encaixam na definição de cidades gêmeas, como o município de Santa Helena (PR) e municípios fronteiriços (localizados nos 150 km da Faixa de Fronteira que não se encaixam em nenhuma das definições anteriores).

Na região de fronteira brasileira, o Arco Sul é o mais densamente povoado, composto por 418 municípios, seguido pelo Arco Central com 99 municípios e pelo Arco Norte, contando com o menor número de municípios, 71, e o maior número de estados, cinco (Tabela 1).

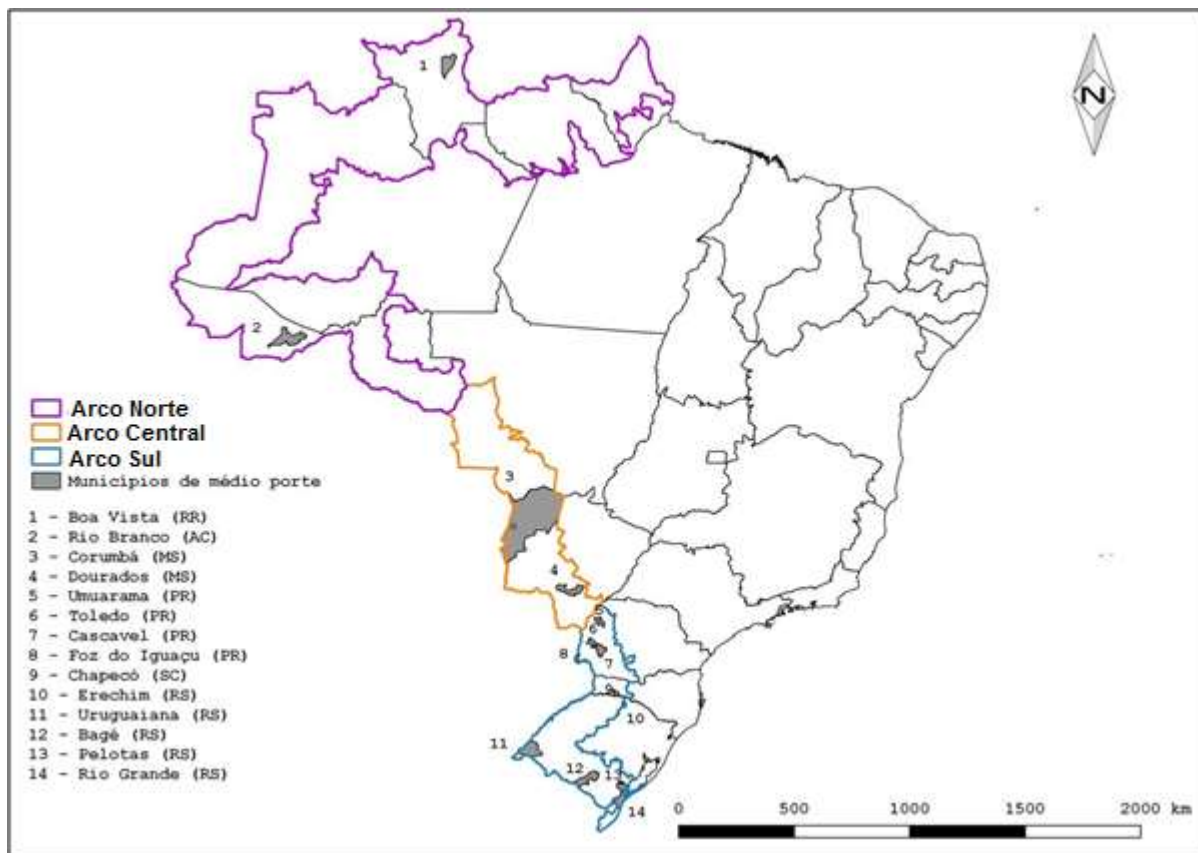
Tabela 1 - Distribuição dos Municípios por Arco na Faixa de Fronteira do Brasil - 2019.

Arco	Estado	Municípios
Arco Norte	Pará (PA)	5
	Amapá (AP)	8
	Roraima (RR)	15
	Amazonas (AM)	21
	Acre (AC)	22
	Total	71
Arco Central	Rondônia (RO)	27
	Mato Grosso (MT)	28
	Mato Grosso do Sul (MS)	44
	Total	99
Arco Sul	Rio Grande do Sul (RS)	197
	Paraná (PR)	139
	Santa Catarina (SC)	82
	Total	418
Total de Municípios		588

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019a.

Em 2016, identificou-se 14 municípios de porte médio na Faixa de Fronteira, dois no Arco Central, dois no Arco Norte e dez no Arco Sul (Figura 2).

Figura 2 - Municípios de porte médio da Faixa de Fronteira do Brasil - 2019.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

Os municípios de porte médio do Arco Norte são Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC). Este arco exibiu um PIB total de R\$ 14,7 bilhões, uma população estimada de 2.209.201 habitantes e apresentou IFDM total médio de 0,515, correspondendo a um desenvolvimento regular⁷(IBGE 2019a; 2019b; IPEADATA, 2019).

No Arco Central, os municípios de porte médio são Corumbá e Dourados, ambos do estado de Mato Grosso do Sul. O Arco Central dispunha de um PIB total de R\$ 32,1 bilhões e população de 2.759.509 habitantes. Além disso, o IFDM total médio do Arco Central foi de 0,668, representando desenvolvimento moderado⁸ (IBGE 2019a; 2019b; IPEADATA, 2019).

⁷ Classificação realizada pela Firjan (2019) para IFDM entre 0,400 e 0,599.

⁸ Classificação realizada pela Firjan (2019) para IFDM entre 0,600 e 0,799.

O Arco Sul teve um PIB total de R\$ 92,8 bilhões e apresenta uma população de 6.617.070 habitantes. Seu IFDM total médio correspondeu a 0,735, denotando desenvolvimento moderado. O Arco Sul é o que contém maior número de municípios de porte médio, sendo eles: Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, e Umuarama no Paraná; Chapecó em Santa Catarina; e Erechim, Uruguaiana, Bagé, Pelotas, e Rio Grande no Rio Grande do Sul (IBGE 2019a; 2019b; IPEADATA, 2019).

A fonte dos dados e os procedimentos realizados são apresentados separadamente por dinâmicas para melhor visualização dos resultados: econômica, populacional, Índice de Centralidade, IFDM e Indicador de Disparidade.

Dinâmica Econômica.

Para análise da dinâmica econômica dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira foram coletados dados do site do IBGE referente ao PIB de todos os municípios brasileiros, foi utilizada a série *retropolada* (metodologia atualizada pelo IBGE em 2010) do período de 2002 a 2016. Foi escolhido esse período, devido à disponibilidade dos dados com mesma metodologia. Posteriormente realizou-se a separação dos 588 pertencentes à Faixa de Fronteira, bem como o desmembramento dos 14 municípios de porte médio (Figura 2). Para retirar o efeito da inflação do PIB, os dados foram deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), todos permanecendo, portanto, com preços do ano base de 2002.

É importante mencionar que o PIB setorial se refere ao Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada setor, este que exclui qualquer imposto e qualquer custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto (IBGE, 2019b).

Estimou-se a participação do PIB de cada município em relação ao PIB total da Faixa de Fronteira e também no PIB de cada arco, bem como as variações do valor absoluto deflacionado do PIB de cada ano e uma variação média do período. Foi realizado esse procedimento para o PIB total, e também o PIB desagregado por setores de atividade econômica (setores primário, secundário e terciário) conforme divisão do IBGE⁹ (2019b).

Dinâmica Populacional.

A população residente da Faixa de Fronteira foi obtida por meio do banco de dados IBGE (2019b), para o ano de 2010 pelo Censo e para os anos de 2002 a 2009 e 2011 a 2016 pelas estimativas populacionais. Já as informações referentes às estimativas populacionais para o ano de 2007 foram coletadas no banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA, 2019). A escolha do período de 2002 a 2016 se deu em virtude de ser o período com maior disponibilidade de dados para todos os indicadores utilizados.

Para as análises foram calculadas as taxas médias de crescimento anual da população residente para cada município de porte médio e a taxa de crescimento médio da população residente entre os anos de 2002 e 2016. Ademais, estimou-se a

⁹ *Setor primário:* agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura.

Setor secundário: Indústria extrativa mineral; Indústria de transformação; Construção civil e Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Setor terciário: Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; Serviços de alojamento e alimentação; Transportes, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Administração, saúde e educação públicas, defesa e seguridade social e seguridade social; Educação e saúde mercantis; Artes cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e Serviços domésticos.

proporção da participação da população de cada município em relação à população total da Faixa de Fronteira e do arco de fronteira correspondente.

Dinâmica do Desenvolvimento Municipal.

Para analisar a dinâmica do desenvolvimento dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira brasileira analisou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) disponível no *site* da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan). Foram coletados os índices gerais e o desagregado em educação, saúde e emprego & renda para o período¹⁰ de 2005 a 2016. O IFDM é calculado com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (FIRJAN, 2019).

A finalidade desse índice é de melhor avaliar o desempenho de cada município, para demonstrar como está o alcance do desenvolvimento econômico em determinados locais. A análise dos resultados ocorre com indicadores matemáticos, como uso de denominadores numéricos 0 a 1, isto é, quanto mais próximo de 1 estiver os indicadores do município significa que ele possui um desenvolvimento elevado e quanto mais perto de zero este município estiver, significa que os indicadores apontam um desenvolvimento pífio.

De acordo com a Firjan (2019) a partir da leitura dos índices o IFDM é classificado da seguinte forma:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,399 = baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,400 e 0,599 = desenvolvimento regular;

¹⁰ Este indicador não está disponível para o período 2002 a 2004.

- Municípios com IFDM entre 0,600 e 0,799 = desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,800 e 1,0 = alto estágio de desenvolvimento.

No que tange ao emprego & renda, os itens que são medidos são: geração de emprego formal; taxa de formalização do mercado de trabalho; geração de renda; massa salarial real no mercado formal; índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal (FIRJAN, 2018).

O índice educacional acarreta em bons níveis de desenvolvimento social e econômico para os municípios, e pensando sobre esse prisma que uma das áreas de medição do IFDM é a educação. Nesse sentido, os componentes que permeiam este subcomponente são: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade série do ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do ensino fundamental (FIRJAN, 2018).

Com relação ao IFDM da saúde, a sua focalização é na atenção básica, pois é nesta divisão da política de saúde do Brasil que existe a competência de trabalho dos municípios, como: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica (FIRJAN, 2018).

Índice de Centralidade.

O conceito de centralidade urbana proposto por Walter Christaller, explica que a concentração urbana surge em decorrência de atividades que necessitam produção em grande escala, bem como seu consumo simultâneo, notadamente de serviços. Desse modo, a produção urbana é organizada em redes

de “lugares centrais”, que distribuem bens e serviços às regiões (arcos) que cobrem o espaço no seu entorno (CAVALCANTE, 2008).

Para calcular o Índice de Centralidade utilizou-se a população do município (do arco e do total da Faixa de Fronteira) ponderado pelo PIB urbano (setores secundário e terciário) no período de 2002 a 2016. Assim, o Índice de Centralidade denota a concentração e atividade econômica urbana nos municípios analisados e foi estimado de acordo com as equações (1) e (2).

Para construir a centralidade na Faixa de Fronteira total, usou-se:

$$C_{mun_front} = \left(\frac{PIB_{urbmun}}{POP_{mun}} \right) \times \left(\frac{PIB_{totmun}}{POP_{front}} \right) \quad (1)$$

Em que:

C_{mun_front} = corresponde ao Índice de Centralidade em relação à população da Faixa de Fronteira.

PIB_{urbmun} = PIB urbano (setor secundário e terciário) do município;

PIB_{totmun} = PIB total do município;

POP_{mun} = População do município;

POP_{front} = População da Faixa de Fronteira.

Para construir a centralidade do arco, usou-se:

$$C_{mun_Arco} = \left(\frac{PIB_{urbmun}}{POP_{mun}} \right) \times \left(\frac{PIB_{totmun}}{POP_{Arco}} \right) \quad (2)$$

Em que:

C_{mun_Arco} = corresponde ao Índice de Centralidade em relação à população do arco.

PIB_{urbmun} = PIB urbano (setor secundário e terciário) do município;

PIB_{totmun} = PIB total do município;

POP_{mun} = População do município;

POP_{Arco} = População do arco.

Para identificar a dinâmica dos municípios no período analisado, os coeficientes obtidos nas equações 1 e 2 foram categorizados em baixo (até 1,99), mediano (de 2,0 a 4,99) e alto (acima de 5,00) grau de centralidade. Considerando o recorte da amostra deste estudo, ressalta-se que os municípios de porte médio já possuem por natureza considerável concentração econômica e populacional e, por conseguinte, tendem a apresentar grau de centralidade superior se comparados aos municípios classificados como de pequeno porte. Assim, a categorização utilizada nesse estudo se aplica apenas aos 14 municípios de porte médio localizados na Faixa de Fronteira brasileira.

Esse indicador de centralidade reflete a concentração do PIB urbano *per capita* em determinado município em relação à população da Faixa de Fronteira (equação 1) e em relação a população do arco (equação 2). Além disso, quanto maior o coeficiente de centralidade, maior é o grau de concentração nas atividades econômicas urbanas do município, que pode ser expressa pelo aumento da atividade econômica no setor secundário e/ou terciário ou pela redução da população. Em contraste, baixos níveis desse indicador denotam um sinal negativo, no qual o município tem sua economia arrefecida nos setores secundário e terciário ou ainda que tenha ocorrido aumento de população no período analisado sem aumento significativo no PIB urbano (BIDARRA; FERRERA DE LIMA, 2019).

Desse modo, parte-se do pressuposto que o crescimento econômico e/ou populacional resulta numa maior dinâmica de polarização, sinalizando a centralidade nesses municípios. Nessa linha, Bidarra e Ferrera de Lima (2019) argumentam que uma elevada taxa de urbanização resulta numa maior concentração e, por conseguinte, polarização da atividade econômica.

Indicador de Disparidade.

O processo de desenvolvimento econômico é traduzido por mudanças qualitativas e quantitativas das variáveis socioeconômicas em que altera as condições do equilíbrio inicial. Este processo aumenta a produção em relação à população, ou seja, os bens *per capita*, melhorando a qualidade dos bens e serviços e também a convergência de renda dos indivíduos (TREVISAN; FERRERA DE LIMA, 2010).

No presente estudo foi estimado um Indicador de Disparidade que mede a convergência de renda dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira. O processo de convergência é definido como tendência à aproximação das rendas dos municípios, regiões ou países diferentes. Para ocorrer a convergência as regiões com menor PIB *per capita* precisam crescer a taxas maiores que os municípios de PIB *per capita* maior (TREVISAN; FERRERA DE LIMA, 2010).

Segundo Raiher, Lima e Ostapechen (2017), o Indicador de Disparidade (ID) é univariado e neste estudo foi calculado com a variável PIB *per capita*¹¹ e, também, com IFDM geral, conforme Equação 3. Os valores do indicador variam de 0 (zero) a 1 (um). Neste caso, para ambas as variáveis, quanto maior o indicador melhor a situação do município, pois indica

¹¹ Os dados referentes ao PIB *per capita* foram deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

convergência de PIB *per capita* ou de IFDM geral, ou seja, redução das diferenças do PIB *per capita* e IFDM do município analisado em comparação com o município que possui a maior variável na Faixa de Fronteira.

$$ID = (X_i - X_{min\ j}) \div (X_{max\ j} - X_{min\ j}) \quad (3)$$

Na equação 3, X é a variável (PIB *per capita* ou IFDM geral) do município de porte médio i a ser estudada, X_{min} é a menor variável (PIB *per capita* ou IFDM geral) observada na Faixa de Fronteira j e X_{max} é a maior variável (PIB *per capita* ou IFDM geral) observada na Faixa de Fronteira j .

Conforme o valor do Id auferido para cada município em determinado ano, será realizada a classificação proposta por Raiher, Lima e Ostapechen (2017), apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação do Indicador de Disparidade.

Classificação	Faixa do Indicador
Convergente ao mais dinâmico	>0,30
Tendendo à convergência	0,19 - 0,29
Divergente do mais dinâmico ou estagnado	<0,18

Fonte: adaptado de Raiher, Lima e Ostapechen (2017).

Dinâmica econômica dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira brasileira.

A capacidade de desenvolvimento de um local está atrelada ao seu poder, a partir de um ou mais produtos especializados, em produzir, exportar e reter o excedente econômico gerado, reinvestindo esse montante novamente dentro do local, gerando encadeamentos em outros setores produtivos e possibilitando

novas perspectivas de produção, geração de emprego e geração de renda (PIFFER, 2016). Esse processo se refere especialmente ao crescimento em termos de produção das localidades. Dessa maneira, analisar a dinâmica econômica e produtiva é essencial para compreender as dinâmicas de desenvolvimento e as diferenças entre os locais.

Nesta subseção se analisa inicialmente a participação do PIB total de cada município de porte médio em relação à Faixa de Fronteira e depois em relação a cada arco para 2002 e 2016, bem como um *ranqueamento* dos municípios. Em seguida se faz esse estudo desmembrando por setores econômicos. Após, é realizada uma análise da evolução média do PIB deflacionado no período. Por fim, apresenta-se a evolução da participação do PIB de cada município no PIB da Faixa de Fronteira, no período entre 2002 e 2016.

Os municípios e a participação no PIB total.

Ao analisar com maior profundidade a dinâmica econômica dos municípios de porte médio, pertencentes à Faixa de Fronteira, têm-se algumas considerações importantes em relação à participação dos municípios no PIB da fronteira e no PIB dos arcos. A Tabela 2 sintetiza as participações e o *ranking* da participação do PIB total dos municípios no arco e fronteira para 2002 e 2016.

Tabela 2 - Brasil: *Ranking* e participação do PIB total de cada município de porte médio em relação ao PIB de seu arco e ao PIB da Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.

PIB TOTAL									
2002						2016			
		Fronteira		Arco		Fronteira		Arco	
Arco	Município	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.
Sul	Cascavel (PR)	2,9	3°	4,2	2°	3,2	3°	4,9	2°
	Foz do Iguaçu (PR)	5,2	1°	7,4	1°	4,0	2°	6,1	1°
	Toledo (PR)	1,4	10°	2,1	6°	1,6	10°	2,4	6°
	Umuarama (PR)	0,8	16°	1,2	12°	0,9	14°	1,4	10°
	Bagé (RS)	0,8	14°	1,2	10°	0,8	19°	1,2	14°
	Erechim (RS)	1,3	11°	1,9	7°	1,3	11°	2,0	7°
	Pelotas (RS)	2,5	7°	3,6	4°	2,3	8°	3,5	4°
	Rio Grande (RS)	2,7	4°	3,9	3°	2,3	9°	3,5	5°
	Uruguaiana (RS)	1,1	12°	1,5	8°	0,8	21°	1,2	15°
	Chapecó (SC)	2,1	8°	3,1	5°	2,5	4°	3,8	3°
Central	Corumbá (MS)	0,0	22°	4,1	3°	0,8	23°	3,4	5°
	Dourados (MS)	1,9	9°	10,1	2°	2,3	7°	10,3	2°
Norte	Boa Vista (RR)	2,6	6°	23,9	2°	2,4	6°	23,3	2°
	Rio Branco (AC)	2,6	5°	24,2	1°	2,4	5°	23,4	1°

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

Em relação ao Arco Sul, considerando a participação do PIB do município no PIB total da Faixa de Fronteira, com exceção do município de Erechim (RS), os demais municípios do estado do Rio Grande do Sul caíram posições de 2002 para 2016, perdendo também participação percentual do PIB da Faixa de Fronteira. O destaque negativo foi Uruguaiana (RS), que perdeu 9 posições, passando da 12° para a 21° colocação. A participação de seu PIB na Faixa de Fronteira caiu de 1,10% para 0,81%, sendo que tal queda foi acentuada principalmente pelo setor secundário. O município de Chapecó (SC), único município de porte médio do estado de Santa Catarina, passou

de 8° para o 4° município de maior relevância econômica na Faixa de Fronteira em 2016. Esse reposicionamento positivo foi levado pelo setor secundário. Os municípios paranaenses não apresentaram relevantes relocalizações, apesar de terem aumentado o PIB em termos absolutos de 2002 para 2016. Destaca-se que Cascavel (PR) e Foz do Iguaçu (PR) se mantiveram nas primeiras posições em ambos os anos.

Analisando os 418 municípios do Arco Sul, percebeu-se que a dinâmica econômica se transferiu da Fronteira do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a Fronteira do Paraná, com destaque para alguns municípios do Oeste paranaense, como Toledo (PR) e Cascavel (PR); do Sudoeste, como Francisco Beltrão (PR) e Pato Branco (PR). Os municípios catarinenses [com exceção de Chapecó (SC), que melhorou posição no *ranking*], em sua maioria perderam expressivas posições de 2002 para 2016. Como exemplo, cita-se Xaxim (SC), que passou de 40° em 2002 para 57° em 2016, Palmitos (SC) de 69° para 85° e Quilombo (SC) (município que possui uma unidade da Cooperativa de Alimentos Aurora) que passou de 73° para 120^a.

Ferrera de Lima (2018) compreende essa dinâmica territorial como um processo de “centragens” e “recentragens”, de mudanças de polarização, visto que ao longo do tempo, no processo de desenvolvimento econômico das regiões, os investimentos, reinvestimentos e acumulação de capital, são essenciais para manter a capacidade produtiva e de renda para as economias regionais. Ou seja, esse processo não é estático, depende da capacidade endógena das regiões e também do ambiente macroeconômico.

Em relação aos municípios de porte médio do Arco Central, Corumbá (MS), apesar de ter mantido o percentual de participação de seu PIB na Faixa de Fronteira, caiu uma posição, de 22° para 23°. Dourados (MS) melhorou seu posicionamento, passando de 9° para 7°. No Arco Central,

apenas um município possui mais de 500 mil habitantes, Porto Velho (RO), capital do estado de Rondônia. Com exceção deste, os municípios de porte médio são os maiores do arco. Nesse sentido, há municípios com menor número de habitantes com posições mais favoráveis que Corumbá (MS) e Dourados (MS), o que demonstra que existem municípios mais produtivos e que demandam menos população para tal feito. Os municípios de Tangará da Serra (MT) (16^a posição) e Sapezal (MT) (20^a posição) são exemplos, pois estão mais bem colocados no *ranking* da Faixa de Fronteira do que o município de Corumbá (MS).

Os dois municípios do Arco Norte - Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) -, apesar de terem reduzido suas participações do PIB em relação à Faixa de Fronteira, mantiveram suas posições de 2002 para 2016. Em uma análise mais abrangente deste arco, percebeu-se uma melhora da dinâmica de alguns municípios do Amazonas (Lábrea e Tabatinga) e uma significativa perda de participação do município de Almeirim (PA).

Em relação a participação do PIB de cada município em relação ao PIB total de cada Arco, no Arco Sul os municípios não apresentaram significativas relocalizações. Novamente, os municípios que perderam posições no *ranking* de importância de PIB no arco foram municípios gaúchos, pois todos reduziram a participação de seu PIB no total do Arco Sul. Destaque negativo novamente para Uruguaiana (RS) que em 2002 era o 8^o município em relevância na geração de PIB na Faixa de Fronteira e caiu para 15^o em 2016, sendo que essa redução foi puxada pela queda da participação da indústria em maior proporção, e também dos serviços (Tabela 2).

Chapecó (SC) e Umuarama (PR) foram os únicos municípios que melhoraram suas posições na participação do PIB do Arco Sul. A participação de Chapecó (SC) passou de 3,13% para 3,81%, em decorrência, principalmente, do aumento da

participação do setor secundário. A participação de Umuarama (PR) no PIB do Arco Sul passou de 1,26% para 1,45%, em decorrência do aumento da participação do setor primário e secundário.

Levando em consideração essas mudanças de importância entre os setores produtivos, infere-se que o aumento da participação dos setores secundário e terciário é processual no desenvolvimento das economias dinâmicas. Ferrera de Lima (2012) indica que o setor terciário é o motor no processo de desenvolvimento das regiões, pois reflete a demanda interna e a dispersão dos rendimentos, além de ser mais significativo na criação de empregos. Segundo o autor, o processo de desenvolvimento inclui a industrialização, que possui a tendência de aumentar a demanda no setor de serviços, gerando encadeamento entre estes setores. Na próxima subseção será aprofundada a análise dos setores econômicos.

Alguns municípios que não se enquadram como de porte médio, aqueles que possuem menos de 100 mil habitantes, estão bem posicionados no *ranking* de participação do PIB total no Arco Sul em comparação aos de porte médio. Esses municípios de menor porte apresentavam PIB *per capita* superior, ou seja, a produção por habitante desses municípios era maior que os municípios de porte médio. Alguns municípios com essas características para 2002 foram Concórdia (SC) e Ijuí (RS) e para 2016, além desses, aponta-se Pato Branco (PR), Cruz Alta (RS) e Francisco Beltrão (PR).

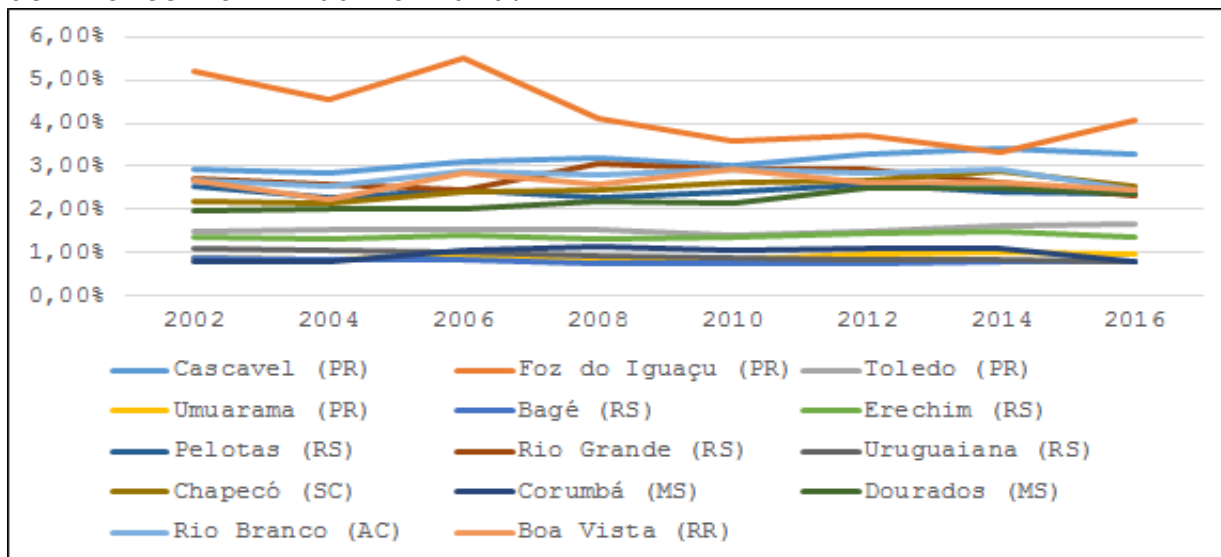
Analisando os dois municípios de porte médio do Arco Central, verificou-se que Corumbá (MS) reduziu sua participação no PIB em relação ao arco, de 2002 para 2016. Dourados (MS) é, consideravelmente, mais expressivo que Corumbá (MS), tendo participação no PIB do arco acima de 10%. No Arco Central, os municípios não tão populosos com

participação maior no PIB do arco em 2016, como foi o caso dos municípios de Tangará da Serra (MT) e Sapezal (MT).

Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC), municípios do Arco Norte, mantiveram-se nas mesmas posições de 2002 para 2016, considerando a participação no PIB total do arco. A diferença para o terceiro colocado no *ranking*, (município de Oriximiná, no Pará), em termos de participação do PIB foi bem considerável. Em 2002 Oriximiná (PA) teve participação de 7,82% do PIB e 5,23% em 2016, enquanto Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) passam da margem de 20% cada.

A Figura 3 apresenta a evolução de 2002 a 2016 da participação do PIB total de cada um dos 14 municípios classificados como de porte médio, em relação ao PIB total da Faixa de Fronteira.

Figura 3 - Brasil: Evolução da participação percentual do PIB total de cada município de porte médio no PIB total da Faixa de Fronteira - 2002 a 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b)

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

Os municípios de Foz do Iguaçu (PR) e Cascavel (PR), ambos do Arco Sul, foram os mais expressivos em participação do PIB Faixa de Fronteira entre 2002 e 2016. O município de

Foz do Iguaçu (PR) supera os demais municípios em importância na geração de PIB na Faixa de Fronteira em todos os anos, exceto para 2014, quando Cascavel (PR), com 3,4% do PIB da Faixa de Fronteira, superou Foz do Iguaçu (PR), que apresentou 3,3%. É importante considerar que essa expressiva participação de Foz do Iguaçu (PR) no PIB da Faixa de Fronteira em relação aos demais municípios se dá em virtude da participação do PIB da indústria, que inclui nesse setor a geração e distribuição de energia elétrica na qual a Usina Binacional Itaipu, localizada neste município, assume significativa importância.

Conforme Figura 3, os municípios com menor expressividade, dentre os 14 classificados como porte médio, na participação do PIB total da Faixa de Fronteira foram: Toledo (PR), Umuarama (PR), Erechim (RS), Bagé (RS), Uruguaiana (RS), todos do Arco Sul; e, Corumbá (MS) do Arco Central. Esses municípios não tiveram variações tão expressivas no período, destacando Erechim (RS) e Corumbá (MS) com queda e Toledo (PR) com ascensão a partir de 2014.

Os demais municípios tiveram oscilações mais expressivas no período. Chapecó (SC) e Erechim (RS), apesar de terem perdido participação a partir de 2014, tiveram uma trajetória de ascensão até esse ano, terminando o período de 2016 num patamar superior ao do início no período em 2002. Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) obtiveram oscilações similares, declinando suas participações no PIB da Faixa de Fronteira a partir de 2014. O maior destaque das oscilações ficou por conta de Rio Grande (RS), com melhores picos nos anos de 2007 e 2013, mas com trajetória declinante desde 2013.

Com exceção de Foz do Iguaçu (PR) e Toledo (PR) que aumentaram e Pelotas (RS) e Uruguaiana (RS) que se mantiveram, os demais municípios apresentaram queda na participação do seu PIB total na Faixa de Fronteira a partir de 2014. Cabe lembrar que em 2014 a economia brasileira já apresentava sinais de

crise, conforme Barbosa Filho (2017, p. 58) “o crescimento do produto potencial da economia brasileira saiu da faixa de 4% ao ano para menos de 2% ao ano” entre 2014 e 2016, sendo que 2016 foi marcado por *déficit* primário de 2,7%. Toledo (PR) e Foz do Iguaçu (PR) tiveram participação crescente no PIB em decorrência do crescimento dos setores secundário e terciário.

Tabela 3 - Brasil: *Ranking* da média anual de variação do PIB total com relação ao arco e a Faixa de Fronteira - 2002 a 2016.

PIB Total				
Arco	Município	Variação (%)	Ranking	
			Fronteira	Arco
Sul	Cascavel (PR)	6,23	301°	203°
	Foz do Iguaçu (PR)	3,72	531°	373°
	Toledo (PR)	6,26	297°	199°
	Umuarama (PR)	6,06	330°	222°
	Bagé (RS)	4,66	472°	328°
	Erechim (RS)	5,46	395°	274°
	Pelotas (RS)	4,85	457°	320°
	Rio Grande (RS)	4,99	440°	307°
	Uruguaiana (RS)	3,08	557°	394°
	Chapecó (SC)	6,62	249°	169°
Central	Corumbá (MS)	6,11	319°	63°
	Dourados (MS)	7,14	195°	41°
Norte	Boa Vista (RR)	4,87	452°	59°
	Rio Branco (AC)	4,82	460°	60°

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

Analisando o desempenho do PIB total no período entre 2002 e 2016 (Tabela 3) percebe-se que a variação dos municípios de porte médio não foi muito expressiva quando comparado com os outros municípios da Faixa de Fronteira e dos arcos. Os municípios com população menor que 100 mil habitantes obtiveram taxas de crescimento do seu PIB total e setorial, maiores que os municípios de porte médio. Para os Arcos Norte e Central a média de crescimento foi maior entre

os municípios de porte médio, em relação aos municípios no Arco Sul. Isso demonstra que os municípios dos Arcos Norte e Central estão aumentando seus valores de PIB a taxas mais elevadas de crescimento que os municípios do Arco Sul, que ainda é mais representativo em todos os setores.

A participação dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira no PIB setorial.

A Tabela 4 mostra a composição percentual dos setores do VAB dos 14 municípios de porte médio da Faixa de Fronteira.

Tabela 4 - Brasil: Participação setorial no VAB de cada município de porte médio da Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.

		2002				2016			
		Em mil R\$	%			Em mil R\$	%		
Arco	Município	PIB TOTAL	1°	2°	3°	PIB TOTAL	1°	2°	3°
Sul	Cascavel (PR)	2.009.912	8,1	20,6	71,3	4.586.574	6,2	16,8	77,0
	Foz do Iguaçu (PR)	3.566.714	0,4	62,8	36,8	5.693.215	0,6	56,1	43,3
	Toledo (PR)	1.013.075	17,7	28,1	54,2	2.301.029	11,0	27,8	61,2
	Umuarama (PR)	599.492	4,1	16,5	79,4	1.342.366	4,0	16,9	79,1
	Bagé (RS)	612.186	8,6	9,2	82,2	1.137.659	7,3	13,5	79,1
	Erechim (RS)	923.975	2,6	31,7	65,7	1.884.013	1,9	34,3	63,9
	Pelotas (RS)	1.733.276	3,4	14,2	82,4	3.307.056	3,1	12,7	84,2
	Rio Grande (RS)	1.873.916	4,8	25,9	69,4	3.266.573	2,8	27,0	70,2
	Uruguaiana (RS)	756.738	21,7	10,3	68,1	1.132.128	16,6	8,3	75,1
Chapecó (SC)	1.489.338	5,3	26,7	68,0	3.537.219	3,1	26,6	70,3	
Central	Corumbá (MS)	545.677	22,2	9,4	68,4	1.118.325	14,8	12,3	72,9
	Dourados (MS)	1.344.084	13,5	16,1	70,4	3.328.284	8,7	15,7	75,6
Norte	Boa Vista (RR)	1.821.018	0,3	17,9	81,8	3.449.800	2,6	10,6	86,8
	Rio Branco (AC)	1.840.093	2,4	16,9	80,7	3.454.414	1,2	10,1	88,7

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

Em 2002, os municípios que mais geraram PIB foram Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR), Rio Grande (RS) e Rio Branco (AC). Os municípios que menos geraram PIB foram Corumbá (MS), Umuarama (PR), Bagé (RS) e Uruguaiana (RS). Em 2016, os maiores em geração de riqueza foram Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR), Chapecó (SC) e Rio Branco (AC); em contraste, os menores permaneceram estáveis, apenas alterando a ordem.

Percebe-se que, com exceção de Foz do Iguaçu (PR), mesmo sendo percentual pequeno, todos os municípios reduziram a participação do setor primário no seu PIB. A dinâmica econômica foi transferida do setor primário para o setor terciário, com exceção dos municípios de Erechim (RS) e Umuarama (PR) em que a dinâmica se transferiu para o setor secundário, assim como os municípios de Corumbá (MS), Rio Grande (RS) e Bagé (RS).

Tabela 5 - Brasil: *Ranking* e participação do PIB primário de cada município de porte médio em relação ao PIB primário de seu arco e ao PIB primário da Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.

PIB Setor Primário									
		2002				2016			
		Fronteira		Arco		Fronteira		Arco	
Arco	Município	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.
Sul	Cascavel (PR)	1,1	6°	1,6	3°	1,0	6°	1,5	1°
	Foz do Iguaçu (PR)	0,1	264°	0,1	206°	0,1	259°	0,1	188°
	Toledo (PR)	1,3	3°	1,8	1°	0,9	8°	1,4	2°
	Umuarama (PR)	0,1	158°	0,2	123°	0,2	142°	0,3	102°
	Bagé (RS)	0,3	58°	0,5	38°	0,5	36°	0,4	44°
	Erechim (RS)	0,1	183°	0,2	144°	0,1	254°	0,1	184°
	Pelotas (RS)	0,4	48°	0,5	32°	0,3	51°	0,5	33°
	Rio Grande (RS)	0,5	24°	0,8	14°	0,3	66°	0,4	43°
	Uruguaiiana (RS)	1,2	5°	1,7	2°	0,7	13°	1,1	5°
	Chapecó (SC)	0,5	29°	0,7	19°	0,4	48°	0,6	31°
Central	Corumbá (MS)	0,8	12°	3,8	6°	0,6	20°	2,4	10°
	Dourados (MS)	1,2	4°	5,6	3°	1,0	5°	4,2	5°
Norte	Boa Vista (RR)	0,04	498°	0,8	34°	0,1	192°	2,2	11°
	Rio Branco (AC)	0,3	73°	5,8	4°	0,3	64°	4,6	6°

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

Pelas Tabelas 04 e 05, apenas os municípios de Corumbá (MS) e Uruguaiiana (RS) apresentaram o setor primário mais dinâmico em comparação ao setor secundário. Eles também foram os que apresentaram o setor primário mais dinâmico em

comparação a todos os de porte médio da fronteira. Com exceção também de Foz do Iguaçu (PR), os demais municípios apresentam maior participação de seu PIB no setor terciário em comparação ao setor secundário.

Considerando apenas o Arco Sul, Toledo (PR), Cascavel (PR) e Uruguaiana (RS) são os municípios que foram destaque na participação do setor primário no PIB do Arco e na Faixa de Fronteira para ambos os anos (Tabela 5). Foz do Iguaçu (PR), Erechim (RS) e Umuarama (PR) foram os municípios nos quais o PIB do setor primário tem menos expressão no arco e na Faixa de Fronteira, sendo assim para ambos os anos. O único município do Rio Grande do Sul que melhorou posição no *ranking* da participação do PIB do setor primário em relação ao PIB da Faixa de Fronteira foi Bagé (RS), e do Paraná foi Foz do Iguaçu (PR). Chapecó (SC) obteve uma piora em seu *ranking* de participação tanto em relação ao arco quanto a Faixa de Fronteira no setor primário. Os municípios que mais perderam participação do setor primário no PIB de 2002 para 2016, tanto em relação à Faixa de Fronteira quanto em relação ao Arco Sul foram Toledo (PR), Rio Grande (RS) e Uruguaiana (RS).

Os municípios de Cascavel (PR), Pelotas (RS), Uruguaiana (RS), Bagé (RS) e Umuarama (PR) tiveram maior participação na geração do PIB terciário em ambos os anos, tanto para Faixa de Fronteira quanto para o Arco Sul, em relação ao setor secundário e primário. Já Foz do Iguaçu (PR) teve relevância no PIB secundário, em todos os anos, tanto para Faixa de Fronteira quanto Arco, com participações bem expressivas (no setor secundário está incluída a geração e distribuição de eletricidade). Os municípios de Toledo (PR) e Erechim (RS), mesmo com a maior parte do PIB gerado no setor terciário, tiveram destaque na participação do PIB do setor secundário em relação ao conjunto da Faixa de Fronteira e também para o Arco Sul. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Toledo (2019),

esse resultado se dá devido à atuação da agroindústria, indústria têxtil e indústria farmacêutica, com destaque para a BRF¹², Fiasul¹³ e Prati-Donaduzzi¹⁴, respectivamente a cada setor econômico. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Erechim (2019), nesse município predomina a indústria metal-mecânica. Esses dois municípios são mais dinâmicos no setor terciário, porém ainda se destacam no setor secundário perante os demais municípios, apresentando, o conjunto do PIB urbano em destaque perante os demais municípios.

Tabela 6 - Brasil: *Ranking* e participação do PIB secundário de cada município de porte médio em relação ao PIB secundário de seu arco e ao PIB secundário da Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.

PIB Setor Secundário									
		2002				2016			
		Fronteira		Arco		Fronteira		Arco	
Arco	Município	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.
Sul	Cascavel (PR)	2,6	7°	3,3	6°	2,7	5°	3,7	4°
	Foz do Iguaçu (PR)	15,9	1°	20,3	1°	12,2	1°	16,6	1°
	Toledo (PR)	1,8	14°	2,3	10°	2,3	6°	3,1	5°
	Umuarama (PR)	0,6	29°	0,8	22°	0,8	25°	1,1	19°
	Bagé (RS)	0,3	51°	0,4	40°	0,3	67°	0,7	28°
	Erechim (RS)	1,8	15°	2,3	11°	2,2	7°	3,1	6°
	Pelotas (RS)	1,6	16°	2,0	12°	1,5	11°	2,0	9°
	Rio Grande (RS)	2,8	5°	3,6	4°	3,0	4°	4,1	3°
	Uruguaiiana (RS)	0,5	37°	0,6	29°	0,3	64°	0,4	44°
Chapecó (SC)	2,5	8°	3,2	7°	3,3	3°	4,5	2°	
Central	Corumbá (MS)	0,3	56°	2,6	9°	0,5	46°	2,5	9°
	Dourados (MS)	1,3	18°	11,0	2°	1,8	10°	9,3	2°
Norte	Boa Vista (RR)	2,2	10°	25,0	1°	1,2	14°	20,3	2°
	Rio Branco (AC)	2,0	11°	23,5	2°	1,3	13°	20,5	1°

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

¹² Companhia de alimentos agregando mais de 30 marcas em seu portfólio, como Sadia, Perdigão, Qualy, entre outras.

¹³ Indústria de fiação.

¹⁴ Indústria de medicamentos genéricos.

Considerando a participação do PIB do setor secundário (Tabela 6) de cada município em relação ao PIB da Faixa de Fronteira, de 2002 para 2016, Bagé (RS) e Uruguaiana (RS) perderam consideráveis posições e reduziram suas participações neste setor. Os demais municípios melhoraram suas posições. Em relação à participação do setor secundário de cada município em relação ao PIB total do setor secundário do Arco Sul, apenas Uruguaiana (RS) não melhorou sua posição, no qual passou de 29º para 44º no *ranking* e sua participação caiu de 0,67% em 2002 para 0,48% em 2016.

Em relação ao setor de serviços e a participação de cada município em relação ao PIB da Faixa de Fronteira (Tabela 7), destacou-se Cascavel (PR) que passou da 6ª posição em 2002 para 2º em 2016, e Rio Grande (RS) de 7º em 2002 para 4º em 2016. No sentido contrário, Bagé (RS) e Uruguaiana (RS) perderam posições, tendo a participação de seu PIB terciário reduzida de 2002 para 2016. Bagé (RS) e Uruguaiana (RS) também perderam importância em relação ao Arco Sul (caíram posições). Analisando os percentuais de participação do setor terciário no PIB do Arco Sul (Tabela 7), todos os municípios de porte médio do Rio Grande do Sul, com exceção de Rio Grande (RS) que melhorou posições, reduziram a importância no PIB do Arco, caindo posições, sendo que para a Faixa de Fronteira isso também aconteceu.

Tabela 7 - Brasil: *Ranking* e participação do PIB terciário de cada município de porte médio em relação ao PIB terciário de seu arco e ao PIB terciário da Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.

		PIB Setor Terciário							
		2002				2016			
		Fronteira		Arco		Fronteira		Arco	
Arco	Município	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.	Part. (%)	Rank.
Sul	Cascavel (PR)	3,4	6°	5,1	3°	3,9	2°	6,1	1°
	Foz do Iguaçu (PR)	3,4	5°	5,2	2°	2,9	6°	4,6	3°
	Toledo (PR)	1,3	11°	2,0	7°	1,6	10°	2,5	6°
	Umuarama (PR)	1,1	14°	1,8	10°	1,2	13°	1,8	9°
	Bagé (RS)	1,2	13°	1,8	9°	1,0	16°	1,6	12°
	Erechim (RS)	1,4	10°	2,1	6°	1,3	11°	2,0	7°
	Pelotas (RS)	3,4	4°	5,3	1°	3,1	5°	4,9	2°
	Rio Grande (RS)	2,8	7°	4,3	4°	3,3	4°	3,8	5°
	Uruguaiana (RS)	1,3	12°	1,9	8°	0,9	19°	1,5	14°
	Chapecó (SC)	2,3	8°	3,6	5°	2,7	8°	4,3	4°
Central	Corumbá (MS)	0,9	19°	4,5	3°	0,9	21°	4,1	4°
	Dourados (MS)	2,2	9°	11,2	2°	2,8	7°	12,3	2°
Norte	Boa Vista (RR)	3,7	2°	26,1	1°	3,5	3°	26,6	1°
	Rio Branco (AC)	3,6	3°	25,6	2°	3,3	4°	25,0	2°

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

De acordo com a análise das Tabelas 4, 5, 6 e 7, para a maioria dos municípios se percebe uma participação maior dos setores secundário e terciário, em detrimento ao setor primário no PIB, além de uma redução da participação do setor primário de 2002 para 2016 e um aumento do setor terciário. Essas características são positivas para os municípios, pois como afirma Piffer (2016), torna-se frágil para as economias manter uma estrutura produtiva apenas primário-exportadora. Para o avanço da dinâmica da economia regional é preciso ter a capacidade de fazer a transição de atividades essencialmente primárias para atividades urbano-industriais.

A esse respeito, nas regiões de desenvolvimento mais avançado, as atividades urbanas superam as atividades rurais, no que diz respeito à composição do PIB. Em um primeiro

momento, as atividades do setor primário são importantes como forma de ocupação dos espaços e conquista dos territórios. No entanto, com o passar do tempo e com o fortalecimento de atividade de transporte, comunicação e suporte, ocorre um processo de urbanização e industrialização dos locais. À medida que o setor secundário demanda serviços e a divisão social do trabalho fica mais predominante, o setor terciário ganha força, de modo a promover a reestruturação das atividades econômicas (SILVA; FERRERA DE LIMA, 2014).

Os municípios de porte médio do Arco Sul da Faixa de Fronteira brasileira, no geral, estão entre os que apresentam o setor terciário com maior participação no PIB, tanto na Faixa de Fronteira quanto no arco para ambos os períodos (Tabela 7), ou seja, a atividade de base desses municípios está no setor terciário. Nos *rankings* esses municípios se colocaram nas primeiras posições em ambos os anos, estando entre os 20 melhores no setor terciário, de um total de 588 municípios. Destaque para Pelotas (RS), Cascavel (PR), Rio Grande (RS) e Foz do Iguaçu (PR), em que apresentam as melhores posições nos *rankings* e seus setores terciários são muito representativos perante o arco e a Faixa de Fronteira. Dentro os 418 municípios do Arco Sul esses municípios estão entre as 15 posições de maior importância no PIB terciário em ambos os anos analisados. As atividades do setor terciário predominante nos municípios de porte médio do Paraná são comércio, transportes e serviços de informação e comunicação (IPARDES, 2019a). No município de Chapecó (SC) destaque para comércio, transportes, informação e comunicação e atividades imobiliárias (SEBRAE, 2018). Para os municípios gaúchos segundo a FEE (2017) o VAB terciário é composto pelos serviços públicos, comércio, serviços financeiros e serviços imobiliários.

Em relação ao Arco Central, a dinâmica econômica de Corumbá (MS) foi baseada, em primeiro lugar, no setor terciário, depois primário e secundário. Em Dourados (MS), os setores terciário e secundário prevaleceram em ambos os anos (Tabela 4). Mesmo Dourados (MS) tendo o setor primário de menor expressividade em relação aos outros setores, foi mais representativo quando comparado à Corumbá (MS) nas participações perante Faixa de Fronteira e Arco (Tabela 5), sendo que o mesmo acontece nos demais setores (Tabela 6,7). Assim, pode-se inferir que Dourados é mais dinâmico que Corumbá.

Em relação ao setor primário (Tabela 5), Corumbá (MS) e Dourados (MS) reduziram suas participações e posições, tanto na participação no PIB da Faixa de Fronteira quanto no Arco Central, de 2002 para 2016. Considerando a participação do PIB secundário do município no PIB secundário da Fronteira toda (Tabela 6), percebeu-se que os dois municípios aumentaram suas participações e melhoraram posições. Destaca-se a participação do PIB secundário de Dourados (MS) no PIB secundário total do Arco Central, no qual o município permaneceu na mesma posição, porém a participação caiu de 11,02% para 9,39%, uma vez que a dinâmica foi transferida para o setor terciário que subiu de 11,21% para 12,35%. Corumbá (MS) perdeu importância de 2002 para 2016 perante o Arco Central tanto para o setor primário quanto terciário.

Reiterando o que destacam Silva e Ferrera de Lima (2014), Ferrera de Lima (2012) e Piffer (2016), o desenvolvimento das regiões comporta mudanças relacionadas aos setores econômicos, migrando a participação das atividades do setor primário para os setores secundário e terciário, com este último passando a ser o mais importante, em termos de participação, em municípios com maior movimento da dinâmica de desenvolvimento.

No Arco Norte, a dinâmica econômica de Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) foi estimulada nos setores terciário e secundário com expressivas diferenças desses setores para o setor primário (Tabela 4). São municípios de maior destaque em seu arco, porém quando se analisa a participação desses municípios no PIB da Faixa de Fronteira se destacam apenas no setor terciário. Esses municípios perderam participação e posições no *ranking* em relação ao PIB da Faixa de Fronteira de 2002 para 2016 no setor terciário e também no setor secundário, e melhoraram posições e participação no setor primário (Tabelas 5, 6 e 7).

Com a análise dos municípios de porte médio dos três arcos da Faixa de Fronteira, inferiu-se que os municípios estão consolidando suas economias regionais com o movimento de ruptura estrutural definido por Silva e Ferrera de Lima (2015). A ruptura ou transformação estrutural é caracterizada como o avanço das atividades urbanas em detrimento das atividades rurais. O amadurecimento das economias é o ponto no qual as atividades urbanas se tornam mais significativas, fortalecendo o setor terciário, que se aproxima ou ultrapassa o setor secundário em termos de importância. Isso não significa que o setor primário perdeu importância, pois as atividades rurais geram os insumos necessários para a indústria e manutenção dos assentamentos humanos. Dessa forma, com base nos dados analisados, é possível identificar a existência de municípios que apresentam um *continuum* urbano-rural mais dinâmico, como os municípios de Toledo (PR), Cascavel (PR), Dourados (MS) e Corumbá (MS). Em contraste, quanto ao município de Foz do Iguaçu (PR) infere-se que sua economia apresenta um *continuum* urbano-industrial mais dinâmico.

Encerrada a análise individual dos arcos, na Tabela 8 é apresentada a variação média do período de 2002 a 2016 do PIB setorial absoluto deflacionado dos municípios.

Em relação à variação média anual do PIB dos municípios de porte médio nos 3 setores de atividade econômica no período de 2002 a 2016, destaca-se o município de Boa Vista (RR) no qual teve uma taxa média de crescimento de 17,22% para o setor primário e Dourados (MS) 8,92%, sendo a segunda maior variação entre os municípios de porte médio. Já Corumbá (MS) obteve taxa média de crescimento de 22,61% para o setor secundário, seguido de Bagé (RS) com taxa média de 10,13%. No setor terciário, o destaque é do município de Dourados (MS) que contou com uma taxa média de crescimento no período de 7,66%, seguido por Toledo (PR) com 7,21%.

Tabela 8 - Brasil: *Ranking* da média de variação do PIB setorial de cada município de porte médio com relação ao arco e a Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.

Arco	Município	Setor Primário			Setor Secundário			Setor Terciário		
		Ranking			Ranking			Ranking		
		Δ (%)	Front.	Arco	Δ (%)	Front.	Arco	Δ (%)	Front.	Arco
Sul	Cascavel (PR)	6,6	383°	262°	5,2	398°	256°	6,9	150°	99°
	Foz do Iguaçu (PR)	7,0	370°	252°	3,8	475°	318°	4,6	472°	337°
	Toledo (PR)	5,0	473°	330°	6,6	339°	207°	7,2	126°	82°
	Umuarama (PR)	6,5	390°	267°	6,9	325°	196°	5,9	277°	185°
	Bagé (RS)	6,2	406°	279°	10,1	196°	101°	4,6	473°	338°
	Erechim (RS)	5,6	441°	307°	7,0	321°	192°	5,4	376°	259°
	Pelotas (RS)	5,6	443°	309°	5,0	406°	261°	5,1	407°	284°
	Rio Grande (RS)	1,3	575°	406°	9,7	210°	111°	5,3	387°	267°
	Uruguaiana (RS)	5,1	463°	323°	1,7	545°	377°	3,7	543°	385°
Chapecó (SC)	4,2	509°	354°	7,5	301°	177°	6,9	149°	98°	
Central	Corumbá (MS)	5,2	455°	76°	22,6	53°	20°	6,1	247°	50°
	Dourados (MS)	8,9	265°	47°	8,1	270°	69°	7,6	98°	26°
Norte	Boa Vista (RR)	17,2	59°	7°	3,8	473°	68°	5,3	379°	46°
	Rio Branco (AC)	6,1	417°	61°	3,6	478°	69°	5,1	408°	49°

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

Na análise da variação média do PIB no período 2002 a 2016, a pesquisa demonstrou que houve difusão das atividades econômicas em direção aos municípios de menor porte (população menor que 100 mil habitantes), reduzindo a polarização e a

aglomeração dos setores. Silva e Ferrera de Lima (2014) destacam que o processo de crescimento das diversas localidades é determinado por efeitos polarizadores e efeitos fluentes. Os primeiros agravam as disparidades regionais, pois os centros desenvolvidos atraem a mão-de-obra qualificada, especializam-se em atividades de maior geração de renda, centralizam serviços essenciais e polarizam atividades industriais. Contudo, os efeitos fluentes são aqueles em que, a partir do progresso das áreas mais desenvolvidas, estimula a intensificação dos investimentos nas áreas deprimidas, o que acarreta na melhora também destas localidades. Dessa maneira, as regiões atrasadas são beneficiadas pelos efeitos fluentes, como os transbordamentos de renda. De acordo com a teoria, os efeitos fluentes superariam os efeitos polarizadores, o que determinaria também o desenvolvimento de regiões deprimidas. Essa difusão da participação dos setores econômicos dos maiores municípios pode estar atrelada a teoria citada, de que as atividades estão contanto com um espraiamento, descentralizando os setores dos grandes centros, para municípios menores.

A evolução do PIB dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira brasileira.

Segundo Piffer (2016, p. 122) as regiões que diversificaram a estrutura de transformação e evoluíram a exportação de bens e serviços, são aquelas que fortaleceram ao longo do período. O autor ainda argumenta que o desenvolvimento regional impõe as regiões à especialização em atividades urbanas. Os municípios de porte médio da Faixa de Fronteira analisados refletem essas características. Apresentam o setor primário com menor relevância em todos os períodos, em detrimento dos setores urbanos (serviço e

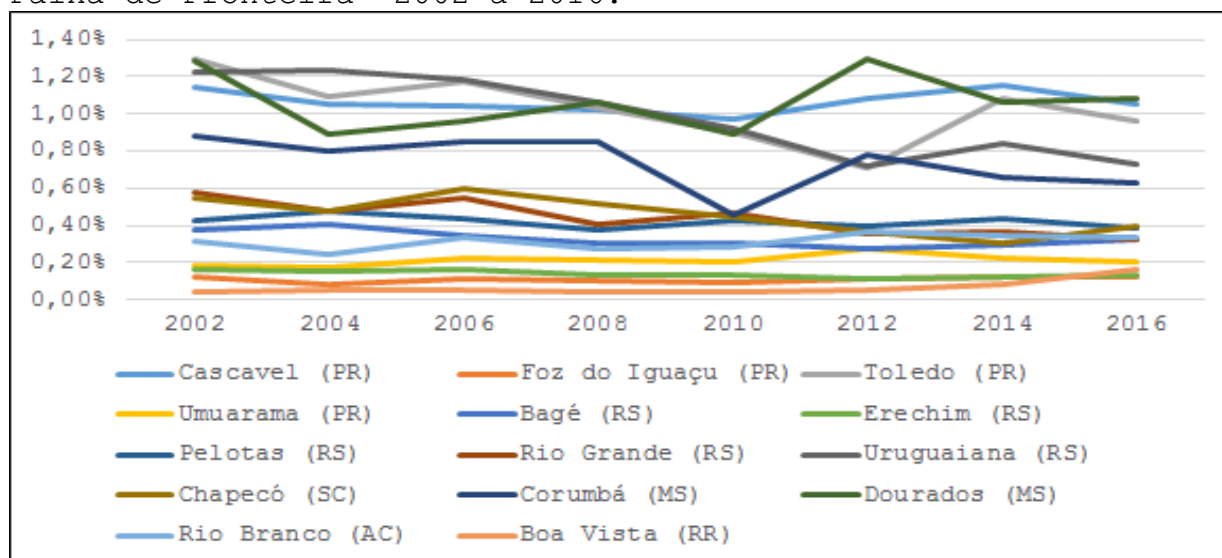
indústria). Os municípios de Toledo (PR), Cascavel (PR) e Dourados (MS), além do setor primário também apresentaram os setores secundário e terciário dinâmicos. Isso demonstra o fortalecimento do mercado interno.

Os 14 municípios classificados como de porte médio da Faixa de Fronteira em conjunto participaram em 2002 com 29,39% do PIB total da Faixa de Fronteira e em 2016 com 28,29%. No setor primário reduziram a participação de 8,60% do PIB primário da Faixa de Fronteira para 6,84% no período. O setor secundário perdeu importância, pois os municípios de porte médio participavam com 36,91% do PIB secundário da Faixa de Fronteira e passaram para 34,34%, assim como o setor de serviços, que também perdeu importância, porém com menos impacto que o setor secundário, em que os 14 municípios participavam com 32,65% do PIB terciário total da Faixa de Fronteira e caíram para 32,10%, no período analisado. Pode-se inferir com isso que os demais municípios, que não os médios, conseguiram elevar a participação de seu PIB setorial, em maior proporção em comparação aos de porte médio.

A Figura 4 demonstra a evolução da participação do PIB do setor primário, de cada município de porte médio, no PIB primário total da Faixa de Fronteira no período de 2002 a 2016. Boa Vista (RR), Foz do Iguaçu (PR), Erechim (RS) e Umuarama (PR), são os municípios com menor participação do PIB do setor primário e também não apresentaram muitas variações ao longo do período. Rio Branco (AC), Pelotas (RS) e Bagé (RS) tiveram mais oscilações da sua participação ao longo do período, mas finalizaram, aproximadamente, com as mesmas participações. Rio Grande (RS) e Chapecó (SC) apresentaram participações crescentes até 2006 e depois declinaram, finalizando o período com participação menor no PIB do setor primário em comparação com o ano de 2002.

As oscilações maiores na participação do PIB primário se deram nos municípios de Dourados (MS), Toledo (PR), Uruguaiana (RS), Cascavel (PR) e Corumbá (MS). Esses municípios apresentaram as maiores participações, mas terminaram o período com participação menor em relação a 2002. Destaque para Dourados (MS) que apresentou um pico na participação em 2012, além de Corumbá (MS) com queda substancial em 2008 e Toledo (PR) com queda desde 2006, recuperação em 2012 e finalizou o período bem abaixo do nível de 2002 (Figura 4).

Figura 4 - Brasil: Evolução da participação percentual do PIB primário de cada município de porte médio no PIB primário da Faixa de Fronteira- 2002 a 2016.

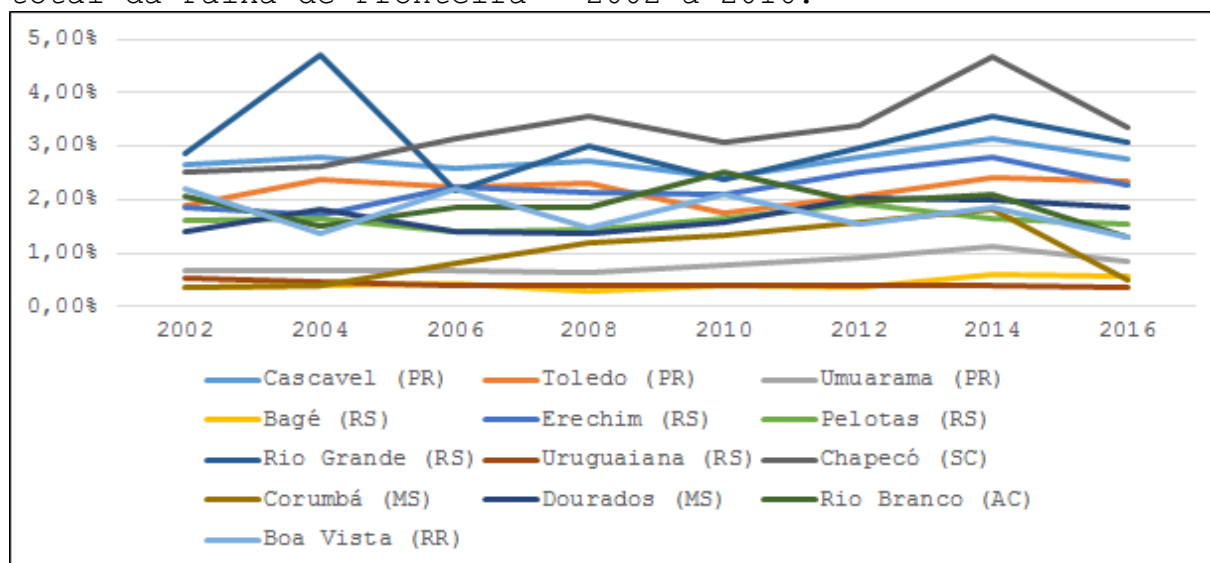


Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

A Figura 5 apresenta a participação do PIB secundário de cada município no PIB secundário total da Faixa de Fronteira. Foi retirado da análise o município de Foz do Iguaçu (PR) devido ao setor de eletricidade ser bem expressivo, conforme já apontado.

Figura 5 - Brasil: Evolução da participação percentual do PIB secundário de cada município de porte médio no PIB secundário total da Faixa de Fronteira - 2002 a 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

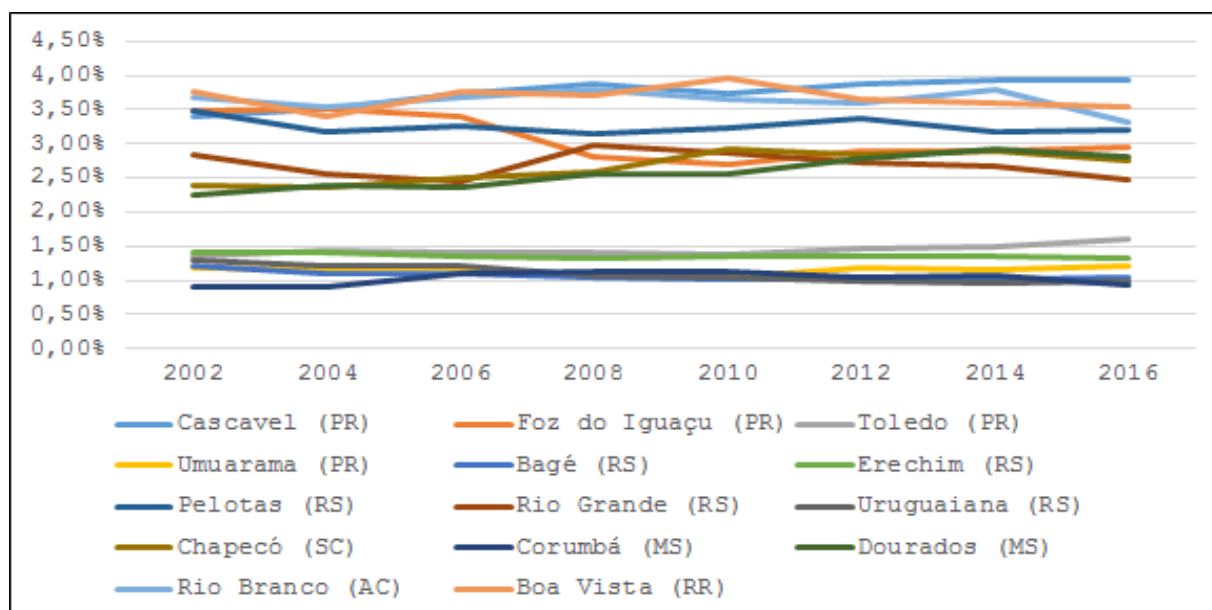
Nota: (1) Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002. (2) Foi omitido Foz do Iguaçu, pois seus valores são muito expressivos com relação aos demais, devido ao setor eletricidade.

A evolução da participação do PIB secundário dos municípios de porte médio no PIB secundário da Faixa de Fronteira apresentou volatilidade no período analisado. Os municípios mais estáveis no período foram Umuarama (PR), Bagé (RS) e Uruguaiana (RS), todos sendo pouco representativos na Faixa de Fronteira em relação ao PIB do setor terciário, com participação abaixo de 1%. Corumbá (MS) teve um período de crescimento da participação de 2002 a 2014, chegando a 1,8% em 2014 e depois declinou para 0,5% em 2016. Os demais municípios também registraram queda na participação do PIB a partir de 2014. As maiores variações foram de Rio Grande (RS) e Chapecó (SC). Rio Grande (RS) em 2004 participou com 4,7% do PIB secundário da Faixa de Fronteira, 2006 caiu para 2,2%, 2,4% em 2010, voltando a crescer até 3,6% em 2014, mas decresceu em seguida, como os demais. Chapecó (SC) teve trajetória crescente até 2008, leve queda até 2010, voltando a crescer

até 2014, chegando em 4,7%, quando caiu conforme os demais (Figura 5).

A Figura 6 apresenta a participação do PIB terciário de cada município no PIB terciário total da Faixa de Fronteira.

Figura 6 - Brasil: Evolução da participação percentual do PIB terciário de cada município de porte médio no PIB terciário total da Faixa de Fronteira - 2002 a 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019b).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com preços do ano base de 2002.

Os municípios de Toledo (PR), Erechim (RS), Umuarama (PR), Bagé (RS), Uruguaiiana (RS) e Corumbá (MS) apresentaram participação no PIB terciário da Faixa de Fronteira estável no período de 2002 a 2016, ficando com percentual de participação abaixo de 1,8%. Aparentemente esse setor não sentiu a crise a partir de 2014, principalmente Toledo (PR) que aumentou a participação a partir de 2014. Os mais representativos neste setor foram Cascavel (PR), Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) que alternaram a liderança no período, com leves reduções a partir de 2014. Destes, apenas Cascavel (PR) terminou o período com participação maior no PIB terciário da Faixa de

Fronteira em comparação ao início do período analisado. Chapecó (SC) e Dourados (MS) tiveram trajetória crescente. Pelotas (RS) e Foz do Iguaçu (PR) finalizaram o período com redução de sua participação e Rio Grande (RS) ficou com a maior oscilação do período, com reduções de sua participação a partir de 2012. Cascavel (PR) foi o município de porte médio mais representativo da análise, pois teve participação em destaque para os três setores econômicos, com menor relevância para o setor secundário.

A dinâmica populacional dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira brasileira.

É analisado nesta subseção, dados referentes à dinâmica populacional dos municípios de porte médio, considerando a Faixa de Fronteira e os Arcos Sul, Central e Norte.

Em 2016, a população estimada da Faixa de Fronteira brasileira era de 9.337.475 habitantes, tendo aumentado 12,71% entre os anos de 2002 e 2016, apresentando taxa de crescimento média anual de 0,86%. Entre os arcos da Faixa de Fronteira, o mais populoso é o Sul, composto por 6.617.070 habitantes em 2016, tendo aumentado 6,08% entre os anos de referência, crescimento médio de 0,43% ao ano. Todavia, o Arco Norte, menos populoso, foi o que apresentou maior aumento na população, 36,68% no período, passando de 1.616.311 habitantes em 2002 para 2.209.201 em 2016, com crescimento médio de 2,26% a.a. A população total da Fronteira durante o período teve uma leve tendência de crescimento, carregado pelo Arco Norte e sua expressiva taxa de crescimento.

De acordo com Baeninger, Brito e Azevedo (2006) a pujança, o formato do processo de distribuição espacial e a rápida urbanização da população brasileira evidenciaram enormes transformações econômicas, sociais, demográficas e

políticas, observando-se uma dinâmica concentradora em determinadas áreas.

Verifica-se um movimento de desaceleração do ritmo de crescimento populacional em grandes centros urbanos e um aumento da representatividade de atração em novas regiões metropolitanas e aglomerados não metropolitanos, nestes inclusos diversos municípios de porte médio, como Rio Branco (AC), Pelotas (RS) e Boa Vista (RR). Estas novas aglomerações vêm tomando grande relevância, estando aptas a absorver e reter fluxos migratórios significativos, que antigamente, se direcionavam as metrópoles. Para a Organização das Nações Unidas (ONU) (2012), os municípios menos atrativos em termos sociais, econômicos e de trabalho tendem a perder sua população para locais mais dinâmicos e com potencial superior nesses pontos.

Na Tabela 9 observou-se que Rio Branco (AC) era o terceiro o município de porte médio mais populoso da Faixa de Fronteira em 2002, se tornando o primeiro em 2016, com 377.057 habitantes, apresentando maior taxa média anual de crescimento de 2,54%. Isso representou um crescimento populacional de 14,97% de 2002 para 2016, comportando 3,26% da população da Faixa de Fronteira em 2016 e 17,07% da população do Arco Norte. Já o município de Boa Vista (RR), também pertencente ao Arco Norte, em 2016, representava 14,78% da população total do arco e taxa média de crescimento anual de 3,06%, crescendo 52,14% entre o primeiro e último ano pesquisados. Estes municípios apresentaram um crescimento médio anual maior que do Arco Norte (2,26% a.a.) e da Faixa de Fronteira (0,86% a.a.).

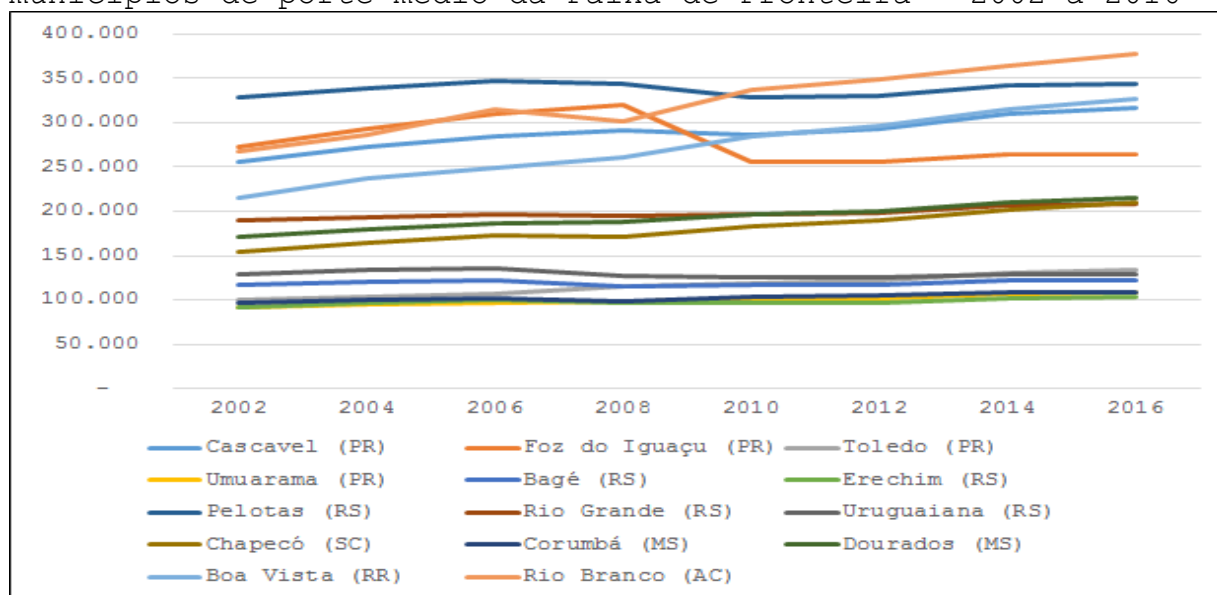
Tabela 9 - Brasil: participação da população dos municípios de porte médio na população do arco e na Faixa de Fronteira e taxa de variação média anual - 2002 e 2016

Arco	Município	2002			2016			Δ% média anual
		Pop.	Part. Front. (%)	Part. Arco (%)	Pop.	Part. Front. (%)	Part. Arco (%)	
Sul	Cascavel (PR)	256.390	2,5	4,1	316.226	2,7	4,7	1,5
	Foz do Iguaçu (PR)	272.939	2,7	4,3	263.915	2,2	3,9	0,1
	Toledo (PR)	100.715	1,0	1,6	133.824	1,1	2,0	1,9
	Umuarama (PR)	92.217	0,9	1,4	109.132	0,9	1,6	1,1
	Bagé (RS)	117.009	1,1	1,8	121.986	1,0	1,8	0,3
	Erechim (RS)	91.033	0,9	1,4	102.906	0,8	1,5	0,9
	Pelotas (RS)	327.955	3,2	5,2	343.651	2,9	5,1	0,3
	Rio Grande (RS)	189.515	1,8	3,0	208.641	1,8	3,1	0,6
	Uruguaiana (RS)	129.620	1,2	2,0	129.720	1,1	1,9	0,1
Sul	Chapecó (SC)	154.453	1,5	2,4	209.553	1,8	3,1	2,2
Central	Corumbá (MS)	97.235	0,9	4,4	109.294	0,9	3,9	0,8
	Dourados (MS)	171.043	1,7	7,7	215.486	1,8	7,8	1,6
Norte	Boa Vista (RR)	214.541	2,1	13,2	326.419	2,8	14,7	3,0
	Rio Branco (AC)	267.740	2,6	16,5	377.057	3,2	17,0	2,5

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

Os municípios do Arco Norte, Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC), apresentaram evolução crescente mais notável em relação aos outros municípios. Rio Branco (AC) apresenta redução da população em 2006, retomando o crescimento em 2009 (Figura 7).

Figura 7 - Brasil: Evolução da população residente dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira - 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

Pelotas (RS) apresentou a maior média de população entre os anos de 2002 e 2016, 337.262 residentes, com crescimento médio de 0,39% a.a. Já a maior taxa de crescimento médio no período analisado foi no município Boa Vista (RR), com 3,06%, sendo este o quinto mais populoso em 2002, mas terceiro em 2016 (Tabela 9).

Todos os municípios de porte médio da Faixa de Fronteira apresentaram taxa média anual de crescimento positivo, mas se percebeu que ao longo do período que no geral os municípios tiveram uma tendência da taxa de crescimento da população decrescente.

Barden et al. (2018) relaciona a redução significativa nas taxas de crescimento populacional com as expressivas mudanças que ocorreram na dinâmica populacional brasileira no decorrer do século XX, principalmente com a diminuição da mortalidade e a queda nas taxas de fecundidade, ou seja, do número médio de filhos de uma mulher em idade reprodutiva.

Segundo Carmo, Dagnino e Johansen (2014) a redução das taxas geométricas anuais de crescimento da população

brasileira foram significativas especialmente na década de 1950 (3,17% a.a.), passando a partir deste momento a apresentar declínio constante, registrando um aumento da população total do país da ordem de 1,17% a.a. na década de 2000. Ressalta-se que o crescimento populacional é mais intenso nas áreas urbanas, e áreas rurais propendem a perder população em diversos municípios brasileiros.

Já quando se realizam análises em termos municipais, observa-se que alguns municípios atraem população em razão da sua dinâmica econômica, situação em que se inserem Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC), por possuírem a dinâmica econômica voltada para o setor secundário e terciário, quando comparados com alguns municípios do arco de Fronteira Norte que possuem sua dinâmica centrada apenas no setor primário. Este fato corrobora com a colocação de Barden et al. (2018) de que em geral, municípios mais populosos são aqueles em que as atividades terciárias ou mistas estão mais desenvolvidas.

Além disso, quanto ao desenvolvimento destes locais, as migrações assumem papel decisivo em diversos aspectos, na oferta de mão-de-obra, no crescimento populacional das cidades e na troca de experiências e tecnologias (TAVARES, 2001).

No Arco Central havia 2.199.338 residentes em 2002, enquanto que em 2016 esse número subiu 25,47%, passando para 2.759.509, apresentando taxa média de crescimento anual de 1,63%. O município de Dourados (MS) apresentou um aumento populacional de 25,98%, de 2002 para 2016, passando de 171.043 para 215.486 habitantes, crescimento médio anual de 1,67%, maior que a média do Arco Central de 1,23%, detendo 7,85% da população total do arco em 2016. O município de Corumbá (MS), em que habitavam 97.235 pessoas em 2002, cresceu 12,40% atingindo 109.294 residentes em 2016 (crescimento de 0,84% ao ano em média), que representavam 3,98% da população total do Arco Central (Tabela 9).

Referente aos dois municípios do Arco Central é apresentado a evolução populacional no período de 2002 a 2016 (figura 7), na qual se percebeu a evolução mais acentuada da população de Dourados (MS) em relação a Corumbá (MS).

As características do crescimento demográfico, como as verificadas neste estudo, para estes municípios, são engendradas historicamente, impelidas, mormente, pelo desempenho econômico (ONU, 2012). Novamente os dados evidenciam que municípios que apresentaram a menor taxa anual de crescimento populacional tem, usualmente, o setor primário mais dinâmico, como o caso de Corumbá (MS).

Para Barden et al. (2018), a desconcentração industrial, a interiorização da atividade agrícola e a queda da fecundidade são fatores responsáveis pela desaceleração do ritmo de crescimento das cidades no Brasil.

O município com menor população em 2016 foi Erechim (RS), com 102.966 habitantes, sua população cresceu 13,04% de 2002 para 2016, com crescimento médio de 0,97% a.a. As menores médias de taxas de crescimento anual registradas foram dos municípios de Uruguaiana (RS) 0,12% e Foz do Iguaçu (PR) 0,13% (Tabela 9), todos os municípios citados pertencem a Arco Sul.

Entre os anos de 2002 e 2016, a população do Arco Sul da Faixa de Fronteira aumentou de 6.237.485 para 6.617.070 habitantes, crescimento de 6,08% de 2002 para 2016. Os municípios com maior crescimento de 2002 para 2016 foram Chapecó (SC) (35,67%), seguido por Toledo (PR) (32,87%) e Cascavel (PR) (23,33%). Esses municípios com maior crescimento não são os mais populosos do Arco Sul. Chapecó (SC) cresceu em média 2,23% a.a. no período e abrigava em 2016 3,17% de toda a população do Arco Sul e 1,81% da população da Fronteira. Toledo (PR) cresceu em média 2,99% a.a. e abrigava 2,02% da população do arco e 1,16% da Fronteira e Cascavel (PR) cresceu em média 1,55% a.a. e abrigava 4,78% da população do arco e

2,73% da população da Faixa de Fronteira (Tabela 9). Com base nesses dados pode-se inferir que os municípios menos populosos estão crescendo a uma taxa média anual maior que os mais populosos.

Elementos técnicos, científicos, informacionais, políticas de investimento em rodovias e planos diretores contribuíram para que estas cidades de porte médio, não necessitassem de grandes intermediações com as metrópoles. Estudo realizado por Soares e Melo (2010), indica que o crescimento de cidades de porte médio se relaciona com a ampliação de fronteiras, introdução de novas oportunidades de trabalho e negócios e com o crescimento econômico.

Municípios e locais que possuem mais infraestrutura, com destaque para a área da saúde e educação, acabam por atrair atividades com maior conteúdo de capital, tecnologia e organização (FERRERA DE LIMA, 2018), tornando-se áreas de atração populacional, como é o caso de Cascavel (PR), que é município referência para serviços de atenção secundária e terciária em saúde no Oeste do Paraná. Em contrapartida, locais onde esses atributos são ausentes, podem se tornar áreas de expulsão populacional.

Foz do Iguaçu (PR) foi o único município que reduziu sua população de 2002 para 2016, uma queda populacional de 3,30%, passando de 272.939 residentes em 2002 para 263.915 em 2016, passando do 3º mais populoso da Faixa de Fronteira para o 6º, ainda assim o município tinha em 2016 2,28% de toda a população da Faixa e 3,99% da população do Arco Sul. Para este município é possível verificar uma acentuada queda populacional entre os anos de 2009 e 2010 (Figura 7), há a possibilidade que esta variação esteja relacionada à assimetrias entre as estimativas populacionais realizadas pelo IBGE (IBGE, 2019a) até 2009 e o número de habitantes levantado pelo censo de 2010.

A dinâmica populacional de uma região se altera em razão de três componentes: fecundidade, mortalidade e a migração (CARMO; DAGNINO; JOHANSEN, 2014). Quanto a mortalidade o acesso da população ao saneamento básico, à saúde, vacinas e educação contribuiu efetivamente para a redução da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (AZAMBUJA et al., 2011). Em relação à fecundidade, o nível de escolaridade das mulheres, a inserção no mercado de trabalho, em especial na área urbana, associa-se a sua rápida redução (PINHEIRO; GALIZA; FONTOURA, 2009). No que diz respeito às migrações, no caso de Foz do Iguaçu (PR), por exemplo, as migrações assumem um importante papel devido a localização privilegiada do município na tríplice fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina. Como destacado por Cavatorta, Caldanha e Campanha (2017), Foz do Iguaçu (PR) distingue-se como polo turístico e centro comercial de fronteira, conformando, juntamente com Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina, uma aglomeração urbana de caráter internacional. A discussão da dinâmica populacional nos municípios com essa condição é complexa, considerando o enorme fluxo de pessoas de uma cidade para outra. Apesar dos pontos negativos, indica-se uma série de problemas oriundos da concentração populacional desordenada, como a carência de infraestrutura básica, por exemplo para a saúde, haja vista a atração que o Sistema Único de Saúde brasileiro exerce nos países fronteiriços.

A centralidade dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira brasileira.

De acordo com a Teoria do Lugar Central formulada por Christaller, o desenvolvimento e o crescimento das áreas urbanas dependem do tipo de serviço existente em seu entorno, como comércio, serviços públicos, financeiros e bancários

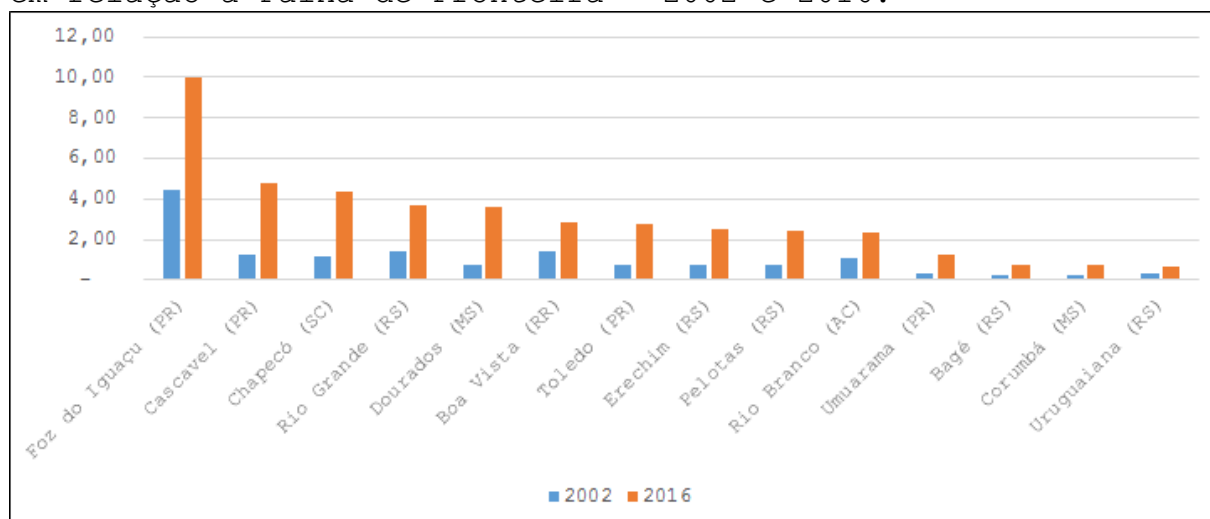
especializados, ensino de todos os níveis, serviços de saúde entre outros. O setor de serviços depende da densidade populacional e do nível de renda da população. Esses serviços formam áreas de mercado em cada aglomeração e essas áreas de mercado definem a hierarquia das aglomerações. Dessa forma quanto maior for a área de mercado, maior será a área de influência de determinado lugar e a aglomeração existente em torno de seu centro. Com a intensidade das ações dos agentes a aglomeração será capaz de oferecer seu excedente a outras cidades e regiões (STRASSBURG; FERRERA DE LIMA; OLIVEIRA,2014).

Nesta subseção, é analisado inicialmente o grau de centralidade tendo como base de comparação toda a população da Faixa de Fronteira. Em seguida, se faz a análise do grau de centralidade por arco, isto é, baseado na população dos Arcos Norte, Central e Sul, individualmente.

A Centralidade da população da Faixa de Fronteira.

O Índice de Centralidade calculado para 2002 (Figura 8) demonstrou grau de concentração mediana no município de Foz do Iguaçu (PR), localizado no Arco Sul da Faixa de Fronteira, e baixa concentração nos demais municípios analisados. Nesse cenário, o indicador reflete maior dinâmica de polarização no município de Foz do Iguaçu (PR) em relação aos demais municípios.

Figura 8 - Brasil: Centralidade dos municípios de porte médio em relação a Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.



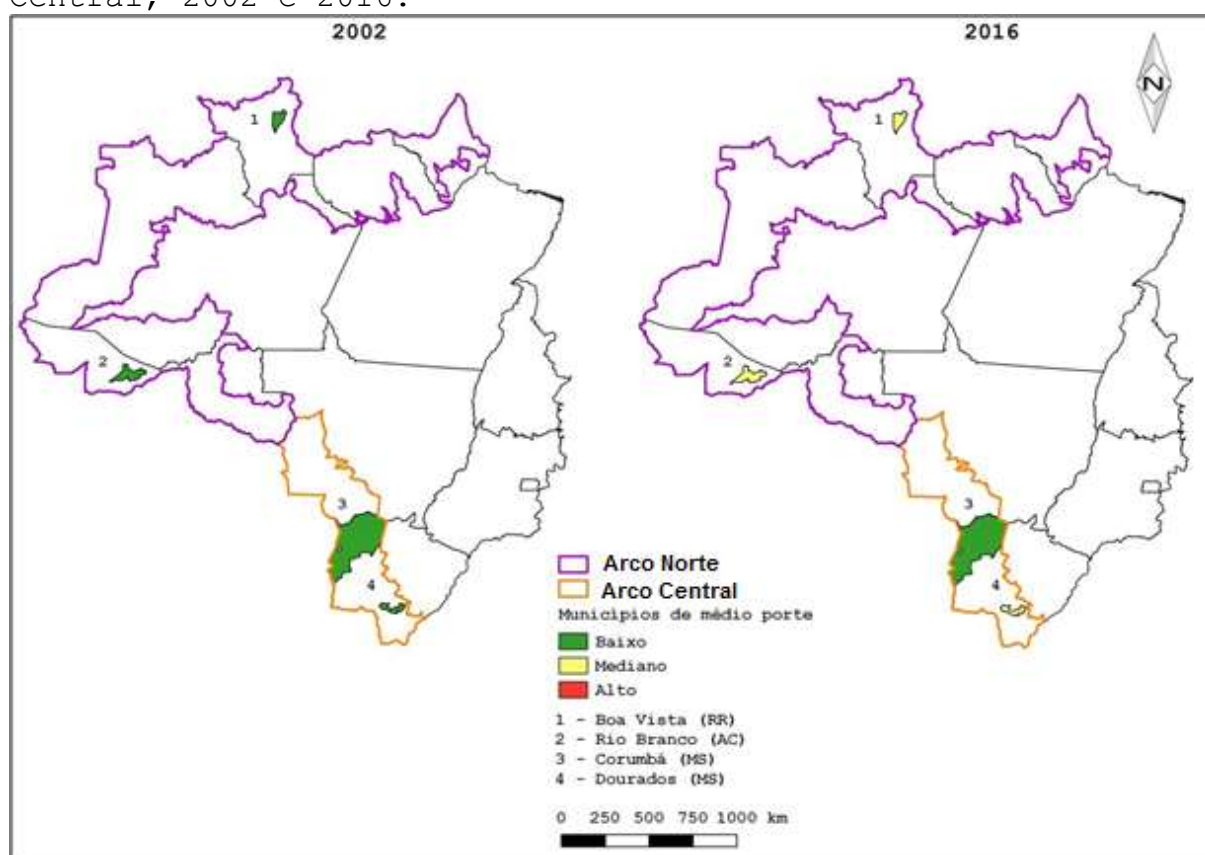
Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

O avanço nas atividades urbanas na economia de Foz do Iguaçu (PR) é explicado pela geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Itaipu Binacional S.A.), bem como pelo potencial da paisagem que atrai turistas que apreciam as Cataratas do Iguaçu e sua rede de *resorts* e hotéis, além de fazer divisa com o Paraguai e a Argentina. Esses fatores impulsionam os setores secundário e terciário, demonstrando a ação de forças centrípetas na atividade econômica urbana deste município. Esses resultados corroboram com os argumentos de Ferrera de Lima (2019) no qual demonstram uma maior convergência no setor terciário entre os estados e os municípios que compõem a Faixa de Fronteira Sul do Brasil.

Umuarama (PR) foi o único município que não mudou sua posição no *ranking* do Índice de Centralidade, mantendo-se em 11º em ambos os anos. Além de Foz do Iguaçu (PR) e Umuarama (PR), outros lugares são considerados centrais com dinâmicas econômicas e populacionais díspares entre 2002 e 2016. Ganharam posição na classificação do grau de centralidade, os municípios de Toledo (PR), Cascavel (PR), Chapecó (SC), Dourados (MS), Corumbá (MS), Erechim (RS) e Bagé (RS), com

destaque para Toledo (PR) que subiu três posições. Toledo (PR) se fortaleceu tanto na agroindústria de proteína animal e vegetal, quanto na indústria farmacêutica (BIDARRA; FERRERA DE LIMA, 2019). Em contraste, os municípios de Rio Branco (AC), Uruguaiana (RS) e Pelotas (RS) perderam posições no ranking, sendo que Rio Branco (AC) caiu quatro posições.

Figura 9 – Brasil: Índice de Centralidade dos municípios de porte médio em relação a Faixa de Fronteira – Arco Norte e Central, 2002 e 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

Conforme exposto na Figura 9, observa-se o reposicionamento dos municípios de Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) localizados no Arco Norte da Faixa de Fronteira, que se deslocaram de grau de centralidade baixo para mediano. Embora os municípios de Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) estejam classificados em 2016 como grau mediano de centralidade, esses apresentaram baixa evolução ao longo do período analisado, com

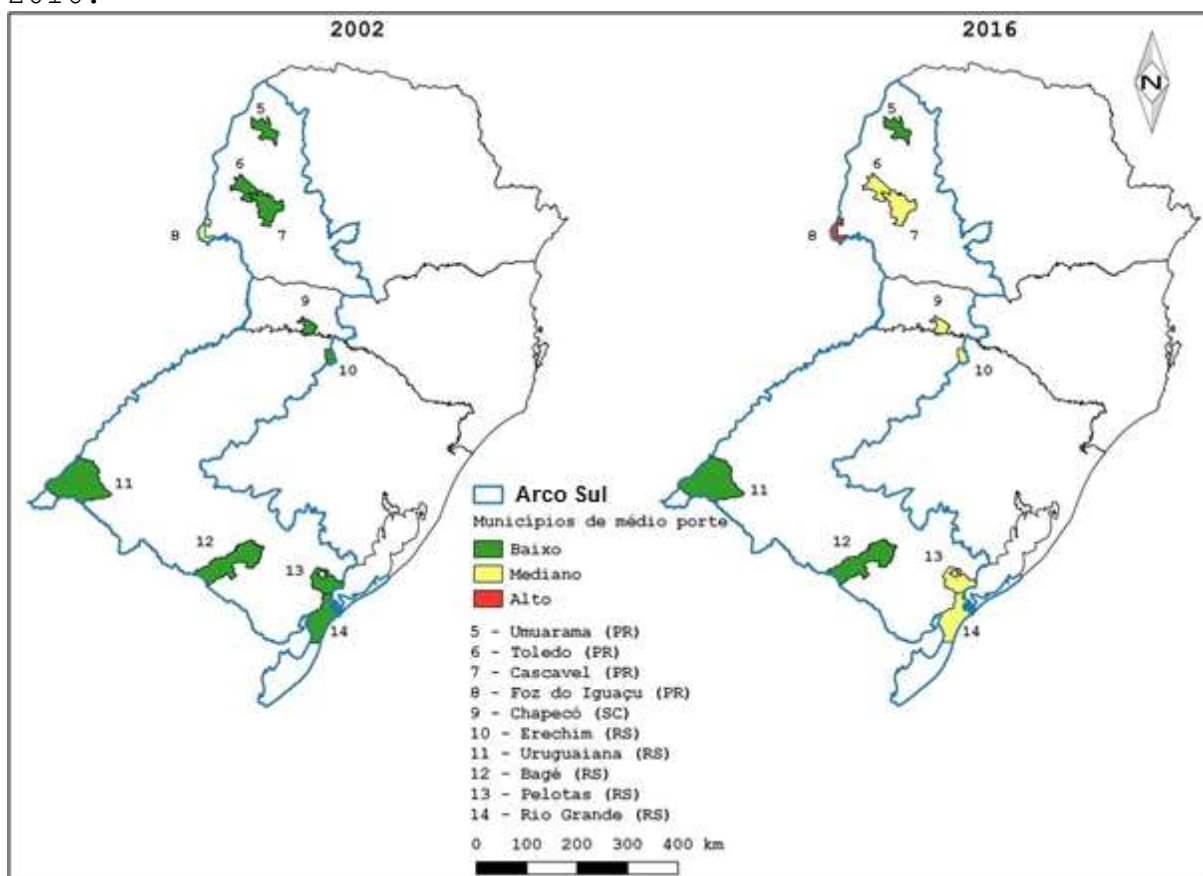
crescimento médio anual do Índice de Centralidade de 6,61% e 6,01%, respectivamente. Ambos os municípios tiveram aumento populacional e no PIB.

Analisando a variação média anual de crescimento do Índice de Centralidade dos municípios localizados no Arco Central, verificou-se que Corumbá (MS) e Dourados (MS), ambos do estado de Mato Grosso do Sul, apresentaram as maiores taxas de crescimento do período de 2002 a 2016, com taxa média anual de 13,53% e 13,10%, respectivamente. Os dois municípios melhoraram seu indicador em decorrência do aumento da população e do PIB.

No Arco Central (Figura 9), foi identificado que o município de Corumbá (MS) se manteve num patamar baixo de centralidade. Por outro lado, o município de Dourados (MS) teve sua dinâmica econômica urbana e populacional reposicionada para grau mediano de centralidade.

Na Figura 10, além do município de Foz do Iguaçu (PR) que se reposicionou de grau mediano para alto grau de centralidade, na comparação de 2002 com 2016, verifica-se o reposicionamento de alguns municípios, com destaque para Cascavel (PR), Chapecó (SC), Rio Grande (RS), Toledo (PR), Erechim (RS) e Pelotas (RS), deslocando-se de grau de centralidade baixo para mediano. Em contraste, os municípios de Umuarama (PR), Bagé (RS) e Uruguaiana (RS) se mantiveram num patamar baixo de centralidade, quando comparado aos demais municípios do Arco Sul.

Figura 10 - Brasil: Índice de Centralidade dos municípios de porte médio em relação a Faixa de Fronteira - Arco Sul, 2002 e 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

No Arco Sul, os destaques para o crescimento médio anual do Índice de Centralidade foram os municípios de Rio Grande (RS) 11,49%, Chapecó (SC) 11,04%, Cascavel (PR) 10,74%, Toledo (PR) 10,63% e Umuarama (PR) 10,63%. Ainda que Foz do Iguaçu (PR) tenha apresentado o maior grau de centralidade no período analisado, esse município cresceu, em média, apenas 7,22% a.a. Fato interessante que explica esse crescimento inferior aos demais municípios é que de 2002 para 2016 Foz do Iguaçu (PR) perdeu população e o PIB do setor secundário se reduziu, inferindo que o aumento do Índice de Centralidade foi devido ao aumento da participação do setor terciário. Uma evidência negativa foi observada para o município de Uruguaiana (RS) com taxa de crescimento médio anual de 5,62% no Índice de

Centralidade, o mais baixo entre os municípios analisados no estudo. Tanto em 2002 como em 2016, Uruguaiana (RS) apresentou menores indicadores, o que denota baixa dinâmica de atividade econômica urbana neste município, corroborando com a análise do indicador da variação do PIB.

A Centralidade Intra-regional da população dos Arcos Norte, Central e Sul da Faixa de Fronteira.

O Índice de Centralidade também foi estimado para os municípios de porte médio, segregando-os em seus respectivos arcos. Nesse cálculo, o índice levou em conta apenas a população de cada Arco e, por conseguinte, o grau de centralidade difere daquele que considera toda a população da Faixa de Fronteira. Desse modo, doravante, nessa subseção, a base de comparação, bem como a análise do Índice de Centralidade seguirá por Arco.

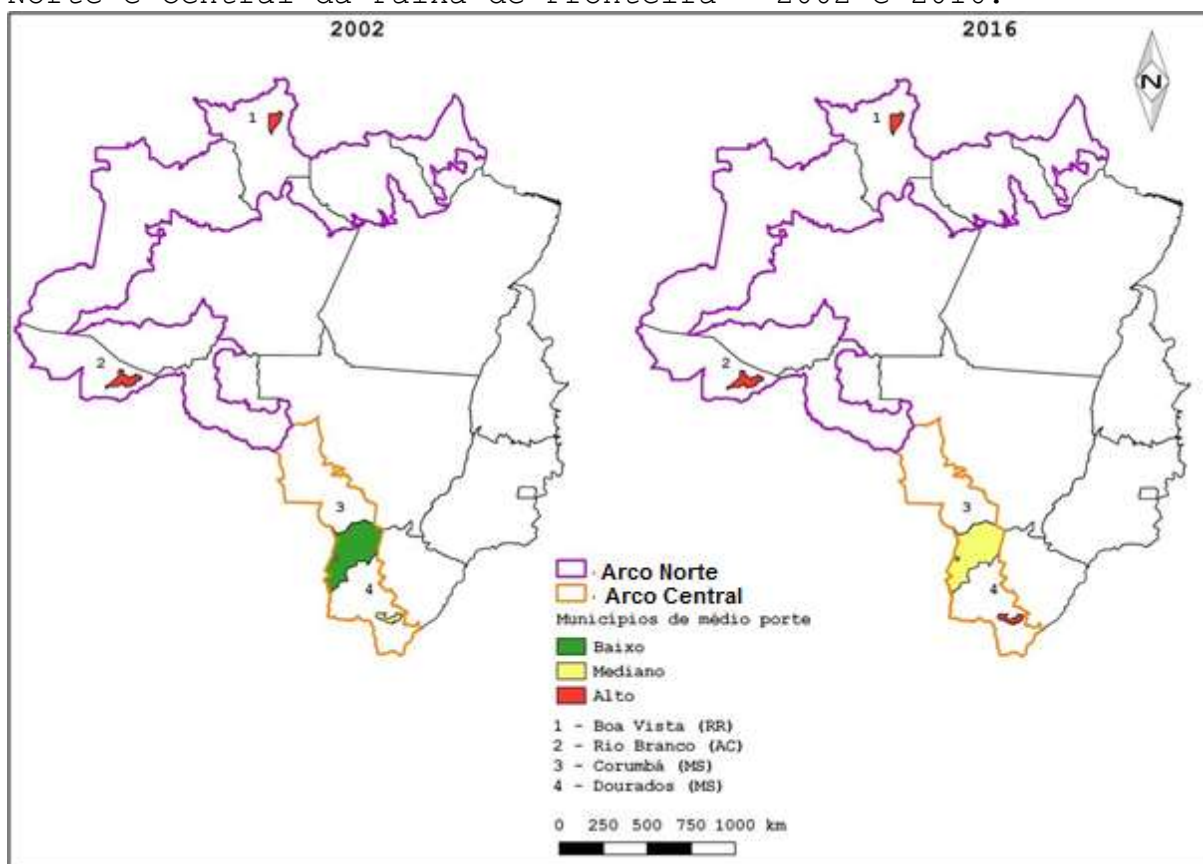
Tabela 10 - Brasil: Índice de Centralidade dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira em relação ao arco - 2002 e 2016.

Arco	Grau	Município	2002	Município	2016
Norte	Alto	1° Boa Vista (RR)	8,7	1° Boa Vista (RR)	14,8
		2° Rio Branco (AC)	6,8	2° Rio Branco (AC)	12,2
Central	Alto	-	-	1° Dourados (MS)	15,0
	Mediano	1° Dourados (MS)	3,6	2° Corumbá (MS)	3,2
	Baixo	2° Corumbá (MS)	0,9	-	-
Sul	Alto	1° Foz do Iguaçu (PR)	7,1	1° Foz do Iguaçu (PR)	17,4
		2° Cascavel (PR)	-	2° Cascavel (PR)	8,3
		3° Chapecó (SC)	-	3° Chapecó (SC)	7,6
		4° Rio Grande (RS)	-	4° Rio Grande (RS)	6,4
	Mediano	2° Rio Grande (RS)	2,2	5° Toledo (PR)	4,8
		3° Cascavel (PR)	2,0	6° Erechim (RS)	4,4
		7° Pelotas (RS)	-	7° Pelotas (RS)	4,2
	Baixo	8° Umuarama (PR)	-	8° Umuarama (PR)	2,1
		4° Chapecó (SC)	1,8	9° Bagé (RS)	1,3
		5° Pelotas (RS)	1,2	10° Uruguaiana (RS)	1,1
6° Erechim (RS)		1,2	-	-	
7° Toledo (PR)		1,1	-	-	
8° Umuarama (PR)		0,5	-	-	
9° Uruguaiana (RS)	0,5	-	-		
10° Bagé (RS)	0,4	-	-		

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

Com relação ao Arco Norte, foi observado que os municípios de Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) exibiram alto grau de centralidade, indicando a existência de polarização nesses municípios para o arco (Tabela 10 e Figura 11). É possível visualizar um aumento significativo no grau de centralidade de 2002 para 2016 para ambos, demonstrando a ação de forças centrípetas no espaço desses municípios.

Figura 11 - Brasil: Índice de Centralidade Intra-regional da população dos municípios de porte médio localizados nos Arcos Norte e Central da Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

Com base na Figura 12 verificou-se a evolução histórica, isto é, a dinâmica de posicionamento e reposicionamento de cada município ao longo do período de análise. Constatou-se que apenas em 2014 o município de Rio (AC) conseguiu superar Boa Vista (RR) no indicador de centralidade. De modo geral, Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) se destacam como importantes polos do Arco Norte localizados na Faixa de Fronteira.

Embora Rio Branco (AC) tenha maior população em comparação a Boa Vista (RR), esse último município possui ligeira vantagem em relação ao primeiro, com maior grau de centralidade em ambos os anos. No entanto, constata-se que o município de Rio Branco (AC) apresentou maior variação média no crescimento do índice. Essa tendência de crescimento sugere

que no médio ou longo prazo, Rio Branco (AC) poderá se aproximar ainda mais de Boa Vista (RR) ou até mesmo assumir o topo do *ranking* no Arco Norte.

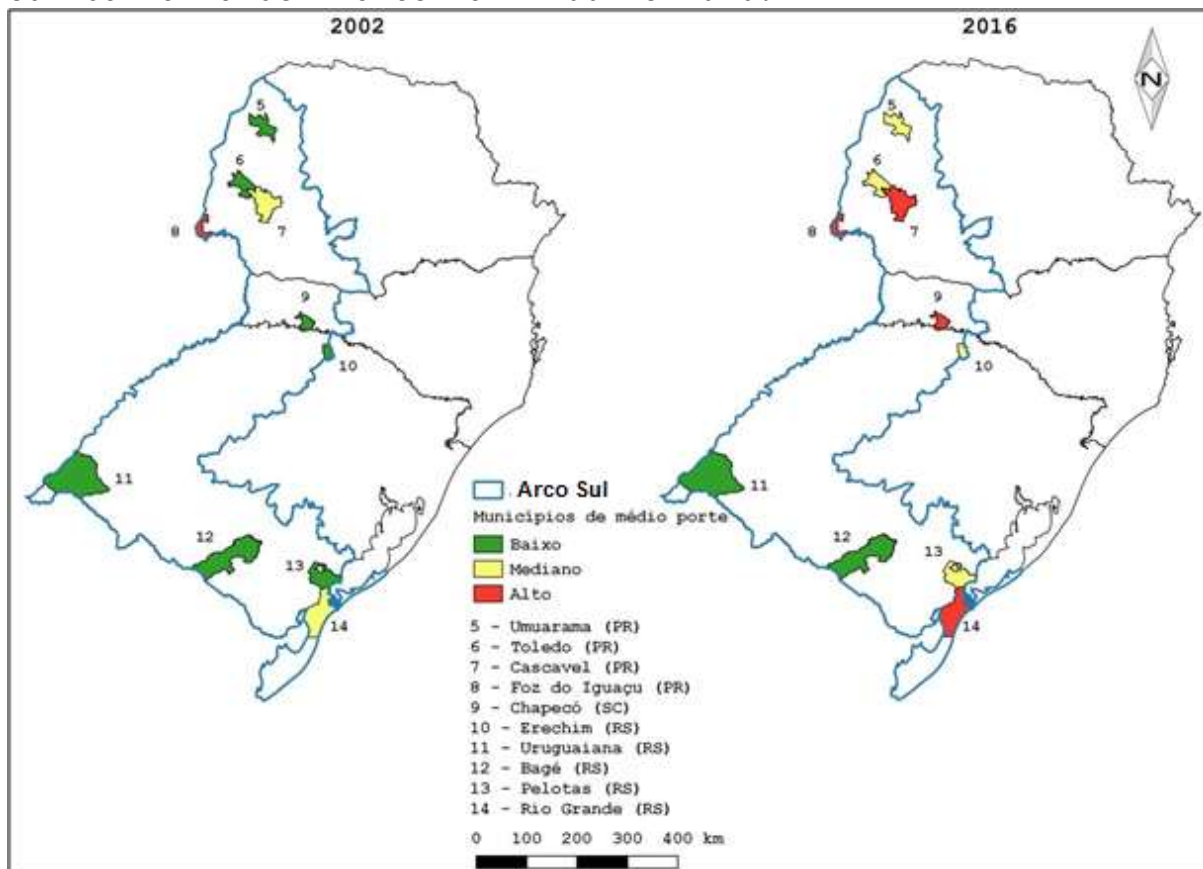
No tocante ao Arco Central (Figura 12) destacam-se os municípios de Dourados (MS) e Corumbá (MS). Ao analisar o comportamento do Índice de Centralidade ao longo do tempo, verifica-se de um lado o reposicionamento do município de Dourados (MS) que passou de grau mediano em 2002 para alto em 2016, demonstrando elevada dinâmica na economia urbana. Por outro lado, Corumbá (MS), considerado como baixo grau de concentração em 2002, alcançou em 2016 o nível mediano de centralidade.

Os dados do Índice de Centralidade demonstraram que, historicamente, Dourados (MS) leva vantagem em relação a Corumbá (MS) ao apresentar elevado dinamismo econômico no meio urbano. Além de Porto Velho (RO), município considerado de grande porte, Dourados (MS) e Corumbá (MS) representam, notadamente, os principais polos econômicos e populacionais do Arco Central localizados na Faixa de Fronteira. Apesar da evolução tanto populacional, quanto na atividade econômica urbana, ambos os municípios mantiveram suas posições no *ranking* de centralidade no Arco Central durante o período.

No Arco Sul (Figura 12), é possível observar a dinâmica de reposicionamento dos municípios, com destaque novamente para Foz do Iguaçu (PR), que se manteve no alto grau de centralidade tanto em 2002 como em 2016. Além disso, Cascavel (PR) e Rio Grande (RS) saíram do nível médio de centralidade e alcançaram o alto grau em 2016. A evolução de maior destaque ficou por conta de Chapecó (SC) que deixou o grau baixo para se reposicionar como importante e alto grau de centralidade, demonstrando elevado dinamismo nas atividades econômicas urbanas. Toledo (PR), Erechim (RS), Pelotas (RS) e Umuarama (PR) também evoluíram entre 2002 e 2016, reposicionando-se

como grau mediano e como importantes economias regionais no Arco Sul da Faixa de Fronteira. Por outro lado, os municípios de Bagé (RS) e Uruguaiiana (RS) se mantiveram no patamar de baixa centralidade na economia urbana do Arco Sul.

Figura 12 - Brasil: Índice de Centralidade Intra-regional da população dos municípios de porte médio localizados no Arco Sul da Faixa de Fronteira - 2002 e 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2019a) e IPEADATA (2019).

Apesar da queda de população registrada em 2010 (Tabela 9), Foz do Iguaçu (PR) se destacou como principal município, graças a sua dinâmica econômica industrial de geração de energia elétrica, bem como sua aptidão para explorar os serviços relacionados ao turismo. Erechim (RS) e Umuarama (PR) não conseguiram mudar seu posicionamento em relação aos demais municípios do Arco Sul, mantendo-se em 6° e 8°, respectivamente.

Toledo (PR), Cascavel (PR), Chapecó (SC) e Bagé (RS) se reposicionaram, ganhando posição no *ranking* do grau de centralidade, com destaque para Toledo (PR) que subiu duas posições. Nesses municípios observou-se que o PIB e a população obtiveram crescimento relativamente consideráveis no período de análise. Em contraste, Rio Grande (RS) e Pelotas (RS) perderam duas posições cada e Uruguaiana (RS) caiu uma posição. Embora esses municípios tenham apresentado aumento no PIB, a população se manteve praticamente estagnada entre o período de 2002 a 2016.

De modo geral, os dados apontam para o deslocamento da dinâmica econômica e populacional do Rio Grande do Sul para o Paraná no Arco Sul da Faixa de Fronteira, visto que a força de atração da Mesorregião Oeste paranaense, principalmente nos municípios de Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR) e Toledo (PR), têm forte ligação com a atividade econômica urbano-industrial. Desse modo, o potencial de efeito multiplicador na geração de novos postos de trabalho se apresentou como força centrípeta nessa região, no qual a centralidade urbana está relacionada com a intensidade da aglomeração de pessoas resultante da dinâmica econômica urbana desempenhada por determinado município ou região e do potencial do setor terciário.

Desempenho do índice Firjan de desenvolvimento municipal dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira brasileira.

Um dos principais desafios enfrentados pelos municípios é gerar desenvolvimento unidimensional a partir do crescimento da renda, ou seja, além de ampliar o poder aquisitivo, manter a capacidade de incremento produtivo, de manutenção estrutural da renda, além de fornecer melhorias substanciais nas condições de bem-estar da população, bem como, mudanças qualitativas em geral. Silva e Ferrera de Lima (2014)

ênfatizam que, no processo de desenvolvimento regional das localidades, há uma reestruturação produtiva, na qual os setores secundário e terciário tornam-se mais relevantes na composição da riqueza gerada. A população, nesse sentido, tem papel fundamental, pois as mudanças estruturais dependem das decisões estratégicas e de investimento. Destaca-se ainda a relevância de um sistema institucional evoluído, com redes bem estruturadas.

Nessa temática, para analisar o desenvolvimento, usualmente, algumas variáveis se mostram relevantes, como a renda *per capita*, as condições de saúde e a escolarização da população. Assim, o IFDM se apresenta como um indicador que engloba essas variáveis, e é muito utilizado para comparar o desenvolvimento entre municípios.

Nesta subseção será apresentada a trajetória do IFDM geral e do IFDM educação, emprego & renda e saúde dos municípios de porte médio de cada arco da Faixa de Fronteira brasileira, além da classificação quanto ao valor absoluto em baixo estágio de desenvolvimento, desenvolvimento regular, moderado e alto estágio de desenvolvimento.

O IFDM geral médio dos 14 municípios de porte médio pertencentes à Faixa de Fronteira, tanto para 2005 quanto 2016, pode ser classificado como moderado. Dentre esses municípios, como mostra a Tabela 11, Cascavel (PR) apresentou o maior IFDM geral em 2005 (foi o 3º maior em 2016), enquanto que em 2016 foi Toledo (PR) (era o 4º maior em 2005), ambos os municípios localizados no Oeste Paranaense, no Arco Sul da Faixa de Fronteira. Toledo (PR) também apresentou maior IFDM emprego & renda e IFDM saúde em 2016. Para o IFDM educação, em 2016, o maior foi Chapecó (SC), com valor bem próximo de Toledo (PR). Em relação aos valores mais baixos, se destaca Corumbá (MS) que apresenta tanto o IFDM geral, quanto educação e emprego & renda mais baixos em 2016, em comparação com os

outros municípios de porte médio da Faixa de Fronteira (Tabela 11).

Tabela 11 - Brasil: IFDM dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira - 2005 e 2016.

Arco	Município	2005				2016			
		Gera l	Educaçã o	Empreg o & renda	Saúd e	Gera l	Educaçã o	Empreg o & renda	Saúd e
Sul	Cascavel (PR)	0,81	0,72	0,82	0,87	0,84	0,85	0,75	0,93
	Foz do Iguaçu (PR)	0,71	0,64	0,69	0,82	0,79	0,81	0,71	0,84
	Toledo (PR)	0,78	0,72	0,93	0,68	0,87	0,90	0,77	0,95
	Umuarama (PR)	0,78	0,75	0,78	0,81	0,81	0,86	0,73	0,83
	Bagé (RS)	0,64	0,59	0,64	0,69	0,79	0,79	0,69	0,88
	Erechim (RS)	0,78	0,72	0,81	0,82	0,81	0,90	0,66	0,86
	Pelotas (RS)	0,65	0,57	0,68	0,69	0,72	0,71	0,72	0,74
	Rio Grande (RS)	0,68	0,57	0,80	0,78	0,71	0,72	0,61	0,79
	Chapecó (SC)	0,77	0,73	0,85	0,73	0,86	0,90	0,76	0,93
	Uruguaiana (RS)	0,62	0,63	0,58	0,65	0,72	0,77	0,69	0,69
Central	Corumbá (MS)	0,67	0,59	0,71	0,71	0,65	0,72	0,46	0,77
	Dourados (MS)	0,73	0,64	0,79	0,75	0,81	0,78	0,76	0,88
Norte	Boa Vista (RR)	0,70	0,58	0,78	0,74	0,76	0,75	0,71	0,82
	Rio Branco (AC)	0,66	0,58	0,80	0,59	0,73	0,77	0,64	0,79

Fonte: Elaboração própria com base em FIRJAN (2019).

Em 2005, os municípios do Rio Grande do Sul (RS), Arco Sul, se destacaram com os piores valores do IFDM e para 2016 os piores indicadores predominam em Corumbá (MS) no Arco Central, quando comparados aos demais municípios de porte médio localizados na Faixa de Fronteira (Tabela 11). Corumbá (MS) apresentou, em 2016, a terceira economia com maior participação do VAB primário no PIB, sua dinâmica econômica de 2016 é considerada a mesma de 2002, teve leve crescimento

durante o período analisado, mas voltou ao mesmo patamar de 2002 quanto ao PIB total.

Na análise do PIB e da centralidade se percebeu uma mudança da dinâmica econômica de municípios do Rio Grande do Sul para o Paraná, especialmente para Oeste e Sudoeste em 2016. Municípios como Cascavel (PR), Toledo (PR), Pato Branco (PR) e Francisco Beltrão (PR) estavam entre os 25 com maior IFDM entre todos da Faixa de Fronteira em 2005 e em 2016 estavam entre os 14 municípios com melhor indicador. Assim esses municípios tiveram crescimento econômico acompanhado com processo de desenvolvimento humano. Isso pode ser comprovado pela dinâmica de reposicionamento da concentração de atividades econômicas urbanas no Arco Sul de 2002 para 2016, no qual Cascavel (PR) alcançou o *status* de alto grau de centralidade, enquanto que Toledo (PR) deixou a condição de baixo nível de concentração, posicionando-se como grau mediano de centralidade.

Para o município de Cascavel (PR), o IFDM Geral apresenta média de 0,842 no período que o enquadra na condição de alto estágio de desenvolvimento. Cenário semelhante ao do município de Toledo (PR), pois as pontuações elevadas nas dimensões do IFDM também são explicadas pela importante dinâmica econômica urbana. Importante destacar que a dimensão de saúde apresenta melhores índices em relação às demais. Cascavel (PR) possui elevado número de equipamentos médico hospitalares, é sede da 10^a Regional de Saúde do Paraná, e possui instituições de ensino superior com oferta de cursos da área da saúde, além da existência de um Hospital Universitário de grande porte (IPARDES, 2019b).

Já na dimensão educação e saúde de Cascavel (PR) se percebeu uma tendência crescente ao longo do período e na dimensão emprego & renda crescente a partir de 2011, refletindo, assim como na dinâmica econômica, indicativos do

período de crise por qual passou a economia brasileira (FIRJAN, 2019).

Os resultados do IFDM para o município de Toledo (PR) o classificaram na condição de alto estágio de desenvolvimento no período mais recente da análise dos dados do IFDM, com uma pontuação geral de 0,879 em 2016 (Tabela 11). O município passou do estágio moderado para alto desenvolvimento a partir de 2010. Na dimensão de emprego & renda a classificação também é de alto estágio de desenvolvimento (apesar de apresentar tendência de queda do indicador ao longo do período), explicado pela dinâmica econômica do município que é destaque na Faixa de Fronteira e no Arco Sul na geração de PIB urbano (setores secundário e terciário) que possibilitam a absorção da mão de obra local e das proximidades. Na dimensão educação, o município de Toledo (PR) passou da condição de moderada para alto desenvolvimento a partir de 2010 e na saúde a partir de 2012.

A elevação dos índices de educação nos municípios de Toledo (PR) e Cascavel (PR) ocorrem pelo fato da presença de universidades públicas na região. Toledo (PR) conta com a presença de três universidades públicas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) de modo que possibilita um número maior de estudantes matriculados no ensino superior público (BRASIL, 2019b).

Merecem destaque os municípios gaúchos de Rio Grande (RS), Pelotas (RS) e Bagé (RS), os municípios do Arco Norte, Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC), e Corumbá (MS) no Arco Central que apresentaram em 2002 IFDM educação regular e passaram para moderado em 2016, o que representa uma melhor qualidade na dimensão educação, considerando seus indicadores.

Quando se analisa a evolução do IFDM geral do conjunto dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira ao longo do período de 2005 a 2016, se percebe que existe uma tendência crescente até 2011 e depois uma tendência declinante, principalmente a partir de 2015. Esse período se refere à crise enfrentada pela economia brasileira, o que refletiu no PIB e também no IFDM, pois reduziu a atividade econômica, gerou menos impostos e causou retração da economia, reduzindo o número de empregos gerados, a renda *per capita* e os investimentos governamentais em saúde e educação (FIRJAN, 2019).

Na evolução do IFDM da educação e saúde, os dados demonstraram a tendência crescente ao longo do período analisado. Destaca-se no IFDM saúde um declínio do município de Corumbá (MS) de 2005 até 2009, com posterior recuperação, e o rápido crescimento de Chapecó (SC) entre 2005 e 2008, bem como de Toledo (PR) de 2007 a 2013 (FIRJAN, 2019).

O município de Corumbá (MS) se enquadra na categoria de desenvolvimento moderado, considerando a série temporal de 2005 a 2016. O IFDM saúde e educação se recuperaram, contudo, na área de emprego & renda ocorreu um declínio na pontuação de 2014 de 0,616 para 0,465 em 2016, havendo reclassificação do município de desenvolvimento moderado para desenvolvimento regular. Essa mudança é explicada pela redução na contratação de empregos formais no município e pelo aumento do número de demissões em 2015, configurando-se um número maior de demissões do que contratações (BRASIL, 2015).

O IFDM emprego & renda foi o mais volátil, a tendência declinante desse indicador puxou o IFDM geral para baixo a partir de 2012, com pequena recuperação a partir de 2015. O município de Corumbá (MS) apresentou o maior declínio no período. Com exceção de Rio Branco (AC), todos os municípios finalizaram o período com o IFDM emprego & renda em um patamar

melhor em comparação a 2002, apesar das oscilações. Esse fato reflete que em termos de desenvolvimento, os municípios apresentam tendência de recuperação da crise. Em relação à dinâmica econômica, a partir de 2015, o aumento na participação do PIB percentual se verificou em poucos municípios, como Toledo (PR) e Foz do Iguaçu (PR) (FIRJAN, 2019).

A relação entre o desenvolvimento econômico e as populações é resultado de fatos do cotidiano da população. Quando há crescimento da economia, as migrações se configuram como um fator importante nesse processo, podendo influenciá-lo ou ser influenciadas por ele. Os pontos de origem e destino se relacionam com os rebatimentos econômicos, ocorrem em função de determinantes estruturais que fomentam os fluxos de grupos sociais. Assim pode-se dizer que quando se fortificam as disparidades entre os locais e o perfil econômico, as áreas de origem mudam (RIPPEL, 2016). No contexto desta pesquisa, o município de Toledo (PR) se configurou como uma área de atração, pois cresceu 32,97% no período analisado, enquanto municípios ao seu entorno perderam população, como Maripá (PR), que perdeu 2,19% de sua população.

Analisando os extremos da variação média anual do IFDM geral, tem-se que Bagé (RS) apresentou a maior variação IFDM, porém foi um dos municípios que geraram menos PIB no período, o que indica que apesar de obter uma melhora em seu desenvolvimento, sofreu um impacto em seu PIB urbano, refletindo em um baixo Índice de Centralidade tanto na Faixa de Fronteira como no Arco Sul. Em contraste, Corumbá (MS) exibiu a menor variação do IFDM geral, entretanto caracterizou-se como um dos municípios que geraram mais PIB total. Apesar do crescimento econômico obtido, não gerou significativas mudanças no Índice de Centralidade, o qual

continua baixo em relação à Faixa de Fronteira e mediano em comparação com o Arco Central.

Considerando os municípios de porte médio, apenas cinco não apresentaram variações médias negativas do IFDM emprego & renda no período analisado, sendo que quatro estão localizados no Arco Sul [Foz do Iguaçu (PR), Bagé (RS), Pelotas (RS) e Uruguaiana (RS)] e um no Arco Central [Dourados (MS)]. Importante mencionar que Dourados (MS) caracterizou-se com crescimento econômico, bem como um reposicionamento de seu Índice de Centralidade (de baixo para médio) quando considerando a Faixa de Fronteira. O município que obteve maior variação negativa deste subcomponente foi Corumbá (MS), o que impactou negativamente seu IFDM geral (FIRJAN, 2019).

Em relação às variações do subcomponente educação do IFDM, Bagé (RS) e Rio Branco (AC) foram destaque, com crescimento de 2,69% e 2,68% a.a., nesta ordem. Como Bagé (RS) foi um dos municípios que menos geram PIB total, está associado a pequeno aumento em seu Índice de Centralidade, refletindo pouca importância tanto para o Arco Sul como para a Faixa de Fronteira. Rio Branco (AC), entretanto, resultou os maiores crescimentos no PIB, embora seu Índice de Centralidade seja relevante tanto para a Faixa de Fronteira quanto para o Arco Norte.

No que tange ao IFDM saúde, Toledo (PR) e Rio Branco (AC) apresentaram as maiores variações (3,12% a.a. e 2,65% a.a., respectivamente). O IFDM saúde do município de Toledo (PR) sofreu uma mudança de classificação no período analisado, o qual passou de desenvolvimento moderado para o alto desenvolvimento. Embora o Índice de Centralidade tenha ficado mediano, o município de Toledo (PR) apresentou crescimento econômico e populacional. Já Rio Branco (AC) obteve grandes variações em seu PIB, Índice de Centralidade e no IFDM consolidado.

Os municípios do Arco Sul apresentam grandes diferenças, alguns se caracterizam por ter gerado o maior PIB total do período selecionado, como Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR), Rio Grande (RS) e Chapecó (SC), ou ainda os que menos geraram, como Umuarama (PR), Bagé (RS) e Uruguaiana (RS). Todos tiveram um aumento populacional, exceto Foz do Iguaçu (PR). Alguns concentram sua dinâmica econômica no setor secundário, como Erechim (RS), Umuarama (PR), Rio Grande (RS) e Bagé (RS), e outros no setor terciário, como Cascavel (PR) e Toledo (PR). O IFDM geral aumentou em todos os municípios. Isso indica que a queda no subcomponente que corresponde ao emprego e a renda observada em todos os municípios de porte médio, teve uma redução significativa, traduzindo assim na queda do IFDM geral. Além disso, em Uruguaiana (RS) e Cascavel (PR), o componente de emprego & renda, diferentemente do restante de todos os municípios, obteve um crescimento.

Considerando a Faixa de Fronteira, as semelhanças encontram-se no aumento do PIB total, aumento populacional, aumento do Índice de Centralidade em relação à Faixa de Fronteira e seus respectivos arcos. As diferenças contemplam o comportamento do PIB setorial, comportamento do IFDM geral, IFDM emprego & renda e dinâmica diferenciada entre os setores.

A disparidade dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira brasileira.

Entre os principais desafios para melhorar o desenvolvimento humano de uma nação, destacam-se as disparidades regionais. As disparidades se dão em virtude de vantagens tais como: recursos naturais, mobilidade do trabalho, presença de forças de atração que concentram a atividade econômica em torno de uma região, ambiente financeiro adequado, uso de tecnologias, formação de capital

físico, humano e social, e por políticas econômicas que podem beneficiar apenas algumas regiões (RAIHER; LIMA; OSTAPECHEN, 2017; FERRERA DE LIMA, 2019).

De modo geral, a disparidade de renda brasileira se relaciona com os diversos ciclos econômicos que o país percorreu, concomitante às questões trabalhistas e particularidades culturais predominantes em cada local, as quais contribuíram para as desiguais taxas de desenvolvimento entre as regiões (FERREIRA, 2000). Uma distribuição de renda igualitária é ponto axiomático na definição do grau de qualidade de vida, sendo importante que as condições de desenvolvimento venham a ser similares em todos os estados, ou seja, que haja redução das disparidades (SANTOS; CARVALHO, 2007).

Neste contexto, o Indicador de Disparidade, calculado com base no PIB *per capita*, retratou situações díspares entre os municípios brasileiros de porte médio na Faixa de Fronteira brasileira. O primeiro ponto observado é que nenhum município alcançou indicador superior a 0,30, o qual denota uma situação considerada favorável de convergência do PIB *per capita* de determinado município ao PIB *per capita* do município mais dinâmico da Faixa de Fronteira.

Dentre os 588 municípios localizados na Faixa de Fronteira do Brasil, Saudade do Iguaçu (PR), com PIB *per capita* de R\$ 107.151,59, apresentou o melhor indicador em 2002, enquanto que em 2016 esse título foi conquistado por Campos de Júlio (MT) que alcançou PIB *per capita* de R\$ 86.032,84. Portanto, Saudade do Iguaçu (PR) e Campos de Júlio (MT) são considerados os municípios mais dinâmicos da Faixa de Fronteira em 2002 e 2016, respectivamente. Saudade do Iguaçu (PR) obteve o maior indicador entre 2002 e 2013, enquanto que Campos de Júlio (MT) ocupou essa posição entre 2014 e 2016.

Em contraste, Faro (PA), em 2002, e Ipixuna (AM), em 2016, foram os municípios menos dinâmicos da Faixa de Fronteira, com PIB *per capita* de R\$ 1.188,28 e R\$ 1.928,08, respectivamente. Faro (PA) ocupou essa posição de 2002 a 2004 e de 2006 a 2009, enquanto que Ipixuna (AM) obteve o menor indicador de 2010 a 2016. Santo Antônio do Icó (AM) esteve nessa posição em 2005. O menor PIB *per capita* entre os anos analisados foi o de Faro (PA), em 2004, com valor de R\$ 1.092,92, deflacionado com base no INPC de 2002.

Nota-se que a diferença entre o município com o maior e o menor PIB *per capita* diminuiu de 2002 para 2016, sendo que houve uma redução de 19,70% no PIB *per capita* do município com melhor indicador, ao passo que o PIB *per capita* do município com menor indicador aumentou 62,25%.

Ao analisar o PIB *per capita* dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira, observa-se que apenas Foz do Iguaçu (PR), Toledo (PR), Chapecó (SC), Erechim (RS), Rio Grande (RS) e Dourados (MS) atingiram a faixa do indicador entre 0,19 a 0,29. Essa situação ainda não é a ideal, mas intermediária, podendo ser classificados como 'tendendo à convergência' ao município mais dinâmico da Faixa de Fronteira. Com exceção de Foz do Iguaçu (PR), que apresentou indicador de 0,20 em 2006, os demais municípios somente alcançaram esse *status* no período de 2014 a 2015. Em 2016 apenas Foz do Iguaçu (PR) e Erechim (RS) conseguiram manter o Indicador de Disparidade na faixa de tendência à convergência.

Já os municípios de Cascavel (PR), Umuarama (PR), Bagé (RS), Pelotas (RS), Uruguaiana (RS), Corumbá (MS), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) apresentaram Indicador de Disparidade menor que 0,18, caracterizando esses municípios como 'divergentes do mais dinâmico'. Embora o índice desses municípios indique evolução ascendente nos últimos anos analisados, esses resultados revelam que a diferença do PIB

per capita desses municípios, em relação ao município mais dinâmico da Faixa de Fronteira, não estão reduzindo ou que houve poucos ganhos em termos de produtividade da população.

Os resultados da pesquisa apontaram uma tendência de aumento do Indicador de Disparidade do PIB *per capita* de 2002 até 2006 para todos os municípios, e uma queda a partir de 2008 para a maioria destes com recuperação visível para todos os municípios de médio porte da Faixa de Fronteira a partir de 2014, e redução do indicador em 2016, com exceção de Foz do Iguaçu (PR).

Apesar da desigualdade da renda *per capita* ainda ser evidente nos últimos anos, houve uma redução deste diferencial, como observado, por exemplo, nos municípios de Uruguaiana (RS) e Erechim (RS), que aumentaram seu Indicador de Disparidade de 0,5 para 0,12 e de 0,8 para 0,19, respectivamente.

Embora o Indicador de Disparidade de renda *per capita* tenha aumentado durante o período analisado, evidenciou-se disparidades intra-regionais. Tal contexto requer mediação de políticas públicas resolutivas, no sentido de amenizar as disparidades entre os municípios em termos de renda, podendo melhorar as oportunidades de participação efetiva no processo de desenvolvimento.

Com relação ao Indicador de Disparidade calculado com base no IFDM geral, os indicadores dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira se apresentaram de forma relativamente homogênea. Os números revelam que todos os municípios de porte médio da Faixa de Fronteira exibiram indicadores superiores a 0,30, o que demonstra que o IFDM geral dos municípios de porte médio analisados está convergente ao IFDM geral do município mais dinâmico da Faixa de Fronteira.

Em 2005, o município mais dinâmico em termos de desenvolvimento municipal na Faixa de Fronteira, com relação ao IFDM geral, foi Francisco Beltrão (PR) com indicador de 0,8384. Mas, em 2016, o município considerado mais dinâmico da Faixa de Fronteira foi Toledo (PR), com indicador de 0,8786. Concórdia (SC) ocupou essa colocação em 2006, e entre 2010 e 2014. Obtiveram esse resultado, também, o município de Maravilha (SC) em 2007, Panambi (RS) em 2008, Chapecó (SC) em 2009 e Itapejara d'Oeste (PR) em 2015. O único município de porte médio que ocupou essa posição, entre o período analisado foi Toledo (PR).

Em contrapartida, os municípios com menor IFDM geral foram Santo Antônio do Içá (AM), em 2005, e Ipixuna (AM), em 2016, com índice de 0,2613 e 0,3214, respectivamente. Ipixuna (AM) ocupou essa posição também em 2015, sendo que para os outros anos, diferentes municípios obtiveram esse resultado, como Santa Rosa do Purus (AC) em 2006, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2014, Pauini (AM) em 2008, Lábrea (AM) em 2010 e Atalaia do Norte (AM) em 2012.

Constata-se que a diferença entre o maior e o menor indicador diminuiu entre os anos observados, o que pode indicar uma redução das diferenças inter-regionais no tocante ao IFDM geral. Além disso, tanto o maior quanto o menor IFDM geral aumentaram, o que representa uma melhora para os municípios da Faixa de Fronteira do Brasil. Reitera-se que o município de Ipixuna (AM) obteve o menor Indicador de Disparidade tanto para o PIB *per capita* quanto para o IFDM geral em 2016.

Os resultados da pesquisa demonstraram o Indicador de Disparidade do IFDM geral teve tendências diferentes entre os municípios de médio porte. Cascavel (PR), Rio Grande (RS) e Corumbá (MS), por exemplo, reduziram o indicador entre 2006 e 2010, obtendo melhora em 2012 e nova queda entre 2014 e 2016,

sendo que Rio Grande (RS) e Corumbá (MS) obtiveram indicador menor em 2016 em comparação a 2006. O mesmo aconteceu com Umuarama (PR) apesar das oscilações serem mais leves. Em contraponto, Toledo (PR) apresentou melhora no indicador para todos os anos, com exceção de 2010, assim como Bagé (RS) e Pelotas (RS).

Observou-se que os municípios de porte médio localizados no Arco Sul apresentam melhor convergência ao município mais dinâmico da Faixa de Fronteira, no tocante ao IFDM geral. Cascavel (PR), Toledo (PR), Umuarama (PR), Chapecó (SC) e Erechim (RS) exibem menor disparidade, enquanto que Pelotas (RS), Rio Grande (RS), Uruguaiana (RS) e Corumbá (MS) demonstraram as maiores disparidades entre os municípios analisados.

Numa análise conjunta do PIB *per capita* e IFDM geral, observa-se que dentre os municípios de porte médio da Faixa de Fronteira, Toledo (PR) apresentou o melhor Indicador de Disparidade do IFDM geral, seguido de Chapecó (SC) e Cascavel (PR), enquanto que para o Indicador de Disparidade do PIB *per capita*, Foz do Iguaçu (PR) obteve o maior, seguido por Erechim (RS) e Toledo (PR). Foz do Iguaçu (PR) possui a particularidade da geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Itaipu, fazendo com que seu PIB seja superior aos demais. Já em Erechim (RS) existe a predominância da indústria metal-mecânica, que contribui para os resultados positivos no seu PIB (ERECHIM, 2019).

Dentre os municípios analisados nesse estudo, o destaque foi Toledo (PR), que obteve o maior indicador para o IFDM geral e o terceiro maior para o PIB *per capita*. Esse município se enquadra no alto estágio de desenvolvimento, conforme classificação do IFDM, com o maior IFDM geral dentre os municípios de porte médio da Faixa de Fronteira, maior IFDM emprego & renda, maior IFDM saúde e o segundo maior IFDM

educação. Além disso, o município saiu de baixo grau de centralidade, consoante ao Índice de Centralidade, para médio grau de centralidade, entre 2002 e 2016, sendo que obteve um aumento de 32,97% em sua população no mesmo período, mostrando sua força centrípeta de atração populacional.

Ademais, Toledo (PR) possui 61,2% do seu PIB total gerado no setor terciário, contudo, os setores primário e secundário possuem importância, principalmente este último, visto que as agroindústrias do município promovem encadeamentos produtivos entre o setor primário agropecuário e a indústria processadora local.

De modo geral, o Indicador de Disparidade demonstra que houve redução nas diferenças tanto entre PIB *per capita*, quanto IFDM geral. Mostrou também que, quanto ao IFDM geral dos municípios de porte médio da Faixa de Fronteira, foram considerados como convergentes ao município mais dinâmico, em 2016, que foi Toledo (PR).

Com relação ao Indicador de Disparidade do PIB *per capita*, houve uma redução da diferença entre o menor e o maior valor, de 2002 para 2016, demonstrando que a melhora no indicador representa uma redução da disparidade entre os municípios. Tanto o maior quanto o menor valor aumentaram, o que retrata que a redução da diferença não foi causada pela redução do maior PIB *per capita*, mas sim, pelo aumento do menor. Reduzir as disparidades significa melhorar o conjunto dos municípios a partir de suas potencialidades. O caminho para o desenvolvimento inclui a melhoria da renda, da educação e da saúde, como engloba o IFDM, mas também, de melhorias estruturais que proporcionam a organização produtiva e consequente acesso aos meios de vida e de bem-estar para a população.

No Brasil, a Faixa de Fronteira é alvo de políticas públicas específicas para o seu desenvolvimento, e a partir

desses indicadores de disparidade, percebe-se que as diferenças intra-regionais têm diminuído, um fator positivo para alcançar o desenvolvimento. A atuação governamental é importante no sentido de canalizar as ações para o desenvolvimento, de promover os meios básicos de vida e de proporcionar um ambiente macroeconômico favorável para a melhoria das regiões.

As diferenças entre os municípios da Faixa de Fronteira ficam evidentes quando comparadas os arcos, em que a maior parte da população se encontra no Arco Sul, bem como a maior parte da produção, e por consequência, tem alcançado melhores resultados tanto na renda *per capita* quanto no IFDM.

Melhorar esse cenário depende de inúmeros fatores, entretanto, a ação governamental pode ser um indutor importante de desenvolvimento, melhorando o acesso à saúde e educação, por exemplo. A redução das disparidades regionais na Faixa de Fronteira dependerá, ainda, das ações endógenas da população, do espírito empreendedor, das redes de governança, das sinergias entre setores, dentre outros fatores.

Considerações finais.

O objetivo do presente estudo se centrou em analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de porte médio na Faixa de Fronteira brasileira, a fim de compreender a dinâmica desses, por meio do PIB, população, Índice de Centralidade, IFDM e Indicador de Disparidade, no período de 2002 a 2016.

A partir de dados do PIB foi possível observar que os municípios de porte médio do Arco Sul apresentaram transferência da dinâmica econômica com relação a sua participação no PIB total do arco, entre 2002 e 2016. Os municípios do estado do Rio Grande do Sul perderam

participação, enquanto que os municípios de porte médio do Paraná, ganharam. Essas mudanças são preconizadas pelas teorias discutidas no trabalho, chamadas de centragens e recentragens. Quanto ao Arco Central pode-se inferir que Dourados (MS) obteve resultados melhores que Corumbá (MS), nesse período. Destaca-se que, nesse arco, há municípios menores, em número de habitantes, que se encontram em posições mais favoráveis que Corumbá (MS) e Dourados (MS) com relação ao PIB total.

No Arco Norte, Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC), em relação ao PIB total, apresentaram queda nas participações com relação à Faixa de Fronteira, apesar de manterem as posições na participação do Arco. Os dois municípios são muito significativos na geração de riqueza do Arco Norte, visto que são capitais de estados, os demais municípios apresentam participação no PIB com diferença significativa, em relação a eles. Em geral, a variação do PIB total dos municípios de porte médio foi baixa, considerando outros municípios da Faixa de Fronteira, demonstrando que os municípios com menos população aumentaram seu PIB de maneira mais rápida no período.

No que tange o Índice de Centralidade, os resultados demonstraram que o lugar mais central na Faixa de Fronteira é o município de Foz do Iguaçu (PR), demonstrando a ação de forças centrípetas na atividade econômica urbana deste município. Esse município apresentou também o maior PIB secundário, tendo em vista a produção de energia elétrica. Além de Foz do Iguaçu (PR), outros lugares são considerados centrais com dinâmicas econômicas e populacionais díspares entre 2002 e 2016.

Se por um lado Erechim (RS), Pelotas (RS), Bagé (RS), Foz do Iguaçu (PR), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR) e Uruguaiana (RS) apresentaram menor desempenho de crescimento médio anual

do Índice de Centralidade, por outro, Corumbá (MS), Dourados (MS), Rio Grande (RS), Chapecó (SC), Cascavel (PR), Toledo (PR) e Umuarama (PR) exibem uma dinâmica superior de crescimento deste indicador. Cascavel (PR) e Dourados (MS) apresentam destaque no setor primário, com as maiores participações no PIB deste setor, com relação a Faixa de Fronteira, em 2016. Nesse mesmo sentido, Cascavel (PR) também é o município de porte médio com maior participação no setor terciário. De modo geral, com relação ao PIB setorial, nota-se que a medida que os municípios cresceram suas rendas, os setores secundário e terciário ganharam mais importância relativa, o que se ajusta com as teorias discutidas.

O destaque fica por conta do deslocamento da dinâmica econômica e populacional do Rio Grande do Sul para o Paraná no Arco Sul da Faixa de Fronteira, visto que a força de atração da Mesorregião Oeste paranaense, principalmente nos municípios de Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR) e Toledo (PR), que além de pujante agronegócio, têm forte ligação com a atividade econômica urbana. Desse modo, essa dinâmica age como uma força centrípeta atraindo investidores e população para essa região, resultando num círculo virtuoso de crescimento econômico.

Em relação ao IFDM, o principal resultado demonstrou que os municípios de porte médio, objetos deste estudo, obtiveram taxas de crescimento médias em geral, no período, menores que municípios de pequeno porte. Isso indica que pode estar havendo mudanças com relação à dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, especialmente porque, os municípios do Arco Sul apresentam, em geral, indicadores melhores que os outros arcos, contudo, dos quatro municípios classificados como tendendo ao desenvolvimento socioeconômico, três estão localizados no Arco Norte.

Toledo (PR) se destaca no que diz respeito ao IFDM, visto que possuía em 2016 o maior indicador geral, dentre os 14

municípios de porte médio, e os maiores subcomponentes de emprego & renda e saúde. Em contraste, Corumbá (MS) tem destaque por ter o menor IFDM geral, assim como o menor subcomponente emprego & renda e educação.

O Indicador de Disparidade estimado demonstrou que as diferenças intra-regionais da Faixa de Fronteira têm diminuído, tanto quanto ao PIB *per capita*, quanto ao IFDM geral. Destaca-se o município de Toledo (PR) que obteve o maior indicador para o IFDM geral e o terceiro maior para o PIB *per capita*, demonstrando sua dinâmica produtiva e de desenvolvimento.

Algumas limitações devem ser observadas à essa pesquisa. Os resultados aqui apresentados abrangem os municípios de porte médio localizados no espaço da Faixa de Fronteira do Brasil e estão limitados à amostra e ao período analisado.

Desse modo, com vistas a aprofundar essa discussão, recomenda-se para pesquisas futuras, explorar as limitações desse estudo ampliando a análise dos dados de 2017 até o período mais atual. Estudos futuros também podem incluir na análise os municípios de grande e pequeno porte localizados na Faixa de Fronteira. Além disso, pesquisas futuras também serão capazes de aportar esforços no sentido de avaliar outros indicadores, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e incluir uma análise do emprego com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com vistas a avaliar o impacto do crescimento econômico e populacional nesses indicadores nos municípios da Faixa de Fronteira.

Referências.

-AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-34, 2001.

- ANGNES, J. S.; MATTOS, S. M. M.; KLOZOVSKI, M. L.; STURM, M. I. Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF): descrevendo as principais ações voltadas ao desenvolvimento regional a partir da perspectiva do poder público municipal. **Revista de Administração Pública**, vol. 47, n° 5, p. 1165-1188, 2013.
- ANTUNES, E. M. A Faixa de Fronteira brasileira sob o contexto da integração econômica. 2015. 216 f. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- AZAMBUJA, M. I. R.; ACHUTTI, A. C.; REIS, R. A.; SILVA, J. O.; FISHER, P. D.; ROSA, R. S., et al. Saúde urbana, ambiente e desigualdades. **Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade**, vol. 6, n° 19, p. 110-115, 2011.
- BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Revista de Estudos Avançados**, vol. 31, n° 89, p. 51-60, 2017.
- BARDEN, J. E.; SINDELAR, F. C. W.; CAZAROTTO, R.; SILVA, G. R. Dinâmica populacional e transformações socioespaciais: uma análise a partir da região do vale do Taquari/RS. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 66, p. 246-261, 2018.
- BAENINGER, R.; BRITO, F.; AZEVEDO, S. **Dinâmicas Populacionais e Movimentos Demográficos Demografia e Fluxos Migratórios (Inter e Intraregionais)**. Brasília: CGEE, 2006.
- BIDARRA, B. S.; FERRERA DE LIMA, J. A Concentração Industrial e Terciária no Paraná. **V Encontro de Economia da UEPG**. A economia brasileira em perspectiva. 27 a 29 de agosto, 2019. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/335565962>>. Acesso em: 19 set. 2019.
- BRAGA, R. Cidades médias e aglomerações urbanas no Estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., **Anais...** São Paulo, 2005.
- BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Regional. **Publicações: Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA- Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. Brasília : MEC, SEALF, 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Município de Dourados**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2019.
- BRASIL. **Lei n° 6.634**, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei n° 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm> Acesso

em: 12 out. 2019.

-BRASIL. **Decreto nº 85.064**, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm>. Acesso em: 12 out. 2019.

CARMO, R. L.; DAGNINO, R. S.; JOHANSEN, I. C. Transição demográfica e transição do consumo urbano de água no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 169-190, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982014000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2019.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de estudos Regionais e Urbanos**, vol. 02, nº 01, p. 09-32, 2008.

-CAVATORTA, M. G.; CALDANA, N. F. S.; CAMPANHA, T. G. Relações fronteiriças entre Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu: aspectos políticos, econômicos e sociais que promovem integração. **Revista Geographia Opportuno Tempore**, vol. 3, nº 1, Sp., 2017.

-ERECHIM. Prefeitura Municipal de Erechim. **Economia**. Erechim, 2019. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/147/economia> Acesso em 20 de setembro de 2010.

-FEE. Fundação de Economia e Estatística. RS em números : 2017 / coordenação de Tomás Amaral Torezani. - Porto Alegre: FEE, 2017.

-FERREIRA, A. H. B. Convergence in Brazil: recent trends and long-run prospects. **Applied Economics**, nº 32, 479-489, 2000.

-FERRERA DE LIMA, J. As disparidades regionais na fronteira Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 15, nº 5, p. 128-137, 2019.

-FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 134-151, 2010.

-FERRERA DE LIMA, J. Le sous-développement régional. **Géoeconomie et développement régional**. Paris: Publibook, p. 87-104, 2012.

-FERRERA DE LIMA, J. O crescimento econômico territorial. In: BIDARRA, B.; FERRERA DE LIMA, J.; VOLL, F. P. (org.) **Economia & Desenvolvimento Territorial**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2018.

-FERRERA DE LIMA, F. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, F.; EBERHARDT, P. H. **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, P.15-40, 2016.

-FIRJAN. Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. **IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. 2019.

Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/pagina-inicial.htm>>. Acesso em: 26 out. 2019.

-FIRJAN. Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. **Publicações FIRJAN: Pesquisas e Estudos Socioeconômicos**. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm2018/20/>. Acesso em: 28 out. 2019.

-HADDAD, P. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, vol. 03, nº 03, p. 119-146, 2009.

-IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

-IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

-IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de dados do estado**. Curitiba, 2019a.

-IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico do Estado do Paraná**. Curitiba, 2019b. 48 p. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=19&btOk=ok>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

-IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas. **Dados população macrorregional**. Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 20 agos. 2019.

-MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

-OLIVEIRA, T. C. **Crescimento Econômico na Faixa de Fronteira: O caso do Arco Sul do Brasil 2004 - 2018**. 204 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

-ONU-Habitat. **Estado de lãs ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transicion urbana**. ONU-Habitat, agosto del 2012. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org>>. Acessado em: 27 ago. 2019.

-PIFFER, M. A dinâmica da base econômica regional. In: PIACENTI, C.; FERRERA DE LIMA, J; EBERHARDT, P, H. (org.) **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, p. 53-68, 2016.

-PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Revista Estudos Feministas**, vol. 17, nº 2, p. 851-859, 2009.

-RAIHER, A. P.; LIMA, J.F.; OSTAPECHEN, L.A.P. Crescimento Econômico Regional no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol. 15, p. 224-249, 2017.

-RIPPEL, R. População e rede urbana. IN: PIACENTI, C; FERRERA DE LIMA, J; EBERHARDT, P. H. (org.) **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, p. 53-68, 2016.

- SANTOS, S. M.; CARVALHO, F. M. A. Dinâmica das disparidades da renda *per capita* nos estados brasileiros: uma análise de convergência. **Revista Economia e Desenvolvimento**, nº 19, p. 78-91, 2007.
- SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Chapecó em números**. Florianópolis: SEBRAE, 2018.
- SILVA, A. C.; FERRERA DE LIMA, J. O conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. **Pensamento Plural**, vol. 15, p. 133-149, 2014.
- SILVA, A. C.; FERRERA DE LIMA, J. Divisão Social do Trabalho e Ruptura Estrutural: O Caso da Economia Paranaense. **Anais do VII SIDR**, 2015.
- SOARES, B. R.; MELO, N. A. Cidades Médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, M., D. M.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, v. 1, p. 229-251, 2010.
- STRASSBURG; U.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M. A Centralidade e o multiplicador do emprego: Um estudo sobre a Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol. 6, nº 2, p. 218-235, 2014.
- TAVARES, G. Q. **Migração Interna Populacional e sua Participação no Desenvolvimento Regional No Final do Século XX**. 2001. 107F. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2001.
- TREVISAN, E.S.; FERRERA DE LIMA, J. Crescimento e Desigualdade Regional no Paraná: Um Estudo das Disparidades de PIB *per Capita*. **Ciências Sociais em Perspectiva**, vol. 09, p. 25-45, 2010.
- TOLEDO. Prefeitura Municipal de Toledo. **Toledo em números**. Toledo, 2019. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/portal/cidade-conheca-toledo/toledo-em-numeros> Acesso em: 20 de setembro de 2019.

A DINÂMICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NA FAIXA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA¹⁵

Tainá Caionara de Oliveira

Ricardo Rippel

Jandir Ferrera de Lima

Introdução

O conceito de fronteira obteve uma nova concepção nas últimas décadas, deixando de ser apenas um delimitador político para ser objeto de estudo das transformações causadas pelas relações econômicas, sociais e institucionais praticadas nos limites entre os países. No Brasil, a lei que estabelece a Faixa de Fronteira foi sancionada em 1979 e estabelece que a Faixa de Fronteira fosse formada por 150 quilômetros de largura, paralelos à linha divisória terrestre do país.

Atualmente, a base territorial utilizada pelo governo para direcionar suas ações na fronteira é dividida em três grandes arcos: Norte, Central e Sul, definidos a partir da Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF - 2005). O Arco Sul compreende a Faixa de Fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e detém a maior concentração de municípios por estado. A área do Arco Sul é altamente povoada e apresenta uma interface fronteiriça entre quatro países da América do Sul, sendo eles: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (BRASIL, 2005, 1979).

¹⁵ Esse texto faz parte de pesquisa financiada com recursos da Fundação Araucária (PR), CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Uma versão desse texto foi apresentada no IN Congress Latin American and Caribbean Regional Science Association International/ XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.

De modo geral, as regiões de fronteira são caracterizadas pelo aparecimento de modelos próprios de organização e pela elevada taxa de atividades informais nas relações sociais de produção, principalmente no comércio, que resulta das dificuldades geradas pelo complexo arcabouço legal existente. Isto faz com que as relações comerciais e interações entre os municípios localizados na Faixa de Fronteira, na maioria das vezes, aconteçam de forma desordenada e desequilibrada, resultando em desigualdades, concentração de renda e estruturas precárias, ou seja, mantém-se o processo criador de diferenças e problemas sociais e regionais (BRASIL, 2009).

Sabe-se que estas não são características exclusivas dos municípios localizados na Faixa de Fronteira, todavia, apesar deste panorama e do governo ter redirecionado esforços para esta região, muita das políticas elaboradas apresentaram diversos entraves que comprometem a continuidade e os resultados das ações governamentais, tais como: corte de recursos, descontinuidade política, carência de monitoramento, avaliação, escassez de diagnósticos socioeconômicos locais, entre outros (BRASIL, 2016).

Desta forma, o problema que conduziu essa pesquisa pode ser representado pela questão a seguir: Qual o cenário atual do crescimento econômico da Faixa de Fronteira do estado de Santa Catarina? Uma das principais diretrizes da política nacional e internacional do Brasil é, exatamente, o desenvolvimento sustentável da Faixa de Fronteira do país, e, apesar disso, essa região é pouca desenvolvida economicamente.

Deste modo, o presente trabalho pretende analisar os 82 municípios situados na Faixa de Fronteira do estado de Santa Catarina, e verificar se esses municípios apresentaram um crescimento do seu PIB *per capita* acima da média estadual, através dos indicadores de nível e ritmo de crescimento, baseando-se no trabalho de Piacenti (2009) e Klein et al

(2014). Essa análise é descritiva e analítica utilizando o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* como variável chave e os anos de 2007, 2009 e 2011 como período de estudo. Os resultados e discussões fazem apontamentos sobre as tendências do crescimento econômico no período estudado e servem de elemento para uma discussão da dinâmica do comércio internacional catarinense.

O presente artigo encontra-se dividido em três seções, além desta introdução, a segunda seção apresenta o aporte teórico da pesquisa e a metodologia, área de análise e recorte temporal utilizado, à terceira seção sumariza os resultados obtidos através da pesquisa e a quarta e última seção conclui o trabalho e apresenta algumas tendências de crescimento da Faixa de Fronteira do estado de Santa Catarina.

Elementos teóricos e metodológicos.

Crescimento econômico é definido como a expansão do produto da economia e da sua capacidade de prover a população de bens econômicos diversos. Isso implica no aumento da produtividade da população, no avanço e incorporação da tecnologia no processo produtivo e em adaptações institucionais. De um modo geral, para ampliar o crescimento econômico, as economias regionais migram de uma estrutura produtiva baseada apenas na agricultura, para as atividades atreladas à industrialização e urbanização (comércio e serviços). O crescimento é “[...] um processo de transformações interdependentes que se produzem em certo período”. Dessa forma o conhecimento dessas interdependências se faz necessário, tanto as interdependências dos fluxos econômicos, em quantidade e valor, quanto à origem técnica dessas interdependências. Os estudos a respeito do crescimento devem, portanto, apoiar-se principalmente na análise das

vinculações técnicas entre as atividades e de sua provável evolução (KUZNETS, 1985; PAELINCK, 1977).

A raiz do crescimento econômico pode ser tanto de natureza exógena quanto endógena. Algumas regiões crescem estimuladas pelo investimento exógeno à região. Já outras dependem do potencial de desenvolvimento endógeno, ou seja, da atuação dos agentes econômicos da própria região, aliado aos capitais humanos e sociais e na diferença que eles exercem para o desenvolvimento econômico e social (PIACENTI, 2009). Por isso, o crescimento não surge em todos os lugares ao mesmo tempo, mas com intensidades variáveis em lugares específicos. Ou seja, o crescimento econômico não se distribui de forma homogênea no espaço, visto que as disparidades de renda e de produção são indícios da existência de características específicas em cada região para estimular o crescimento econômico, seja de forma endógena quanto exógena (PERROUX, 1962).

Indiferente ao conceito de região, o crescimento econômico tem a definição e implicações citadas, mas no caso das fronteiras, as adaptações institucionais podem incorporar particularidades relacionadas ao comércio exterior e as relações sociais e governamentais entre os países limítrofes.

A integração de uma região dinamizada e complexa do espaço urbano associa diversas territorialidades e conexões, fazendo a interação entre várias realidades sociais e econômicas, objetivando o planejamento de transformações faz-se necessário identificar as sub-regiões zonais contínuas e contíguas. No caso da Faixa de Fronteira, as sub-regiões foram identificadas e separadas pelos critérios das diferenças na base produtiva e na identidade cultural (HAESBAERT, 2006).

Segundo North (1977) o crescimento econômico de uma região depende do sucesso de sua base de exportação, então deve-se trabalhar com precisão sobre as razões do crescimento,

declínio e mudança da base de exportação. Tendo em mãos os dados e conhecendo os motivos do declínio de um produto de exportação, é possível antecipar crescimento de outros, ou então, a região ficará estagnada.

Percebe-se que, segundo Krugman (1991) e North (1977), a base de exportação é um dos principais fatores impulsionadores do crescimento regional, assim os municípios integrantes da Faixa de Fronteira têm uma vantagem devido à facilidade com o comércio.

O aumento de atrativos econômicos para os municípios da Faixa de Fronteira poderá estimular o desenvolvimento das competências econômicas regionais, reter a migração, aumentar os investimentos locais e atrair investimentos de outras regiões que possam instaurar estratégias inovadoras, criando um efeito positivo que pode gerar emprego e renda, aumento na contribuição dos impostos e conseqüentemente melhorias na qualidade de vida (ROCHA, 2013).

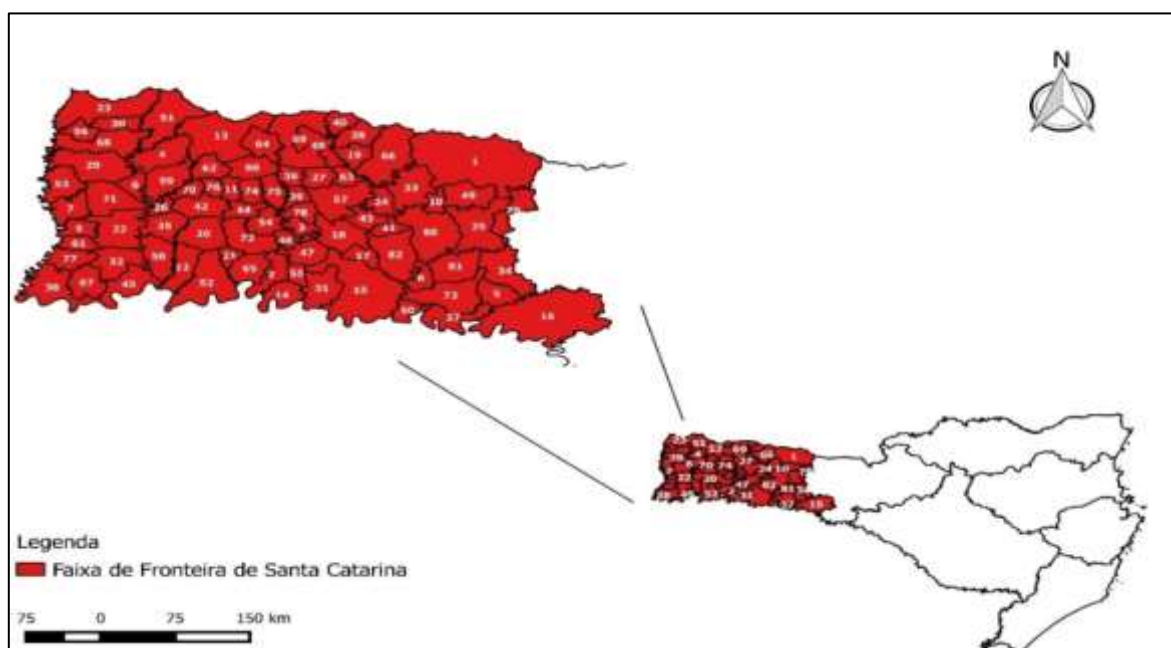
A escolha da variável foi feita com base na colocação de que a diferenciação entre as regiões desenvolvidas e não desenvolvidas começa pelo produto *per capita*, ou seja, o crescimento econômico pode ser sustentando, em partes, pelo aumento do produto *per capita*. A expansão do PIB *per capita* deve ocorrer simultaneamente ao aumento na população e a mudanças na estrutura regional. Assim, o PIB *per capita* é considerado uma importante referência sobre a capacidade de a população auferir mais produção ao longo do tempo. E sua expansão depende da produtividade da população e da capacidade de incorporação de inovações das economias regionais ao longo do tempo (KUZNETS, 1985).

Os dados utilizados foram os de Produto Interno Bruto *per capita* municipal para os anos de 2007, 2009 e 2011, o período foi definido conforme disponibilidade de dados. Os dados monetários foram deflacionados por meio do deflator implícito

do PIB, disponibilizado pelo IBGE e os índices foram calculados com o ano base de 2011.

A Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina é composta por 82 municípios e está localizada dentro do Arco Sul, que, abrange também, as fronteiras dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. O Arco Sul da Faixa de Fronteira do Brasil é dividido em três sub-regiões: sub-região XV, sub-região XVI, onde se encontram os municípios integrantes da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina, e a sub-região XVII. Com 246 quilômetros de fronteira com a Argentina, a população da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina, em 2015, possuía aproximadamente 828 mil habitantes, o que representa pouco mais de 13% da população total do Estado. Os 82 municípios da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina tinham em 2010 um PIB *per capita* anual de R\$ 21.695,42. (SANTA CATARINA, 2017).

Figura 1 - Brasil: municípios* Catarinenses na Faixa de Fronteira - 2016.



Fonte: Elaboração própria.

O período escolhido para análise foram os anos de 2007, 2009 e 2011. A escolha se deu pela disponibilidade de dados para esta área de abrangência e por representar um período considerável no qual podem ocorrer alterações em algum município ou região. Utilizando o PIB *per capita* destes 82 municípios, frente à média estadual, foram estimados dois Indicadores, conforme metodologia utilizada e proposta por Piacenti (2009) e Piacenti e Ferrera de Lima. (2012).

A Equação 1 apresenta o Indicador do Nível de Crescimento econômico, seu objetivo é situar cada município em relação ao PIB *per capita* médio estadual.

$$INC_{FSC} = \left(\frac{PIB_{pci}}{PIB_{pcm}} \right) \times 100$$

Em que:

PIB_{PCI} = PIB *per capita* do município *i*;

PIB_{PCM} = PIB *per capita* médio estadual.

A classificação deste indicador se dá da conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 - Classificação do Indicador do Nível de Crescimento econômico (INC_{FSC})

INC_{FSC}	Faixa do INC_{FSC}
Significativo	Superior a 100
Alto	80 a 100
Médio	50 a 80
Baixo	20 a 50

Fonte: Piacenti (2009)

Sendo assim, a Tabela 1 indica que, tomando como base o PIB *per capita* médio de Santa Catarina, os municípios que apresentarem o indicador superior a 100, possuíam naquele ano

um PIB *per capita* superior ao do Estado o que será o enfoque deste texto. E as demais, um índice inferior.

Para a determinação do Ritmo de Crescimento Econômico dos municípios catarinenses, construiu-se um indicador relativo à média estadual. Conforme a Equação 2.

$$IRC_{FSC} = \left[\frac{\left(\frac{\pi}{\psi} \right) - 1}{\left(\frac{K}{\phi} \right) - 1} \right] \times 100$$

Em que:

π = PIB *per capita* do município *i* no ano final.

ψ = PIB *per capita* do município *i* no ano inicial.

K = PIB *per capita* médio estadual *i* no ano final.

ϕ = PIB *per capita* médio estadual *i* no ano inicial.

Conforme os trabalhos do Piacenti (2009), o índice de Ritmo de Crescimento Econômico, com valores devidamente deflacionados, possui a classificação conforme apresentado na Tabela 2:

Tabela 2 - Classificação do Indicador de Ritmo de Crescimento Econômico (IRC_{FSC})

Classificação do IRC_{FSC}	Faixa do IRC_{FSC}
Significativo	Superior a 100
Estagnado	30 a 100
Recessivo	0 a 30
Depressivo	Inferior a 0

Fonte: Piacenti (2009)

Tomando o PIB *per capita* médio do Estado, como 100, os municípios com o se IRC superior a 100 obtiveram um ritmo de crescimento superior ao Estado. Enquanto nos municípios com o indicador inferior a 100 o ritmo de crescimento foi inferior

ao do Estado, isso pode significar que o crescimento da população foi superior ao crescimento do PIB ou que o PIB desse município não cresceu ou cresceu a taxas menores que a média estadual, por exemplo. Por fim, os municípios com o indicador negativo obtiveram uma redução no PIB *per capita* no período de análise.

A diferença básica desse indicador (IRC_{FSC}) com o outro (INC_{FSC}), é que no (INC_{FSC}) utilizou-se o PIB *per capita* de um único ano (2007, 2009 ou 2011), ou seja, de forma estática, enquanto que no (IRC_{FSC}) estão sendo usados, de forma comparativa, os valores do PIB *per capita* tanto do município, quanto o PIB *per capita* médio do estado nos períodos de análise.

Resultados e discussões.

Inicialmente, abordar-se-á a evolução do PIB *per capita* no Estado de Santa Catarina, conforme a Figura 2, após isso, será feita a colocação dos municípios da Faixa de Fronteira em relação ao Estado.

Entre o período de 2000 e 2011 houve pouca oscilação no PIB *per capita* de Santa Catarina, porém sempre mantendo a tendência de crescimento econômico. O PIB *per capita* do estado de Santa Catarina aumentou de R\$20,58 mil no ano de 2000 para R\$25,02 mil em 2011. Isso representou um crescimento nominal de 25% ao longo de dez anos, o que representaria um crescimento médio em torno de 2% ao ano em termos reais, ou seja, excluída a inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Vale ressaltar que, a economia dos municípios da Faixa de Fronteira Catarinense está atrelada ao agronegócio e que estes são muito sensíveis as oscilações nos preços das *commodities* e aos fenômenos climáticos, enquanto a economia regional Catarinense é mais diversificada,

incluindo atividades mais intensivas em tecnologia na sua porção leste. Ao passo que, a Faixa de Fronteira é altamente especializada na produção de grãos e proteína animal, inclusive a conversão da proteína vegetal em animal, as áreas mais próximas ao litoral se focam no ramo metalomecânico, cerâmicas, têxtil, química, celulose e papel.

Na Tabela 3 são apresentados dados de como estavam situados os municípios da Faixa de Fronteira de Santa Catarina no ano de 2007, em relação à média estadual do PIB *per capita*.

Tabela 3 - INC_{FSC} da Faixa de Fronteira de Santa Catarina - 2007.

Município	INC _{FSC} 2007	Município	INC _{FSC} 2007
Cordilheira Alta	264	Itá	147
Seara	210	Quilombo	147
Itapiranga	194	Ipumirim	145
Águas Frias	182	Chapecó	145
Vargeão	175	São Lourenço d'Oeste	143
Mondaí	173	Campo Erê	140
Guatambú	159	Pinhalzinho	136
Concórdia	150	Xaxim	134
Palmitos	149	Cunha Porã	129
Ouro Verde	148	Xavantina	124

Fonte: resultados da pesquisa.

Dos 82 municípios que compõe a Faixa de Fronteira, apenas 19 apresentaram um Indicador de Nível de Crescimento Econômico (INC_{FSC}) significativo (maior que a média estadual), desses 19, cabe o destaque para o município de Cordilheira Alta, que teve um INC_{FSC} maior que 200, apresentando um PIB *per capita* de R\$41.656,39. A população deste município, segundo dados do IBGE, é de aproximadamente 4.000 habitantes. Um município

pequeno e emancipado há poucos anos, na qual a economia é voltada principalmente para a agropecuária, o que explica, em partes, o motivo do mesmo ter apresentado um Nível de Crescimento tão elevado.

Logo em seguida temos o município de Seara, com um INC_{FSC} de 210.86, que também é um município pequeno, com pouco mais de 17 mil habitantes, e, segundo dados coletados pelo SEBRAE (2013), a maior parte do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município de Seara esta na indústria, diferente do observado em Cordilheira Alta. Desta forma, pode-se inferir que ambos os municípios tem atividades que geram um retorno positivo em unidades monetárias, e, mesmo que sejam poucas famílias beneficiadas por esses rendimentos, se destacam justamente por serem municípios pequenos e com uma população diminuta.

Tabela 4 - INC_{FSC} da Faixa de Fronteira de Santa Catarina - 2009.

Município	INC_{FSC} 2009	Município	INC_{FSC} 2009
Cordilheira Alta	213	Abelardo Luz	143
Seara	190	Bom Jesus	141
Itapiranga	187	Concórdia	137
Ouro Verde	170	São Lourenço d'Oeste	131
Itá	167	Xanxerê	127
Mondaí	164	São João do Oeste	126
Pinhalzinho	148	Águas Frias	126
Ipumirim	147	Palmitos	125
Guatambú	146	Águas de Chapecó	124
Chapecó	146	Xaxim	124

Fonte: resultados da pesquisa.

Os municípios de Itapiranga, Águas Frias, Vargeão, Mondaí, Guatambu e Concórdia são municípios que também apresentaram um INC_{FSC} significativo e, todos os seis têm suas economias voltadas, principalmente, para a indústria e

serviços (SEBRAE, 2013). A Tabela 4 apresenta o *ranking* dos 20 municípios que apresentaram os maiores INC_{FSC} em 2009. Os municípios que apresentaram os resultados de INC_{FSC} significativos continuaram basicamente os mesmos. Porém, vale ressaltar que, apesar desses municípios terem apresentado INC_{FSC} significativos para os períodos de 2007 e 2009, seu IRC_{FSC} mostrou que suas economias estão, em grande parte perdendo dinamismo, algumas apresentaram estagnação. Os municípios que apresentaram os maiores INC_{FSC} nesse período não tiveram IRC_{FSC} significativos. Isso ocorreu porque são municípios pequenos, em que de um ano para o outro o ritmo de crescimento não é tão elevado quanto o ritmo do Estado como um todo, mas mesmo assim, seu PIB continua maior que o do Estado.

Os municípios com maiores INC_{FSC} foram os municípios de menor extensão territorial, e que tem suas economias baseadas, principalmente, na indústria e serviços, sendo alguns, poucos, baseados na agropecuária. O único município que se encontra na linha de fronteira e que apresentou INC_{FSC} superior a 100 foi Itapiranga, e segundo o SEBRAE (2013) sua economia está ligada, principalmente, a produção pecuária, gado leiteiro e abate, sendo que os grupos econômicos que o município mais empregou nos últimos anos foram o de abate e fabricação de produtos de carne e laticínios. O que explica seu VAB significativo em indústria e serviços. Outro ponto importante é, apesar de ser um município de pequeno porte, sua economia gira principalmente em torno da exportação desses produtos industrializados.

Os menores INC_{FSC} ficaram entre os municípios de Tigrinhos, Entre Rios, São Miguel da Boa Vista, Romelândia, Ipuacu, Sul Brasil, Bandeirante, Planalto Alegre e Flor do Sertão. Municípios de pequeno porte e com pouca dinâmica em sua economia, em sua maior parte voltada para produção primária.

O segundo índice calculado para a análise foi o Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico da Faixa de Fronteira de Santa Catarina - IRC_{FSC} . Esse índice determina o ritmo de crescimento econômico dos municípios localizados na Faixa de Fronteira do estado de Santa Catarina em relação à média estadual entre dois períodos.

Os resultados obtidos por meio da estimativa do IRC_{FSC} , entre os anos de 2007 e 2009, demonstraram que os municípios pertencentes à Faixa de Fronteira do estado de Santa Catarina em três "partes". No primeiro, mais próximo da linha da fronteira, encontram-se os municípios que, em sua grande maioria, estão estagnados ou recessivos, ou seja, sua média de crescimento de 2007 para 2009 acompanhou a média estadual. Já os municípios do segundo encontram-se em sua grande maioria estagnados ou recessivos, após essa faixa, temos uma parte bem mista, com municípios recessivos, estagnados e crescimento significativo, mas a última faixa, que mais chama atenção, mostra que, nesse período, os municípios mais prósperos, ou seja, que apresentaram resultados mais significativos são aqueles que estão mais distantes da linha de fronteira.

Observou-se que a dinâmica do ritmo de crescimento da economia da Faixa de Fronteira catarinense se deslocou da porção nordeste da região para o meio Oeste. Os dados chamam a atenção ao demonstrar a situação dos municípios que margeiam o rio Uruguai, cuja economia está estagnada no período. Ou seja, na Faixa de Fronteira catarinense a porção leste e a beira rio Uruguai perde dinamismo, enquanto a metade Oeste da região mantém o ritmo de crescimento econômico. Cabe lembrar que esses dados são referentes ao período que antecede a recessão brasileira de 2015-2017.

Considerações finais.

Esse texto analisou o nível e o ritmo de crescimento econômico dos municípios situados na Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina.

Os resultados apontaram uma mudança no padrão do dinamismo regional da Faixa de Fronteira catarinense. Apesar dos municípios de Itapiranga, Águas Frias, Vargeão, Mondaí, Guatambu e Concórdia terem apresentado um nível de crescimento econômico significativo, os mesmos perderam dinamismo no seu ritmo de crescimento ao final do período. Ou seja, esses municípios já haviam começado a desacelerar sua economia antes mesmo da crise econômica de 2015-2017. Apesar dessa particularidade cabe frisar que o dinamismo da fronteira catarinense se deslocou da porção leste do território para a porção centro oeste. Internamente, o ritmo de crescimento econômico está beneficiando municípios que tradicionalmente eram pouco dinâmicos.

Os municípios de Itapiranga e Concórdia, que tradicionalmente sempre foram muito dinâmicos na região, com a economia capitaneada pela transformação da proteína animal. Entre 2009 e 2011, ambas as economias municipais perderam dinamismo em termos de ritmo de crescimento econômico.

É certo que o agronegócio e a indústria tradicional (granéis, pecuária, fumo, alimentos e mobiliário) continuam sendo os motores da economia regional. Porém, com exceção dos alimentos, a indústria do mobiliário necessita cada vez mais de estímulo por meio da retomada da economia brasileira. Outro elemento importante, que pode ser aproveitado para dinamizar cada vez mais essas economias é o fortalecimento do seu perfil exportador, haja vista que a desvalorização cambial melhorou a competitividade da economia brasileira.

Referências.

-BRASIL. **Lei nº 6.634**, de 02 de maio de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm. Acesso em: 22/01/2017.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2005.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, 2009.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. **Mapeamento das políticas públicas federais na Faixa de Fronteira: Interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

-HAESBAERT, R. da C. **O Mito da desterritorialização: do "fim dos territórios à multiterritorialidade"**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

-KLEIN, C.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. **Ritmo de crescimento econômico dos municípios da região de fronteira do Paraná**. Ecopar Apucarana: 2014. Disponível em: http://www.fecea.br/ecopar/uploads/44-10-14-RITMO_DE_CRESCIMENTO_ECONOMICO_DOS_MUNICIPIOS_DA_REGIAO_DE_FRONTTEIRA_DO_PARANA.pdf. Acesso em: 20/05/2017.

-KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Leuven-London: Leuven University Press/MIT Press, 1991.

-KUZNETS, S. Crescimento econômico moderno: descobertas e reflexões. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, vol. 39, nº 02, p. 225-239, 1985.

- NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMANN (org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, p.333-343, 1977.
- PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 157-194.
- PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Herber, 1962.
- PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Universidade Federal de Viçosa, 2009.
- PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Organizadores). **Análise regional: indicadores e metodologias**. Curitiba: Camões, 2012.
- ROCHA, A. A. **Uma análise do crescimento econômico na faixa de fronteira: o caso do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.
- SANTA CATARINA. Secretaria do Estado do Planejamento. **Núcleo da Faixa de Fronteira**. 2017. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/acoes/27-nucleo-da-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 25/04/2017.
- SEBRAE. **Santa Catarina em números**. Florianópolis: SEBRAE SC, 150 p., 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20Estadual.pdf>. Acesso em: 07/02/2017.

AUTORES (AS)

Augusta Pelinski Raiher - Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora dos Programas de Pós Graduação em Economia e em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E-mail: apelinski@gmail.com

Gabriela Gomes Mantovani- Bacharel em Ciências Econômicas e Mestra em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista CNPQ. E-mail: gmmantovani@gmail.com

Jandir Ferrera de Lima - Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Québec (UQAC/Canadá). Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Fundação Araucária e CRDT/Canadá. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ. E-mail: jandir.lima@unioeste.br

Jéssica Cristina Ruths - Bacharel e Licenciada em Enfermagem e Mestre em Biociências e Saúde pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora de Saúde Coletiva na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: ruthsjessica@ufpr.br

Marcos Paulo Rodrigues de Souza - Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - Campus de Paranavaí. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: marcos.paulo@unespar.edu.br

Rafael Lucas Alves Ferreira - Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutorando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista CAPES/DS. E-mail: rafaeldrsa@gmail.com

Renata Cattelan - Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista CAPES/DS. E-mail: renata.cattelan@gmail.com

Ricardo Rippel - Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Coordenador do Grupo de Pesquisas GEPEC. E-mail: ricardo.rippel@unioeste.br; ricardorippel@yahoo.com.br

Tainá Caionara de Oliveira - Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Gerenta de negócios do Sistema Cooperativo Sicredi. E-mail: tainacaionara@outlook.com

Tatiane Salete Mattei - Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista CAPES/DS. E-mail: tati_mattei@hotmail.com

William Silvano de Camargo - Bacharel em Serviço Social pela Faculdade ITECNE. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor assistente da graduação em Serviço Social da UNIOESTE. Doutorando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: wscamar@gmail.com

